

















# OS INVASORES

## PARTE II - OS POLÍTICOS

## PARLAMENTARES E SEUS FINANCIADORES POSSUEM SOBREPOSIÇÕES EM TERRAS INDÍGENAS

DE OLHO NOS RURALISTAS
Observatório do agronegócio no Brasil





# MENSAGEM DO EDITOR - 14 DE JUNHO DE 2023

Um senador da República declara fazenda sobreposta a uma Terra Indígena homologada. Quem são os invasores? Um ex-governador e seu filho, deputado em Minas Gerais, possuem um latifúndio incidente em território Kaxixó. Quem são os invasores no Brasil? Por que a Frente Parlamentar da Agropecuária fala em sagrado direito à propriedade se a empresa de outro deputado avança nos limites da TI Iguatemipeguá I, em Amambai (MS), um dos cenários de assassinato de indígenas Guarani Kaiowá? Por que deputados e senadores não investigam os despejos ilegais promovidos pelo apresentador Ratinho, pai do governador paranaense Ratinho Jr., que se apossou de área reivindicada pelo povo Huni Kuin, no Acre? Por que a imprensa corporativa se cala em relação aos avanços políticos e econômicos sobre as terras ancestrais? Quais os limites desse expansionismo e dessa farsa, em pleno século 21?

**Alceu Luís Castilho**

© De Olho nos Ruralistas Junho 2023

**Autores:** Alceu Luís Castilho, Bernardo Fialho, Bruno Stankevicius Bassi, Eduardo Luiz Damiani Goyos Carlini, Katarina Moraes, Luma Ribeiro Prado, Nanci Pittelkow, Natália Freire Bellentani
**Cartografia:** Eduardo Luiz Damiani Goyos Carlini
**Projeto gráfico:** Felipe Fogaça
**Edição:** Bruno Stankevicius Bassi
**Coordenação editorial:** Alceu Luís Castilho

**Para mais informações sobre este documento, envie um email para**
**contato@deolhonosruralistas.com.br**

Esta publicação é registrada em nome do observatório **De Olho nos Ruralistas**, mas pode ser utilizada gratuitamente para fins de advocacia pública, campanhas, pesquisa e educação, resguardada a menção completa da autoria. A cópia, tradução ou adaptação de partes ou da íntegra do documento em outras publicações deve ser previamente consultada, podendo haver cobrança. Para quaisquer dúvidas consultar o email ***bruno@deolhonosruralistas.com.br***

*As informações disponíveis nesta publicação foram checadas e estão atualizadas até a data da publicação.*



(Diego Baravelli/Greenpeace)

# ÍNDICE


## DESTAQUES DO RELATÓRIO

## APRESENTAÇÃO

- POLÍTICOS DETÊM 96 MIL HECTARES SOBREPOSTOS A TIs...
- ... ENQUANTO ATACAM OS DIREITOS INDÍGENAS NO CONGRESSO
- INVASORES FINANCIAM A BANCADA RURALISTA
- PODER LOCAL CONFIRMA O SISTEMA POLÍTICO EXPANSIONISTA

## 1. INVASORES FINANCIAM LÍDERES RURALISTAS

- SENADOR BAGATTOLI INVADE TERRA HOMOLOGADA EM RONDÔNIA
- DONOS DE SOBREPOSIÇÕES DOARAM R$ 328 MIL PARA CÚPULA DA FPA
- FINANCIADORES DO IPA TAMBÉM ASSINAM SOBREPOSIÇÕES
- EX-MINISTRA RECEBE DOAÇÕES DE INVASORES DESDE 2014
- ELES DOARAM R$ 1 MILHÃO PARA BOLSONARO

## 2. RAPOSAS NO GALINHEIRO

- SENADOR POSSUI FAZENDA EM ÁREA DE INDÍGENAS ISOLADOS
- CLÃ BAGATTOLI RESPONDE POR CRIME AMBIENTAL
- DEPUTADO SPERAFICO DISPUTA ÁREA COM POVO GUARANI KAIOWÁ
- ENDIVIDADO, NEWTON CARDOSO JR. OCULTA CONFLITO COM INDÍGENAS
- FAMÍLIA DE RATINHO JR DISPUTA TERRAS NO ACRE
- POR MEIO DE HOLANDESES, “BOY” SE CONECTA A INVASÃO DE TI
- SÓCIO DA FAMÍLIA PAZUELLO É TITULAR EM FAZENDA SOBREPOSTA






## 3. UM MICROCOSMO DAS INVASÕES

- FAMÍLIA DE EX-GOVERNADOR VIOLA DIREITOS INDÍGENAS
- OS ECOS DO LEILÃO DA RESISTÊNCIA
- FRONTEIRA: DO LOBBY A ASSASSINATOS
- LUANA RUIZ ACUMULA DOAÇÕES E DEFESA DE INTERESSADOS
- UMA ASSEMBLEIA CONTRA OS GUARANI KAIOWÁ

## 4. AS ELITES LOCAIS ATACAM

- PREFEITOS E VICES COMANDAM LATIFÚNDIOS EM TIs
- DE JUÍZES A BISPOS
- CASOS ANTIGOS REMETEM À DITADURA DE 1964

## DO PODER ECONÔMICO AO PODER POLÍTICO

## REFERÊNCIAS



(Valter Campanato/Agência Brasil)

# DESTAQUES DO RELATÓRIO

• A partir do cruzamento de bases de dados fundiários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), De Olho nos Ruralistas identificou 1.692 sobreposições de fazendas em terras indígenas, como descrito na primeira parte do dossiê “Os Invasores”, publicado em abril pelo observatório.

• Destas, 42 pertencem a clãs políticos nacionais e regionais. Juntos, eles concentram 96 mil hectares em áreas sobrepostas a TIs — o equivalente à soma das áreas urbanas de Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O Mato Grosso do Sul lidera entre os estados, com 17 casos, seguido de Mato Grosso e Maranhão, com sete cada.

• Três congressistas possuem fazendas em terras indígenas registradas em nome de empresas ou parentes. São eles: o senador Jaime Bagattoli (PL-RO) e os deputados Dilceu Sperafico (PP-PR) e Newton Cardoso Júnior (MDB-MG). Os três são membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), face institucional da bancada ruralista no Congresso.

• Contrária às ocupações de terras por indígenas e sem-terra, a FPA é diretamente financiada por invasores: 18 integrantes da frente receberam R$ 3,6 milhões em doações de campanha de fazendeiros ligados a sobreposições em TIs. Entre os beneficiários figuram o presidente da frente, Pedro Lupion (PP-PR), os vice-presidentes Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) e Evair Vieira de Melo (PP-ES), a coordenadora política Tereza Cristina (PL-MS), ex-ministra da Agricultura, e outros nove diretores.

• Invasores de terras indígenas investiram em peso na candidatura derrotada de Jair Bolsonaro (PL) à reeleição. Juntos, 41 fazendeiros com sobreposições detectadas pelo estudo doaram R$ 1,2 milhão nessa campanha. Entre eles estão mega-empresários do agronegócio e um dos mandantes do Massacre de Caarapó, no Mato Grosso do Sul.

• A família do governador do Paraná Ratinho Júnior (PSD) é dona de um mega-latifúndio no Acre, que incide nos limites da TI Kaxinawá da Praia do Carapanã. Aliados políticos dele e do pai — o apresentador Ratinho — também figuram na lista de sobreposições.

• Palco do Leilão da Resistência e berço da CPI do Incra e da Funai, o Mato Grosso do Sul é peça central no tabuleiro das sobreposições. Os filhos do ex-governador Pedro Pedrossian, o deputado Zé Teixeira (PSDB), o ex-secretário Ricardo Bacha (Cidadania) e a advogada Luana Ruiz — com trânsito livre na FPA — protagonizam conflitos territoriais com os povos Guarani Kaiowá e Terena.

• Cinco municípios brasileiros são comandados por prefeitos ligados à sobreposição de TIs. Os prefeitos de Linhares (ES), Tapurah (MT) e Sapezal (MT) e os vice-prefeitos de Campos de Júlio (MT) e Iguatemi (MS) estão ligados a fazendas incidentes em territórios indígenas — diretamente ou por meio de familiares. Vinte e três ex-prefeitos também têm sobreposições em terras indígenas.

• O que dizem os políticos? Quem são os reais invasores de terras no Brasil?



# APRESENTAÇÃO

Diretor da FPA, Alceu Moreira (MDB-RS) discute com líder indígena. (Lula Marques/PT)



## POLÍTICOS DETÊM 96 MIL HECTARES SOBREPOSTOS A TIs...

Com base nas informações de imóveis rurais cadastrados e certificados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o núcleo de pesquisas do De Olho nos Ruralistas identificou 42 políticos (e familiares de 1° grau) como titulares de imóveis rurais flagrados com sobreposição em Terras Indígenas (TIs). As informações relativas a 2021 foram confirmadas uma a uma em comparação com os registros fundiários de 2023. Elas foram obtidas a partir de três bases de dados: o Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e o Sistema Nacional de Certificação de Imóveis (SNCI).

A relação inclui três membros influentes da Frente Parlamentar da Agropecuária: o senador Jaime Bagattoli (PL-RO), eleito em 2022, e os deputados federais Dilceu Sperafico (PP-PR) e Newton Cardoso Júnior (MDB-MG), líderes históricos da bancada ruralista. Inclui a empresa Agropastoril RGM, vinculada à família do governador paranaense Ratinho Júnior (PSD), dona de uma sobreposição irregular de 13,82 hectares na TI Kaxinawá da Praia do Carapanã, no Acre; a Fazenda Petrópolis, dos filhos do ex-governador sul-mato-grossense Pedro Pedrossian, com 1.172,81 hectares incidentes na TI Cachoeirinha. Também foram identificados imóveis ligados ao deputado estadual Zé Teixeira (PSDB-MS), aos prefeitos de Linhares (ES), Tapurah (MT) e Campos de Júlio (MT) e aos vices de Sapezal (MT) e Iguatemi (MS).

Ao todo, os 42 políticos — incluindo aqueles sem mandato em 2023 — somam 96.172,86 hectares em parcelas sobrepostas a TIs. Juntas, elas equivalem à soma das áreas urbanas de Rio de Janeiro e Belo Horizonte, duas das seis maiores populações do Brasil. Quase o território da Ilha da Madeira, em Portugal. O número corresponde a 8% dos 1.187.214,07 hectares incidentes em territórios demarcados pela Funai, segundo as informações do Incra agora disponibilizadas pelo De Olho nos Ruralistas.[1]

As sobreposições de políticos chamam atenção pelo tamanho: elas possuem em média 1.080,59 hectares cada, contra 701,66 hectares do índice geral, que considera todas as 1.692 sobreposições identificadas no estudo.

# ... ENQUANTO ATACAM OS DIREITOS INDÍGENAS NO CONGRESSO

Esses números foram detectados enquanto o Brasil vive um dos maiores ataques aos direitos indígenas de sua história contemporânea.

A crise humanitária causada pelo garimpo no território Yanomami, as incursões violentas de madeireiros contra os povos Tembé e Guajajara, o assédio de fazendeiros contra os Pataxó e os ataques de sojeiros aos Guarani Kaiowá são reflexo direto de uma ofensiva ruralista em Brasília. Nos últimos sete anos, a bancada ruralista e seus aliados tentam implodir a soberania territorial e acabar de vez com a demarcação de terras indígenas no país.

A força-motriz por trás dessa ofensiva é a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), face institucional da bancada ruralista e principal responsável por defender os interesses de corporações e grandes proprietários de terras junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ao longo da última década, ela se tornou a principal força política do Congresso. Promoveu o impeachment de Dilma Rousseff (PT), em 2016, e foi pilar dos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL).

Essa frente política conta hoje com 300 deputados e 47 senadores, constituindo o principal bloco de oposição ao terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O número equivale a 58% dos assentos na Câmara e no Senado: número mais que suficiente para aprovar projetos de lei e instaurar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI).[2] Tamanho poderio ficou evidente no último mês, quando conseguiu articular a criação de uma CPI para investigar — e criminalizar — a ocupação de latifúndios improdutivos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros grupos camponeses e indígenas.

Apenas duas semanas depois, com aval do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), membro da FPA, a bancada aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 490/2007, do Marco Temporal, que estabelece a comprovação da ocupação ou da disputa dos territórios indígenas em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, como critério para sua demarcação — ignorando o histórico de expulsões e violências seculares sofridas pelos povos originários desde a invasão do território que chamamos hoje de Brasil. O projeto, em tramitação no Senado, transfere para um Legislativo tomado por ruralistas a atribuição de demarcar novas TIs.

É nesse momento político que o observatório De Olho nos Ruralistas lança a segunda parte do projeto **"Os Invasores"**. Continuação direta do primeiro relatório[3] — focado em grandes corporações —, o informe revela a participação direta de senadores, deputados, governadores e prefeitos na espoliação dos territórios originários.

# AS SOBREPOSIÇÕES DE POLÍTICOS EM TERRAS INDÍGENAS




**42**

**casos de sobreposições em Terras Indígenas envolvendo políticos**

FONTE:
IBGE (2021)
INCRA (2022)
Funai (2022)




Indígenas protestam contra o Marco Temporal, em Brasília. (Yarikazu Xipaya/Mídia Indígena)



# INVASORES FINANCIAM A BANCADA RURALISTA

Para a segunda etapa do estudo, De Olho nos Ruralistas cruzou os dados qualitativos sobre as pessoas físicas e jurídicas titulares das sobreposições com os registros de prestações de contas eleitorais concedidas pelos candidatos de 2022 ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O resultado? Quinze fazendeiros com propriedades incidentes em TIs doaram R$ 3,59 milhões a dezoito integrantes da FPA. Juntos, eles somam 36.111,45 hectares em áreas sobrepostas — o equivalente à área urbana de Curitiba, a quarta maior do país. Mais que o território de Granada.

Entre os congressistas, doze integram a diretoria da frente ruralista, incluindo o presidente Pedro Lupion e os vices Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) e Evair Vieira de Melo (PP-ES). O Partido Liberal (PL), de Jair Bolsonaro, é o mais recorrente: sete de seus parlamentares receberam 90,5% das doações de invasores de TIs destinadas a membros da FPA. Destaque para a ex-ministra da Agricultura e coordenadora política da bancada, senadora Tereza Cristina (PL-MS), que recebeu R$ 50 mil de dois empresários flagrados com sobreposições.

Entre os beneficiários aparecem quatro integrantes da CPI do MST, todos eles diretores da Frente Parlamentar da Agropecuária. Evair de Melo, um dos vice-presidentes da comissão, e Domingos Sávio (PL-MG) receberam doações de um mesmo fazendeiro, Adelar Mateus Jacobowski, que disputa uma área limítrofe à TI Menkü, no Mato Grosso. Os suplentes Marcos Pollon (PL-MS) e Rodolfo Nogueira (PL-MS) tiveram financiamento de campanha de Rovilson Alves Correa e Walter Romeiro Beloto, respectivamente, ambos com fazendas incidentes em TIs no Mato Grosso do Sul. Pollon é o coordenador de Segurança no Campo da FPA.

No início de abril a FPA utilizou seu braço logístico, o Instituto Pensar Agro (IPA), para promover uma campanha online que taxava o MST e outros movimentos de luta pela terra de "invasores", conforme noticiado pela Agência Pública.[4] Com dezenas de peças de publicidade impulsionadas nas redes sociais, a "Semana do Combate à Invasão no Campo" serviu de balão de ensaio para a tentativa de criminalização imposta pela CPI — cuja mesa diretora, controlada por ruralistas, tem vetado a convocação de grileiros e fazendeiros condenados por invadirem TIs, assentamentos e Unidades de Conservação.

O material divulgado pela FPA, repercutido

por outras organizações do setor agropecuário e pela extrema direita bolsonarista atacava as retomadas indígenas no Mato Grosso do Sul e na Bahia que, segundo Evair de Melo, também devem entrar na mira da CPI.[5] Tudo a configurar um claro conflito de interesses.

As doações de invasores de terras indígenas aos membros da FPA possuem um caráter ideológico: entre os fazendeiros que promoveram campanhas ruralistas, cinco financiaram a tentativa de reeleição de Bolsonaro, em 2022. De Olho nos Ruralistas identificou 41 proprietários rurais com áreas incidentes em TIs que doaram para a campanha do ex-presidente. Esse grupo concentra 107.847,99 hectares em sobreposições — o mesmo tamanho de Hong Kong.

O candidato vitorioso, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), não recebeu nenhuma doação de invasores de TIs.




Financiado por um invasor de TI, Evair de Melo (dir.) prometeu investigar retomadas indígenas em CPI. (Divulgação)



Indígenas protestam contra o Marco Temporal, em Brasília. (Yarikazu Xipaya/Mídia Indígena)



# PODER LOCAL CONFIRMA O SISTEMA POLÍTICO EXPANSIONISTA

Congressistas e governadores não são os únicos políticos envolvidos na invasão de terras indígenas. Em todo o país, prefeitos e vices protagonizam conflitos territoriais com os povos originários. A partir da base de dados fundiários do Incra, De Olho nos Ruralistas identificou 42 políticos — ou seus familiares diretos — titulares de imóveis rurais flagrados com sobreposição em TIs.

O pai do prefeito Bruno Margotto Marianelli (Republicanos), de Linhares (ES), Zilmar, possui uma fazenda sobreposta a 273,27 hectares da TI Comexatibá, na Bahia. O filho do prefeito Carlos Alberto Capeletti (PSD), de Tapurah (MT), é um dos sócios da Melhoramentos Agropecuários Tapurah, dona da segunda maior sobreposição registrada no país: a Fazenda Uga-Uga avança em 47 mil hectares da TI Manoki e ocupa 18% da área demarcada. E o prefeito de Campos de Júlio (MT), Irineu Marcos Parmeggiani (Patri), possui a Fazenda Santo Reis, que incide nas bordas da TI Vale do Guaporé, do povo Nambikwara.

Dois vice-prefeitos com mandato em 2023 avançam sobre a TI Paresi: Claudio José Scariote (Podemos), de Sapezal (MT), e Zé Roberto Arcoverde (MDB), de Iguatemi (MS). Arcoverde já foi prefeito de Iguatemi durante outros dois mandatos. É nesse município que sua irmã e sócia Ana Paula declara quase 2 mil hectares sobrepostos à TI Iguatemipeguá I, do povo Guarani Kaiowá. Outros 23 ex-prefeitos e vice-prefeitos com sobreposições em TIs serão apresentados neste informe. E o mesmo vale para quinze nomes de juízes, médicos e donos de cartório — figuras comuns nas esferas de poder local e regional.

Boa parte dos casos se concentra no Mato Grosso do Sul, estado com histórico de massacres e genocídio dos povos Guarani Kaiowá, Terena e Kadiwéu. Um dos mandantes do Massacre de Caarapó, Jesus Camacho, foi doador de campanha de Bolsonaro. E berço da política anti-indígena: a Assembleia sul-mato-grossense tem dois representantes com sobreposição direta: o deputado pecuarista Zé Teixeira (PSDB), dono da Fazenda Santa Claudina, luta há décadas contra a demarcação da TI Guyraroká; o ex-deputado Ricardo Augusto Bacha (Cidadania), secretário da Fazenda durante o governo Wilson Martins (1995–1998), possui um imóvel incidente em 536 hectares da TI Buriti.

A CPI da Funai e Incra, que inspirou a atual CPI do MST, foi um dos grandes movimentos recentes de criminalização da luta pela terra no Congresso. Ela nasceu da reação armada de fazendeiros às retomadas indígenas, que teve como epicentro, em 2016, o "Leilão da Resistência". E da interface política desses fazendeiros com a Frente Parlamentar da Agropecuária. Com a bancada ruralista.

Como veremos, seus protagonistas continuam envolvidos na cruzada contra os povos originários e possuem relação direta com os invasores de terras indígenas.



(Felipe Werneck/Ibama)




(Agência FPA)

# 1. INVASORES FINANCIAM LÍDERES RURALISTAS

Quem são os reais invasores de terras no Brasil? Os movimentos populares que lutam pela reforma agrária e pela demarcação de terras indígenas, direitos consagrados na Constituição de 1988? Ou os grileiros que invadem milhões de hectares na Amazônia, no Cerrado e nos demais biomas brasileiros? O que impacta mais a segurança pública e o ambiente: a ocupação temporária de poucos hectares dentro de fazendas improdutivas, buscando provocar uma reação política do Estado, ou mega invasões de áreas públicas, em geral acompanhadas de desmatamento, com fins meramente especulativos? Quem mais se beneficia das limitações à demarcação de terras indígenas senão os próprios invasores? E a pergunta mais importante: quem legisla por eles?

A partir do cruzamento entre as bases de dados fundiários do Incra e as prestações de contas eleitorais concedidas pelos representantes eleitos em 2022 ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), De Olho nos Ruralistas identificou 57 doações oriundas de fazendeiros e sócios de empresas que integram o levantamento dos 1.692 imóveis rurais incidentes em TIs, identificados no relatório "Os Invasores: quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em terras indígenas".

Ao todo, o financiamento de indivíduos flagrados com propriedades sobrepostas a territórios ancestrais abasteceu 29 campanhas à presidência, governos estaduais, Congresso e assembleias legislativas, totalizando R$ 5.313.843,44.

Das 57 doações, dezoito foram direcionadas a integrantes da FPA. Ao todo, quinze fazendeiros repassaram R$ 3.644.831,95 a deputados e senadores ruralistas. Juntos, esses fazendeiros somam 36.111,45 hectares em áreas sobrepostas a onze TIs — com maior incidência no Mato Grosso do Sul, origem dos negócios de seis financiadores da FPA.

No caso do Senado, foram também analisados os dados eleitorais de 2018, uma vez que 30 dos 47 membros da FPA da casa pertencem à legislatura iniciada em 2019.

Confira no infográfico:

# FRENTE PARLAMENTAR DOS INVASORES

## Deputados e senadores ruralistas receberam R$ 3,64 milhões de fazendeiros com sobreposição em terras indígenas

**ORLANDO VITORIO BAGATTOLI**
(Irmão do senador e sócio da Transportadora Giomila Ltda)
SOBREPOSIÇÃO DE 2.591,76 HA NA TI RIO OMERÊ (RO)

R$ 2.891.292,70

R$ 300.000,00



Jaime Bagattoli
(PL-RO)

**JAIME MAXIMINO BAGATTOLI**
(Sócio da Transportadora Giomila Ltda)
SOBREPOSIÇÃO DE 2.591,76 HA
NA TI RIO OMERÊ (RO)

R$ 50.000,00



Thiago Flores
(MDB-RO)

**WANDA INES RIEDI**
Diretora da I. Riedi e prima de Dianor Jacó Riedi
SOBREPOSIÇÃO DE 6.312,86 HA
NAS TI'S KANELA MEMORTUMRÉ E
PORQUINHOS DOS CANELA-APÃNJEKRA (MA)

R$ 100.000,00



Luis Carlos Heinze
(PP-RS)
Vogal

R$ 19.000,00



Arnaldo Jardim
(Cidadania-SP)
Vice-presidente na Câmara

**CIRINEU DE AGUIAR**
Sócio da Agropecuária Calupa Ltda
SOBREPOSIÇÃO DE 2.500,83 HA
NA TI APIAKÁ DO PONTAL E ISOLADOS (MT)

R$ 20.000,00



Pedro Lupion
(PP-PR)
presidente da FPA

R$ 20.000,00



Fabio Garcia
(UNIÃO-MT)
Coordenação Política
na Câmara

**ANTONIO MARCOS MORAES BARROS**
Sócio da Elamar Participações e Agropecuária Ltda
SOBREPOSIÇÃO DE 1.157,70 HA
NA TI DOURADOS-AMAMBAIPEGUÁ I (MS)

R$ 50.000,00



Luiz Philippe de
Orleans e Bragança
(PL-SP)

R$ 20.000,00



Luiz Nishimori
(PSD-PR)
Vice-presidente para região Sul

**VALDIR ROQUE JACOBOWSKI**
(Sócio da Agropecuária São Gabriel Ltda)
SOBREPOSIÇÃO DE 2,58 HA NA TI MENKÜ (MT)

R$ 20.000,00



Covatti Filho
(PP-RS)
Coordenação Institucional

DE OLHO NOS RURALISTAS

**NEWTON CARDOSO**
(Pai do deputado e sócio na Companhia Siderúrgica Pitangui)
SOBREPOSIÇÃO DE 460,20 HA
NA TI KAXIXÓ (MG)

R$ 39.562,00



Newton Cardoso Jr
(MDB-MG)
Vogal

**ADELAR MATEUS JACOBOWSKI**
(Sócio da Agropecuária São Gabriel Ltda)
SOBREPOSIÇÃO DE 2,58 HA
NA TI MENKÜ (MT)

R$ 22.500,00



Amália Barros (PL-MT)

R$ 20.000,00



Evair Vieira de Melo
(PP-ES)
2º Vice-presidente na Câmara

R$ 10.500,00



Domingos Sávio
(PL-MG)
Vice-presidente para região Sudeste

**RENATO E. DE REZENDE BARBOSA**
(Sócio da Campanário S/A Adm. e Part.)
SOBREPOSIÇÃO DE 238,53 HA
NA TI DOURADOS-AMAMBAIPEGUÁ I (MS)

R$ 30.000,00



Tereza Cristina (PL-MS)
Coordenação Política no Senado

**JOHN FRANCIS WALTON**
SOBREPOSIÇÃO DE 1.258,61 HA
NA TI DOURADOS-AMAMBAIPEGUÁ I (MS)

R$ 20.000,00



Marcos Pollon (PL-MS)
Comissão de Segurança no Campo

**ROVILSON ALVES CORREIA**
SOBREPOSIÇÃO DE 34,36 HA
NA TI KADIWÉU (MS)

R$ 5.000,00



Fabio Garcia (UNIÃO-MT)
Coordenação Política na Câmara

**ANTONIO SANSÃO**
SOBREPOSIÇÃO DE 12,69 HA
NA TI UMUTINA (MT)

R$ 3.000,00



Rodolfo Nogueira (PL-MS)

**WALTER ROMERO BELOTO**
SOBREPOSIÇÃO DE 234,54 HA
NA TI GUYRAROKÁ (MS)

R$ 1.000,00



André Fufuca (PP-MA)

**NORBERTO BELLODI**
(Sócio da Agro-Pecuária Itaguaí Ltda)
SOBREPOSIÇÃO DE 734,20 HA
NA TI DOURADOS-AMAMBAIPEGUÁ I (MS)

R$ 1.000,00



Marcel van Hattem
(NOVO-RS)

**EDGAR CHERUBINI**
(Sócios da Sinopema S/A Ind. e Com. de Madeiras)
SOBREPOSIÇÃO DE 20.570,01 HA NA TI BATELÃO (MT)

R$ 1.000,00

FONTES: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) / DE OLHO NOS RURALISTAS



Senador despejou R$ 1,88 milhão em campanhas políticas de Rondônia (Divulgação)

# SENADOR BAGATTOLI INVADE TERRA HOMOLOGADA EM RONDÔNIA



O principal beneficiário entre os membros da Frente Parlamentar da Agropecuária foi o senador Jaime Bagattoli (PL-RO), eleito em 2022 para seu primeiro cargo público. Ele recebeu R$ 2,89 milhões do irmão Orlando, seu sócio na Transportadora Giomila Ltda, parte do Grupo Bagattoli — um dos maiores conglomerados de Rondônia. É em nome dessa empresa que está a Fazenda São José, que se sobrepõe em 2.591,76 hectares da TI Rio Omerê, em Corumbiara (RO). Conforme veremos no próximo capítulo, o imóvel possui um histórico suspeito, com dois pedidos de registro em sequência, logo após a homologação da TI. Além do apoio financeiro do irmão, o próprio Jaime injetou R$ 300 mil em sua campanha.[6]

O senador foi também o maior doador privado de seu estado: ele apoiou a campanha de trinta candidatos à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (Alero), com valores entre R$ 4 mil e R$ 182,8 mil. A cifra mais alta foi repassada ao radialista e ex-deputado Edvaldo Rodrigues Soares (PTB), que não se elegeu. Ao todo, cinco deputados estaduais foram eleitos com o dinheiro de Bagattoli: Affonso Candido (PL), Dra. Taíssa Sousa (PSC), Nim Barroso (PSD), Pedro Fernandes (PTB) e Ribeiro do Sinpol (PATRI). Juntos, eles receberam R$ 282.060,00 — quase a mesma quantia aplicada pelo senador na própria candidatura.[7]

O empresário apoiou outros dezessete candidatos à Câmara dos Deputados em 2022, mas elegeu apenas um: o delegado de polícia Thiago Flores (MDB-RO), ex-prefeito de Ariquemes (RO), recebeu R$ 50 mil de Bagattoli — que também atuou como cabo eleitoral durante sua campanha.[8] Assim como seu principal financiador, Flores se filiou à FPA logo após assumir o mandato.




Senador Jaime Bagattoli foi cabo eleitoral de Thiago Flores, para quem doou R$ 50 mil. (Divulgação)



Deputados da FPA comemoram aprovação do PL 490/07, do Marco Temporal. (Agência FPA)

# DONOS DE SOBREPOSIÇÕES DOARAM R$ 328 MIL PARA CÚPULA DA FPA

O senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) aparece logo na sequência de Bagattoli como principal beneficiário de doações de fazendeiros com sobreposição em TIs. Inimigo histórico dos povos indígenas e autor de um famoso discurso chamando "quilombolas, índios, gays e lésbicas" de "tudo que não presta",[9] ele foi presidente da FPA entre 2013 e 2014 e vice-presidente de 2019 a 2020. Hoje atua como "vogal" — cargo equivalente ao de conselheiro.

Em 2018, ele recebeu uma transferência de R$ 100 mil de Wanda Inês Riedi, diretora da empresa I. Riedi, um dos 100 maiores conglomerados do agronegócio brasileiro em 2020, segundo listagem da revista Forbes.[10] Seu marido, Ivo Ilário Riedi é filho de um dos fundadores do grupo paranaense e primo em 1° grau de Dianor Jacó Riedi. Registrados em nome da filha Christiane Riedi Daniel, os imóveis de Dianor ocupam 6.312,86 hectares na área pretendida para demarcação das TIs Porquinhos dos Canela-Apãnjekra e Kanela Memortumré, no Maranhão.

Em 2014, Dianor foi preso preventivamente por suspeita de ter pago propina para que servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão liberassem cargas de madeira extraídas ilegalmente de uma área de preservação ambiental.[11]

Na outra ponta do país, a I. Riedi foi listada pela Funai em 2018 como "ocupante não indígena" no estudo de identificação da TI Tekohá Guasu Guavirá, em Terra Roxa (PR).[12] Em 2020, durante a gestão do bolsonarista Marcelo Xavier, a Funai atendeu às pressões de líderes ruralistas e suspendeu o processo de demarcação, retomado somente em abril deste ano, já sob a gestão da ex-deputada Joênia Wapichana.[13]

Em 2012, Wanda protocolou um pedido de reintegração de posse contra as famílias Avá-Guarani da Aldeia Pohã Renda, que aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo relatório conjunto da Comissão Guarani Yvyrupa e do Centro de Trabalho Indigenista, os moradores da aldeia sofrem com constantes ameaças de pistoleiros e seguranças das fazendas.[14]

Apesar do conflito contra os indígenas no Paraná, Wanda Riedi foi homenageada em 2022 pelo Banco do Brasil no prêmio Mulheres do Agro.[15]



Protagonista em conflito contra os Avá-Guarani foi premiada pelo Banco do Brasil em 2022. (Divulgação)


Bolsonarista-raiz, Luis Carlos Heinze foi eleito ao Senado com apoio de empresária paranaense. (Divulgação)

Não foi só para Heinze. Treze dos 59 membros da atual diretoria da Frente Parlamentar da Agropecuária — incluindo os tais Vogais — receberam verbas de campanha de indivíduos ligados a sobreposições em terras indígenas. Entre eles, seu presidente.

O deputado Pedro Lupion (PP-PR) foi eleito presidente da FPA em 2022, sucedendo a Sérgio Souza (MDB-PR). Ele recebeu R$ 20 mil em doações do algodoeiro Cirineu de Aguiar.[16] Cirineu é irmão de Paulo Sérgio de Aguiar, que presidiu, de 2019 a 2022, a Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (Ampa), uma das organizações que contribui mensalmente com o envio de verbas para o Instituto Pensar Agro (IPA), o sustentáculo da frente.[17]

Paulo Sérgio foi substituído em 2023 na Ampa por Eraí Maggi Scheffer. O dono do grupo Bom Futuro foi um dos destaques da primeira parte do relatório "Os Invasores", graças à invasão de 20,15 hectares da TI Enawenê Nawê por seu cunhado e sócio José Maria Bortoli.[18]

Os irmãos Aguiar são sócios na Agropecuária Calupa. A empresa é a dona da Fazenda São Tomé, que tem a totalidade de seus 2.500,83 hectares sobrepostos à TI Apiaká do Pontal e Isolados, no município de Apiacás (MT). Paulo Sérgio possui outra fazenda incidente no mesmo território: a Serro Azul, com 3 mil hectares titulados dentro da área indígena, que aguarda desde 2011 pela conclusão do processo demarcatório.

Cirineu doou outros R$ 20 mil para Fábio Garcia (União-MT), coordenador político da FPA na Câmara, e R$ 19 mil para o vice-presidente da bancada ruralista, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP). Encabeçada por Lupion e Jardim, a nova diretoria da FPA assumiu o mandato sob a promessa de aprovar o Projeto de Lei nº 490/2007, que institui a tese do Marco Temporal para demarcação de terras indígenas.[19]

Outro fazendeiro com sobreposição em TI que doou para membros da alta cúpula da frente ruralista foi Valdir Roque Jacobowski, dono da Agropecuária São Gabriel, que compõe o grupo Jacó Agro. Seu irmão Adelar Mateus Jacobowski é titular da Fazenda Frei Gabriel, que se sobrepõe aos limites da TI Menkü, em Mato Grosso. Ela avança em 2,58 hectares do território do povo Myky, cuja ampliação foi determinada por liminar do ministro do STF Edson Fachin, em maio de 2022. A decisão dele foi descumprida pelo ex-ministro da Justiça Anderson Torres.[20]

Juntos, Valdir e Adelar doaram R$ 70,5 mil para quatro diretores da frente: o vice-presidente na Câmara, Evair Vieira de Melo (PP-ES), o vice na região Sudeste, Domingos Sávio (PL-MG), o vice na região Sul, Luiz Nishimori (PSD-PR), e o coordenador político Covatti Filho (PP-RS). Os irmãos Jacobowski também doaram R$ 22,5 mil para a deputada Amália Barros (PL-MT).[21]



Presidente da FPA, Pedro Lupion recebeu doação de fazendeiro mato-grossense com sobreposição na TI Menkü. (Aprosoja-MT)

# FINANCIADORES DO IPA TAMBÉM ASSINAM SOBREPOSIÇÕES

O dinheiro oriundo da invasão de terras indígenas não é uma exclusividade do financiamento de campanha dos deputados e senadores. Por trás da Frente Parlamentar da Agropecuária, há uma cadeia de financiamento multimilionária composta por 48 associações do agronegócio, que recebem dinheiro de 1.078 empresas brasileiras e multinacionais — e repassam parte dessa verba ao Instituto Pensar Agro (IPA). Esse mecanismo foi detalhado no dossiê "Os Financiadores da Boiada", publicado em julho de 2022 pelo De Olho nos Ruralistas.[36]




JBS, Cargill, Syngenta, Bunge, Amaggi e Bom Futuro são afiliadas a múltiplas associações, onde ocupam cargos executivos e de liderança. Essas financiadoras do IPA são também algumas das empresas identificadas como responsáveis — direta ou indiretamente — pela invasão dos territórios originários no Brasil, conforme exposto na primeira parte deste projeto, o relatório "Os Invasores: quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em terras indígenas".

A trading estadunidense Bunge vendeu em 2022 um imóvel incidente sobre a TI Morro Alto, no porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina; a produtora de agrotóxicos e sementes Syngenta possuía uma fazenda de soja sobreposta à TI Porquinhos dos Canela-Apãnjekra, no Maranhão; um dos sócios do grupo Amaggi é proprietário de fazendas vizinhas à TI Tirecatinga. O observatório analisou ainda as sobreposições diretas de fornecedores do frigorífico brasileiro JBS e da comercializadora de grãos Cargill, além de casos envolvendo os sócios dos bancos Itaú e Bradesco, empresas do setor madeireiro e exportadores de café e frutas.

A bancada ruralista não pretende investigar nenhuma dessas empresas — financiadoras do IPA — na CPI do MST. O agronegócio e seus representantes políticos não lutam por "segurança jurídica" ou "contra a impunidade".

Eles querem mais terras.



No Ministério da Agricultura, Tereza Cristina promoveu abertura de TIs ao agronegócio. (Poder 360)



# EX-MINISTRA RECEBE DOAÇÕES DE INVASORES DESDE 2014

Presidente da FPA entre 2017 e 2018, a senadora Tereza Cristina (PL-MS) ocupa atualmente a coordenação política do bloco ruralista no Senado. Ela foi ministra da Agricultura durante o governo Bolsonaro. Desde 2014, quando foi eleita pela primeira vez para a Câmara, a política sul-mato-grossense recebe doações de fazendeiros com sobreposições em território Guarani Kaiowá.

No primeiro pleito, ela ganhou R$ 15 mil de Renato Eugênio de Rezende Barbosa e R$ 5 mil de John Francis Walton. Os dois ampliaram as doações para Tereza Cristina nos anos seguintes. Em 2018, Walton contribuiu com o mesmo valor de 2014; em 2022, ele e Renato doaram R$ 20 mil e R$ 30 mil, respectivamente.

Renato é sócio da Campanário S/A, grupo que controla a Fazenda Campanário, com 238,53 hectares incidentes na TI Dourados-Amambaipeguá I, que aguarda desde 2016 pela conclusão do processo demarcatório. Ele e os irmãos Roberto e José Eugênio eram donos da Nova América, cujas usinas de cana foram incorporadas em 2009 pela gigante sucroenergética Cosan. A família Rezende Barbosa ficou com uma participação de 11,9% no capital do grupo, atrás apenas de Rubens Ometto Silveira Mello, o sócio-controlador.

Junto à petroleira anglo-holandesa Shell, a Cosan controla a maior produtora de açúcar e etanol do mundo, a Raízen. Com a internacionalização da empresa, a família vendeu gradualmente suas ações. Roberto de Rezende Barbosa foi o último dos grandes acionistas individuais que não pertenciam à família Ometto, deixando o conselho de sócios em 2019.[22]

A relação não se restringe à conexão corporativa. A Campanário é uma das principais fornecedoras da Raízen no Mato Grosso do Sul. Em agosto de 2022, a empresa foi homenageada pela multinacional com o título de “Produtora de Excelência” e reconhecida como “modelo de gestão de sustentabilidade” pelo programa Elo Raízen.[23] Presidente do grupo Cosan, Rubens Ometto foi o maior financiador de campanha de Tereza Cristina para o Senado, com um repasse de R$ 100 mil — o dobro do valor doado em 2018.[24]

Walton, por sua vez, é dono da Fazenda Conchita-Cuê, com 1.258,61 hectares sobrepostos à TI Dourados-Amambaipeguá I, onde o empresário já acusou indígenas do povo Guarani Kaiowá de roubo de gado.[25] Seu filho, Marcelo Walton, que também figura como proprietário do imóvel, é casado com Mariana Cunha Bueno, filha do ex-deputado Cunha Bueno (PP-SP), um dos líderes da bancada paulista na Câmara durante sete mandatos.[26]

A ex-ministra de Bolsonaro já recebeu repasses de campanha de Wilson Brochmann, dono da Agropecuária Maragogipe, com 1.470,49 hectares incidentes na TI Iguatemipegua I — um dos destaques entre os pecuaristas listados no relatório "Os Invasores: quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em terras indígenas". Ele doou R$ 10 mil para Tereza Cristina em 2018.

Outro nome que protagoniza conflitos contra os Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul é Jacintho Honório da Silva Filho, dono da Fazenda Brasília do Sul, cujos 9.693,54 hectares estão inteiramente sobrepostos à TI Taquara, em Juti (MS). Em 2022, De Olho nos Ruralistas publicou, em conjunto com a ONG britânica Earthsight, um relatório apontando as cadeias corporativas e políticas de Jacintho, o mandante do assassinato do cacique Marcos Verón, falecido em 2019. A soja produzida por arrendatários da Brasília do Sul é vendida para a Lar Cooperativa Agroindustrial, o quarto maior abatedouro de frangos do Brasil, que, entre 2017 e 2021, exportou mais de 115 mil toneladas de produtos de frango congelados e marinados para a União Europeia e o Reino Unido.[27]

Durante sua passagem pelo Ministério da Agricultura, Tereza Cristina promoveu um movimento sem precedentes de abertura das terras indígenas ao agronegócio. Ela e o governo Bolsonaro articularam a criação do Projeto de Lei nº 191/2020, que regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas, abrindo as portas para a mineração e o plantio de sementes transgênicas em TIs.

Para promover a medida, Tereza Cristina levou uma comitiva de ministros à Abertura da Colheita de Soja dos povos Paresi, Nambikwara e Manoki, além de impulsionar indígenas pró-agronegócio para deslegitimar líderes contrários à abertura dos territórios. [28] Considerado inconstitucional pelo Ministério Público Federal (MPF), o projeto foi retirado de tramitação em fevereiro pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva.[29]



Tereza Cristina foi eleita com apoio de fazendeiros com sobreposições em TIs. (Poder 360)

## ELES DOARAM R$ 1 MILHÃO PARA BOLSONARO

As doações de fazendeiros com imóveis sobrepostos a terras indígenas não abarcam apenas membros da FPA. Além do financiamento do senador Jaime Bagattoli aos deputados da Assembleia Legislativa de Rondônia, exposto acima, De Olho nos Ruralistas detectou outras doações para políticos brasileiros.

Financiadores de Tereza Cristina, John Francis Walton e Renato Eugênio de Rezende Barbosa contribuíram para a eleição de dois governadores: Walton repassou R$ 15 mil para a candidatura de Eduardo Riedel (PSDB) ao governo de Mato Grosso do Sul; o antigo sócio da Cosan enviou R$ 10 mil para Tarcísio de Freitas (Republicanos), o atual governador paulista.

Tarcísio foi ministro da Infraestrutura duran-

te o governo Bolsonaro. Ele recebeu outras duas doações de fazendeiros identificados na pesquisa. Vincenzo Antonio Spedicato, diretor do Grupo Intelli, doou R$ 25 mil. Ele é sócio das empresas Intelli Indústria de Terminais Elétricos e Coppersteel Bimetálicos, que concentram 16.923,29 hectares sobrepostos à área pretendida para ampliação da TI Porquinhos dos Canela-Apãnjekra, no Maranhão. Em 2022, Spedicato recebeu o prêmio internacional "Pugliesi nel Mondo", uma homenagem a cidadãos nascidos na região da Puglia, na Itália, que desenvolvem atividades econômicas e culturais em outros países.[30]

Outros R$ 10 mil para Tarcísio saíram do bolso de Marcos de Almeida Prado, dono da Fazenda Taquarussu, que incide nas bordas da TI Dourados-Amambaipeguá I, no Mato Grosso do Sul.[31]

Em 30 de maio de 2023, data da votação do Marco Temporal na Câmara, Tarcísio ordenou à Polícia Militar que atacasse uma manifestação do povo Guarani Mbya que bloqueava a Rodovia dos Bandeirantes em protesto contra o PL 490/2007. O ataque da força policial deixou mulheres e crianças feridas.[32] Na mesma semana, o secretário de Justiça e Cidadania de São Paulo, Fábio Prieto, saiu publicamente em defesa do Marco Temporal.[33]

A campanha do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), recebeu R$ 5 mil em doação de Edgar Cherubini, empresário gaúcho e um dos donos da Sinopema. Essa madeireira é responsável pela quarta maior sobreposição em terras indígenas no Brasil, ocupando 20.570,01 hectares da área reivindicada para criação da TI Batelão, em Mato Grosso.34 Dois deputados mato-grossenses também receberam doações do empresário: o federal Dr. Leonardo (Republicanos-MT) — que não é filiado à FPA — e a estadual Janaína Riva (MDB-MT). Em resposta aos dados do relatório, Cherubini disse que "só se pode afirmar a existência de 'terra indígena' quando homologada por Decreto do Presidente da República". A área que hoje integra a Fazenda Sinopema, afirma ele em nota, foi loteada pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat) a partir de 1959 e, na época, a organização não indicaria "qualquer presença ou perambulação de indígenas em suas terras". Sobre as doações eleitorais, Edgar Cherubini informa que elas "nada tem de relação com o objetivo anterior". "Todo e qualquer cidadão brasileiro tem plena liberdade de dispor dos seus recursos financeiros para campanhas eleitorais, conquanto atendida a Legislação e Código Eleitoral", escreve. Confira **aqui** a íntegra da resposta.

Mas nada que se compare ao volume de dinheiro recebido pelo candidato derrotado à Presidência da República, Jair Bolsonaro. O ex-presidente recebeu R$ 1.163.385,00 de 41 fazendeiros identificados com sobreposições em terras indígenas.

Juntos, eles controlam uma área de 107.847,99 hectares, incidente em 23 áreas demarcadas pela Funai. Alguns casos já foram citados, como o dos irmãos Jacobowski, Cirineu de Aguiar e Edgar Cherubini. Figura ainda na lista o deputado estadual Zé Teixeira (PSDB-MS), protagonista de um conflito histórico contra os Guarani Kaiowá em Caarapó (MS), que doou R$ 10 mil de seu próprio patrimônio para Bolsonaro. E, com quantias menores, os seguintes políticos e seus parentes: a filha do ex-governador sul-mato-grossense Pedro Pedrossian — cujo caso exploraremos adiante; José Humberto Prata Teodoro Junior, sócio da Terra Santa Propriedades Agrícolas, detentora de 7.226,65 hectares dentro da TI Batelão; Jesus Camacho, líder ruralista apontado como um dos mandantes do Massacre de Caarapó;[34] José Maria Bortoli, cunhado e sócio de Eraí Maggi no Grupo Bom Futuro; e Rafael Martinez Massa, filho do apresentador Ratinho e irmão do governador paranaense Ratinho Jr. (PSD) — mais um caso que será detalhado no próximo capítulo. (É bem verdade que, apesar do enorme capital da família Massa, Rafael doou apenas R$ 100,00 à campanha de Bolsonaro.)[35]



Bolsonaro lançou Tarcísio ao governo de SP em cima de um trator, durante a Agrishow. (Fabio Vieira/Metrópoles)

**Confira abaixo os nomes dos invasores que doaram mais de R$ 10 mil à campanha de Bolsonaro:**



# O CANDIDATO DOS INVASORES

Fazendeiros com imóveis sobrepostos a terras indígenas doaram R$ 1,16 milhão para Jair Bolsonaro

| TITULAR | NOME DA TERRA INDÍGENA *(UF)* | ÁREA SOBREPOSTA (EM HECTARES) | VALOR DOADO |
|---|---|---|---|
| CIRINEU DE AGUIAR (Sócio da Agropecuária Calupa Ltda) | Apiaká do Pontal e Isolados *(MT)* | 2.500,83 | R$ 300.000 |
| ADELAR, VALDIR e FERNANDO JACOBOWSKI (Irmãos e sócios da Agropecuária São Gabriel Ltda) | Menkü *(MT)* | 2,58 | R$ 151.500 |
| ARI BASSO | Buriti *(MS)* | 226,68 | R$ 100.000 |
| WALDIR DA SILVA FALEIROS | Cachoeirinha *(MS)* | 13.626,94 | R$ 73.040 |
| DUILIO ANGELO GARLET | Dourados-Amambaipeguá I *(MS)* | 1,41 | R$ 50.022 |
| HELIO PEREIRA DE MORAIS FILHO (Sócio da Agropecuária São Domingos Savio Ltda) | Vale do Guaporé *(MT)* | 10,19 | R$ 50.000 |
| CLODOVEU FRANCIOSI | Menkü *(MT)* | 1.184,68 | R$ 50.000 |
| DOUGLAS GUEDIN | Dourados-Amambaipeguá I *(MS)* | 159,26 | R$ 30.000 |
| SILVIO EDUARDO BURANI (Sócio da Agropecuária Santa Mariana Ltda) | Dourados-Amambaipeguá I *(MS)* | 1.114,11 | R$ 30.000 |
| EDMUNDO AGUIAR RIBEIRO | Potrero Guaçu *(MS)* | 21,29 | R$ 30.000 |
| LUIZ ANISIO BORTOLUZZI | Paresi *(MT)* | 3,52 | R$ 30.000 |
| ALVAREZ E EDGAR CHERUBINI (Sócios da Sinopema S/A Ind. e Com. de Madeiras) | Batelão *(MT)* | 20.570,01 | R$ 25.000 |
| VINCENZO ANTONIO SPEDICATO (Sócio da Intelli Ind. de Terminais Elétricos Ltda) | Porquinhos dos Canela-Apãnjekra *(MA)* | 10.983,71 | R$ 25.000 |
| WILSON BROCHMANN (Sócio da Agropecuária Maragogipe Ltda) | Iguatemipegua I *(MT)* | 1.470,49 | R$ 20.000 |
| ANTONIO LEMOS BERALDO | Paukalirajausu *(MT)* | 66,21 | R$ 20.000 |
| MARCOS DE ALMEIDA PRADO | Dourados-Amambaipeguá I *(MS)* | 0,12 | R$ 20.000 |
| AROLDO FERREIRA CORREA & FILHO | Buriti *(MS)* | 1.626,50 | R$ 20.000 |
| MAURO AGUIAR RIBEIRO | Iguatemipegua I *(MS)* | 141,53 | R$ 15.000 |
| SERGIO DE AZEVEDO BARROS | Dourados-Amambaipeguá I *(MS)* | 3,77 | R$ 15.000 |
| LUIZ CARLOS RIBEIRO LEMOS DE MELO | Paukalirajausu *(MT)* | 311,76 | R$ 12.000 |
| LAIZ VIOLIN CICERI (Sócia de Antonio Dionisio Ciceri) | Dourados-Amambaipeguá I *(MS)* | 936,34 | R$ 10.000 |
| CELSO ANTONIO FRARE (Sócio da Morro Chato Agropecuária Ltda) | Sombrerito *(MS)* | 935,70 | R$ 10.000 |
| JOSE ROBERTO TEIXEIRA | Guyraroká *(MS)* | 4.192,47 | R$ 10.000 |
| LUIZ ANTONIO STAUT VILAFANHA | Dourados *(MS)* | 0,45 | R$ 10.000 |
| ROVILSON ALVES CORREA | Kadiwéu *(MS)* | 34,36 | R$ 10.000 |
| **TOTAL** | | **60.124,91** | **R$ 1.116.562** |

FONTES: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) / DE OLHO NOS RURALISTAS



(FPE Guaporé/Funai)



(Divulgação)

# 2. RAPOSAS NO GALINHEIRO

## SENADOR POSSUI FAZENDA EM ÁREA DE INDÍGENAS ISOLADOS

Jaime Maximino Bagattoli foi eleito senador de Rondônia em 2022 pelo Partido Liberal, o mesmo de Bolsonaro. Com patrimônio declarado de mais de R$ 55 milhões, o catarinense nascido em José Boiteux é dono do Grupo Bagattoli, com sede em Vilhena (RO). A empresa reúne a Transportadora Giomila, a Rede Catarinense de postos de combustíveis e diversas fazendas voltadas para o plantio de soja e criação de gado.[36] Ao assumir o mandato, Bagattoli imediatamente se tornou membro da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Em 19 de abril de 2023, Dia dos Povos Indígenas, Bagattoli propôs dois projetos de lei, os PLs 2009/2023 e 1988/2023: o primeiro pretende garantir ao fazendeiro o direito de "solicitar diretamente o uso de força policial para a retirada dos invasores, independentemente de ordem judicial"; o segundo altera o Código Penal para incluir na seção de crimes contra o patrimônio a invasão de propriedades rurais.

De Olho nos Ruralistas revela neste relatório que ele mesmo é dono de uma terra grilada.

A Transportadora Giomila, pertencente a Jaime e seu irmão Orlando Bagattoli, é dona da Fazenda São José, um imóvel de 1.118,25 hectares dedicado à pecuária bovina, em Corumbiara (RO).

Adquirida pelos irmãos em 2011, por meio da penhora de uma dívida contraída pelos antigos proprietários, a fazenda possui 0,26 hectares — isto é, 2.600 metros quadrados — sobrepostos à TI Rio Omerê, um território de indígenas isolados homologado em abril de 2006. De acordo com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a área **irregular** é um pouco maior: 0,5 hectares, ou 5 mil metros quadrados.

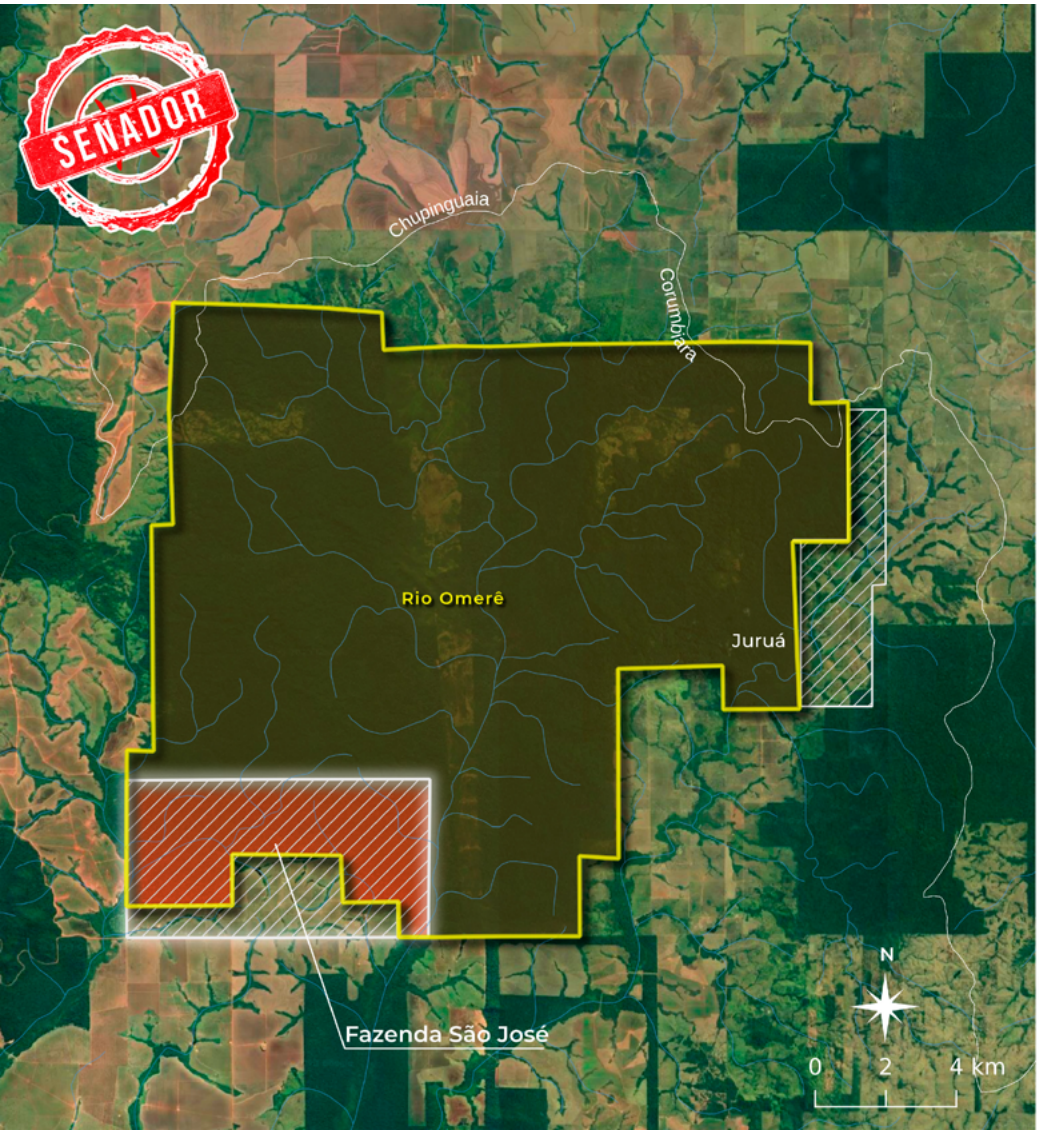
Em novembro de 2007, um ano após a homologação, a empresa São José Jacuri Agropecuária, então titular da área, pertencente à família Junqueira Cleto, protocolou um novo registro do imóvel, anteriormente denominado "Lote 91 e 92 da Gleba Corumbiara", invadindo 2.591,76 hectares da terra indígena. Essa investida fundiária aparece até hoje nos registros do Incra. Assim como a certificação oficial, a "falsa" também foi transferida para a empresa de Bagattoli após a penhora.[37]

Natural de Campinas (SP), a família Junqueira Cleto está em Rondônia desde os anos 1980, mesmo período em que compraram áreas na antiga Gleba Corumbiara. Eles já protagonizavam conflitos com indígenas: em 1986, Maria Emy Andrade Junqueira Cleto ingressou na Justiça, junto a outros latifundiários, para impedir que fosse declarada a restrição de uso da TI Rio Omerê, alegando que não havia presença indígena na área. Em 1995, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o advogado dos fazendeiros disse que os indígenas foram "plantados" na região — argumento muito usado em áreas com presença

de povos isolados.[38]

A Fazenda São José não foi declarada pelo senador ao Tribunal Superior Eleitoral. Em Corumbiara, cenário da grilagem, ele foi o candidato mais votado, com 1.280 votos.

Mesmo com um conflito de interesses tão escandaloso, caberá ao Senador da República Jaime Bagattoli avaliar o PL 490/2007, sobre o Marco Temporal — que passará pela apreciação do Senado, após ter sido aprovado em 30 de maio na Câmara. Caso aprovado e sancionado pelo presidente Lula, o projeto beneficiará diretamente os negócios do político.




## SOBREPOSIÇÃO EM RONDÔNIA

TERRA INDÍGENA RIO OMERÊ
POVOS AKUNTSÚ E KANOÉ

**Fazenda São José**
Registro jan/2007 - 1.118,03 ha
Registro nov/2007 - 3.716,03 ha

**Município:** Corumbiara (RO)

**Quem disputa:**
Transportadora Giomila Ltda

**Sócios da empresa:**
Sen. Jaime Bagattoli (PL-RO)
Orlando Bagattoli (irmão)

**Área sobreposta** (segundo o Incra):
**2.591,76 ha**

Terra Indígena
Imóvel rural
Área de sobreposição
Divisão municipal
Hidrografia

Fonte: Funai (2022); Incra (2022); IBGE (2021); Mapbiomas col. 7 | Basemap: ESRI | SRC: Sirgas 2000

Localizada no sul de Rondônia, a TI Rio Omerê abriga os últimos sobreviventes dos povos Akuntsu e Kanoê, duas etnias de recente — e catastrófico — contato. Durante os anos 1970, aldeias inteiras foram dizimadas pela truculência dos invasores e por doenças para as quais não tinham anticorpos. Como se não bastasse, enormes porções de terra foram roubadas deles por fazendeiros, com a conivência de órgãos estatais.

Em 1985, o indigenista Marcelo Santos, da Funai, encontrou resíduos de cabanas destruídas e flechas quebradas na região, e obteve uma ordem de proteção para um pedaço de terra chamado Omerê, nas margens do igarapé de mesmo nome, um dos afluentes do Rio Corumbiara. Dez anos depois, em 1995, ele comandou uma expedição que contatou cinco remanescentes dos Kanoê e identificou, pela primeira vez, os Akuntsu. O povo era desconhecido dos indigenistas e, naquele momento, contava com apenas sete sobreviventes.

Em entrevista ao De Olho nos Ruralistas, a professora indígena Eva Kanoé relata o sofrimento de seus antepassados causado pela cisão da etnia, que se dividiu em dois grupos durante o período das invasões — a vertente que ficou no território Omerê foi praticamente dizimada.

"A avó foi transferida compulsoriamente do antigo território para a TI Ricardo Franco, no Rio Guaporé", recorda. "Nesse processo de deslocamento forçado, as famílias Kanoê foram separadas e muitas mulheres foram para não se sabe onde. A avó foi separada do marido e, como punição por 'mau comportamento', foi levada para outra TI, a Ribeirão". Ela conta que a anciã não gostava de falar sobre o passado e, por temer novas perseguições, não lhes ensinou a língua materna, hoje extinta. "Lá ela trabalhou como costureira e foi constrangida a trabalhar como prostituta. Sofreu tanta violência que, depois disso, ela negou a sua história".[39]

Depois do contato inicial, nos anos 1990, o território foi interditado pelo Ministério da Justiça. Mas fazendeiros da região reagiram imediatamente: difundiram a mentira de que o contato anunciado pela Funai era uma farsa, montada com "índios atores". A Polícia Federal em Rondônia abriu inquérito para investigar tentativa de genocídio contra os Kanoê e Akuntsu. Depois, um acampamento da Funai foi erguido na entrada de uma das reservas de florestas, às margens de um pequeno igarapé afluente do Omerê, para exercer a vigilância territorial e assistir os sobreviventes dos dois povos.[40]

Em 2011, um fazendeiro que ocupava irregularmente a área da TI obteve da Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Rondônia a autorização para retirar 17 mil m³ de madeira nativa. O argumento do governo estadual para aprovar a exploração madeireira era o atraso no recebimento de indenização pelas "benfeitorias de boa-fé" no interior do território, Mas a autorização foi cancelada pela Procuradoria Federal Especializada junto à Funai no município de Cacoal.[41]

## CLÃ BAGATTOLI RESPONDE POR CRIME AMBIENTAL

Jaime Bagattoli enfrenta hoje denúncia de abuso de poder econômico na Justiça Eleitoral, por indícios de adulteração de valores para burlar o limite de gastos de campanha. Entre as contas reprovadas, o senador afirma ter gasto apenas R$ 300 com o aluguel de seis carros por 43 dias. Caso ele seja condenado, a ação pode levar à perda do mandato.[42]

Os primeiros meses de sua atividade legislativa no Senado evidenciam suas prioridades na vida pública. Entre os compromissos de campanha, Bagatolli prometeu regularizar todos os garimpos de Rondônia, inclusive aqueles localizados dentro de territórios indígenas.[43] Em abril, ele subiu à tribuna para cobrar do governo a entrega de títulos de terras no estado, atribuindo a essa demora — e aos camponeses — a culpa pelo desmatamento.



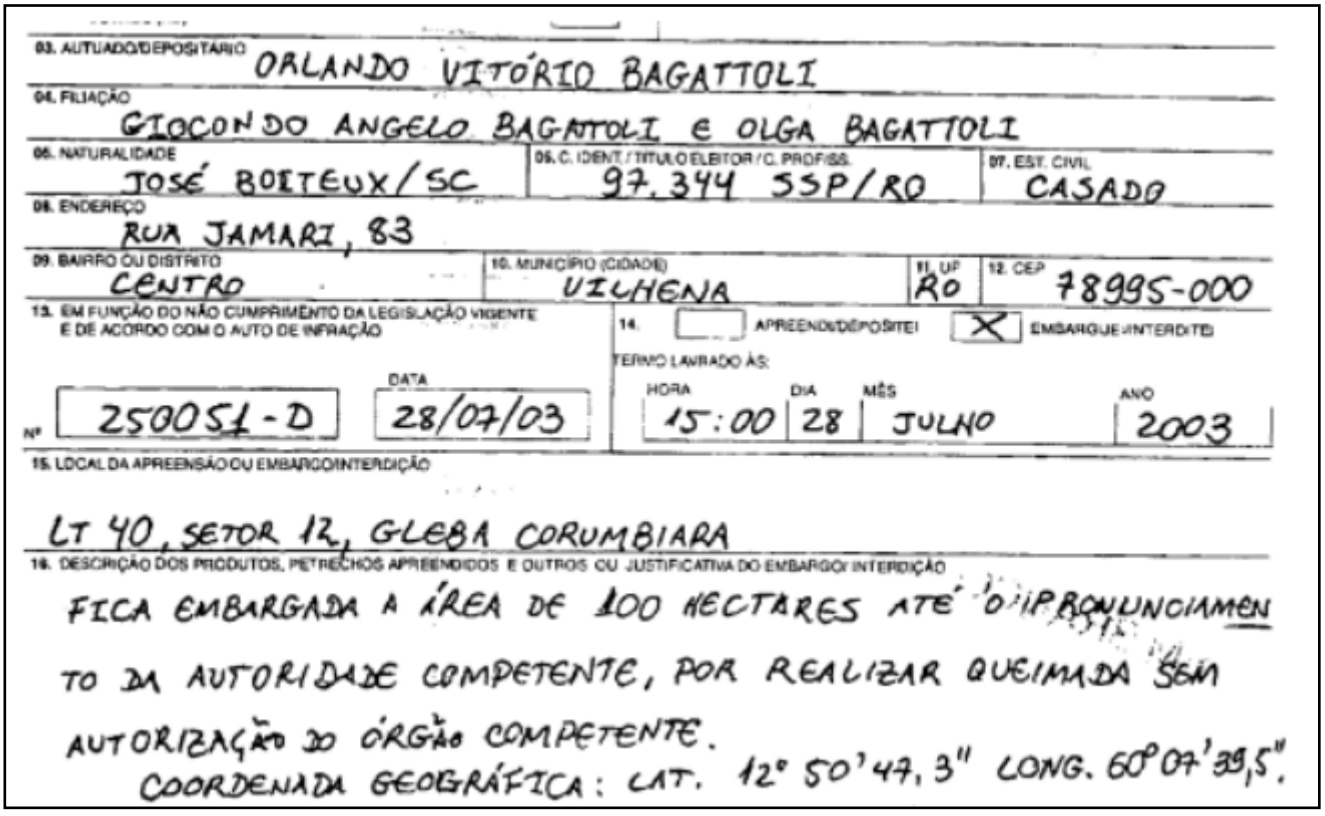
Membro da FPA, Bagatolli articula a aprovação do Pacote do Veneno no Senado. (Divulgação/Jaime Bagattoli)

"Precisamos acertar essa regularização fundiária para que os pequenos produtores não continuem desmatando áreas que pertencem à União", declarou, sem citar seu interesse privado nas terras.[44] Bagattoli compõe o grupo de parlamentares que vem pressionando o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para a instalação da CPI das ONGs na Amazônia.[45]

Em março, o senador foi autor de um requerimento de informação destinado ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, pedindo providência diante do que descreve como escalada da "violência no campo contra propriedades privadas agrícolas".[46] No mesmo mês, Bagattoli requereu uma audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre os desafios do manejo florestal no bioma amazônico.[47]

A família Bagattoli é ligada ao ramo madeireiro desde que migrou para Rondônia. O início da atividade na Amazônia foi com a venda de madeira nativa do bioma em José Boiteux (SC), onde alguns parentes ainda atuam no ramo. O clã acumula denúncias de crimes ambientais.

A Indústria Madeireira Selva Norte Ltda. foi multada em 2004 por armazenar madeira ilegal. Ela está registrada em nome de outros dois irmãos do senador, Gilmar e Valdemar Bagatolli. No mesmo ano, Jaime foi multado pelo Ibama por quatro infrações contra a flora, totalizando R$ 34 mil em multas. Em 2003, Orlando Bagatolli, irmão, sócio e principal financiador de campanha do senador, teve uma área de 100 hectares embargada na Gleba Corumbiara, região das propriedades sobrepostas à TI Rio Omerê, por desmatamento com uso de fogo.[48]



03. AUTUADO/DEPOSITÁRIO: ORLANDO VITÓRIO BAGATTOLI
04. FILIAÇÃO: GIOCONDO ANGELO BAGATTOLI E OLGA BAGATTOLI
05. NATURALIDADE: JOSÉ BOITEUX/SC
06. C. IDENT./TÍTULO ELEITOR/C. PROFISS.: 97.344 SSP/RO
07. EST. CIVIL: CASADO
08. ENDEREÇO: RUA JAMARI, 83
09. BAIRRO OU DISTRITO: CENTRO
10. MUNICÍPIO (CIDADE): VILHENA
11. UF: RO
12. CEP: 78995-000
13. EM FUNÇÃO DO NÃO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE E DE ACORDO COM O AUTO DE INFRAÇÃO
14. [ ] APREENSÃO/DEPÓSITO [X] EMBARGO/INTERDITO
TERMO LAVRADO ÀS: HORA 15:00 DIA 28 MÊS JULHO ANO 2003
Nº 250051-D DATA 28/07/03
15. LOCAL DA APREENSÃO OU EMBARGO/INTERDIÇÃO
LT 40, SETOR 12, GLEBA CORUMBIARA
16. DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS, PETRECHOS APREENDIDOS E OUTROS OU JUSTIFICATIVA DO EMBARGO/ INTERDIÇÃO
FICA EMBARGADA A ÁREA DE 100 HECTARES ATÉ O PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE COMPETENTE, POR REALIZAR QUEIMADA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE.
COORDENADA GEOGRÁFICA: LAT. 12° 50' 47,3" LONG. 60° 07' 39,5".

Cópia digitalizada do embargo aplicada ao irmão de Jaime Bagattoli, em área vizinha à invasão da TI Rio Omerê. (Divulgação/Jaime Bagattoli)

O atual senador foi preso em 2020, ao lado de Orlando Bagattoli, por dano ao patrimônio público. Ambos foram flagrados quebrando um meio-fio com marretas: argumentavam que a construção atrapalhava o fluxo de veículos em uma das filiais do Posto Catarinense, do Grupo Bagattoli. Na ocasião, Orlando empurrou e agrediu verbalmente um técnico do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), órgão responsável pela instalação do meio-fio. Os empresários pagaram fiança e respondem em liberdade.[49]



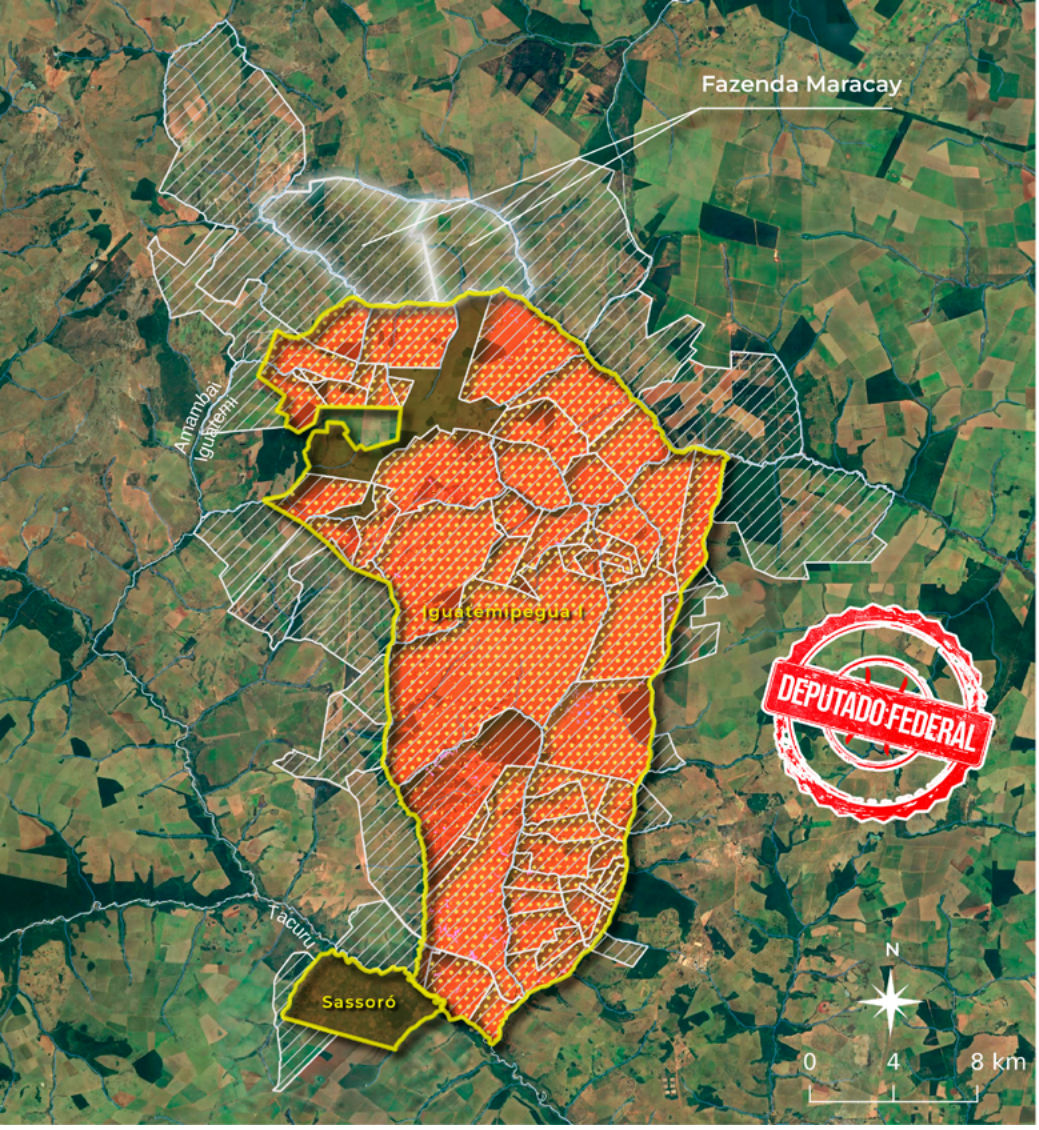
Ruralista da velha guarda, Dilceu Sperafico voltou à Câmara em 2022. (Agência Câmara)

# DEPUTADO SPERAFICO DISPUTA ÁREA COM POVO GUARANI KAIOWÁ

É a sétima vez dele na Câmara. Eleito em 2022, aos 74 anos, o deputado Dilceu Sperafico (PP-PR) já havia ocupado o cargo por seis mandatos consecutivos, entre 1995 e 2018, quando se licenciou para assumir a Secretaria da Casa Civil de Cida Borghetti (PP), ex-governadora do Paraná. Natural de Santa Rosa (RS), mas com domicílio eleitoral em Toledo (PR), o político é um dos proprietários do Grupo Sperafico, dedicado à comercialização de soja, milho, trigo e derivados, com foco nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e propriedades rurais espalhadas pelo Pará e Tocantins — por meio da compra de imóveis pertencentes à Boi Gordo, autora de uma das maiores fraudes financeiras da história brasileira.[50]

Em recuperação judicial, a empresa é administrada por diversos membros da família Sperafico, alguns deles com passagem em cargos políticos, como seu irmão, Dilso Sperafico, ex-deputado federal, e seu filho, Natan Sperafico, suplente de deputado estadual no Paraná. Sempre atuando contra os direitos indígenas nos cargos que ocupa, Dilceu é também o invasor de uma terra indígena no Mato Grosso do Sul. Em Amambai, ele aparece ao lado dos irmãos como co-proprietário da Fazenda Maracay, de 4.418 hectares. As áreas de plantio de soja ultrapassam a divisa com a TI Iguatemipegua I, do povo Guarani Kaiowá. O imóvel é uma sociedade entre os irmãos Sperafico: Élio é o sócio majoritário, com 37,5%, enquanto Dilceu, Itacir, Dilso e Levino possuem 12,5%. Completa a sociedade um filho de Élio, com 12,5%. Avaliado em R$ 92,9 milhões, o imóvel está sob penhora, para quitar as dívidas acumuladas pela família.[51]

Na mesma região, em 2007, um ônibus do grupo Sperafico deu apoio logístico a um ataque armado contra a Comunidade Indígena Kurussu Ambá. Esse atentado culminou no assassinato de uma indígena Guarani Kaiowá, de 73 anos. Segundo relato do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o corpo da vítima e de outro ferido foram levados ao ônibus e deixados na beira da rodovia MS-289, próximo da Aldeia Taquaperi, município de Coronel Sapucaia (MS).[52]




## SOBREPOSIÇÃO NO MATO GROSSO DO SUL

TERRA INDÍGENA IGUATEMIPEGUÁ
POVO GUARANI KAIOWÁ

**Fazenda Maracay** 4.418,30 ha
**Município:** Amambai (MS)

**Quem disputa:**
Dep. Dilceu Sperafico (PP-PR)
**Dirigente da Frente Parlamentar da Agropecuária*

**Sócios na fazenda:**
Élio Sperafico (irmão)
Itacir Antônio Sperafico (irmão)
Dilso Sperafico (irmão)
Levino José Sperafico (irmão)
Elói Sperafico (sobrinho)

**Área sobreposta** (segundo o Incra):
**3,09 ha**

Terra Indígena
Imóvel rural
Área de sobreposição
Divisão municipal
Hidrografia

Cobertura agropecuária do solo
Pasto
Soja
Outras Áreas não Vegetadas

Fonte: Funai (2022); Incra (2022); IBGE (2021); Mapbiomas col. 7 | Basemap: ESRI | SRC: Sirgas 2000

O histórico de violência contra os povos indígenas permeia a trajetória parlamentar de Sperafico, um dos principais defensores da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215/2000, que pretendia delegar ao Legislativo a atribuição de demarcar novos territórios indígenas e revogar homologações já realizadas.[53] A proposta acabou sendo incorporada ao PL 490/2007, do Marco Temporal.

Em 2013, o político bolsonarista participou de um ato em Guaíra (PR), na fronteira com o Paraguai, distribuindo adesivos com os dizeres "Verdade, alimento e união: base de uma nação" e "Confisco, não. Fora Funai". O protesto se dava contra a demarcação da TI Tekoha Guasu Guavira, do povo Avá-Guarani, que aguarda até hoje a homologação do território.[54]

Ao lado dos filhos de Jair Bolsonaro, Dilceu esteve no Aeroporto de Brasília, em março, para prestigiar o regresso do ex-presidente, após três meses em Miami. Em 2021, tinha sido sondado pelo companheiro de partido, Ciro Nogueira (PP-PI), para assumir um ministério. Disse que se interessava somente pela pasta da Agricultura, ocupada por Tereza Cristina.[55] Como a colega sul-mato-grossense, Sperafico presidiu a FPA, ele em 2005, poucos anos após a frente se formalizar. Hoje, ocupa a diretoria como vogal.

Tanto na política quanto na atividade empresarial, Dilceu Sperafico acumula denúncias de corrupção e sonegação fiscal. Em 2016, foi um dos responsáveis pela indicação do superintendente regional do Ministério da Agricultura no Paraná, Gil Bueno de Magalhães. Gil foi preso no ano seguinte, durante a Operação Carne Fraca, por integrar organização criminosa que facilitava a fiscalização de frigoríficos em troca de propina. Entre os envolvidos estava a JBS, um dos principais financiadores da campanha de Sperafico em 2014.[56]

Em sua última campanha, Sperafico declarou mais de R$ 46 milhões em bens ao TSE — um patrimônio acumulado, em grande parte, pelo acúmulo de dívidas não pagas. Em 2019, Dilceu devia R$ 129 milhões em tributos para a União, o que levou o grupo familiar à recuperação judicial, com um passivo superior a R$ 1 bilhão, sem contar as dívidas trabalhistas.[57]

Em crise pelo menos desde 2008, quando era considerado um dos maiores produtores de trigo do país, o Grupo Sperafico teve de vender 45 armazéns de estocagem e cinco unidades de esmagamento de soja para o braço agrícola da mineradora suíça Glencore. A empresa tem interesse em explorar territórios indígenas: segundo a quarta edição do relatório "Cumplicidade na Destruição", publicado pela Amazon Watch em fevereiro de 2022, a multinacional é autora de três pedidos de mineração sobrepostos a TIs.[58]

As dívidas da família se acumulam. No último mês de janeiro, Itacir Antonio Sperafico, irmão de Dilceu e sócio do grupo agroindustrial, ofereceu uma fazenda de 10 mil hectares em Tabaporã (MT), avaliada em R$ 64 milhões, como pagamento para quitar uma dívida de R$ 18 milhões junto ao Ibama. Segundo o órgão de fiscalização ambiental, o fazendeiro é responsável pelo desmatamento de cerca de 1.500 hectares de floresta amazônica em 2012, no município de Ulianópolis (PA). O imóvel alvo da fiscalização pertencia ao grupo, mas foi penhorado por dívidas.[59]




**Dilceu Sperafico levou o presidente da Câmara, Arthur Lira, para a Show Rural, em Cascavel (PR). (Divulgação)**



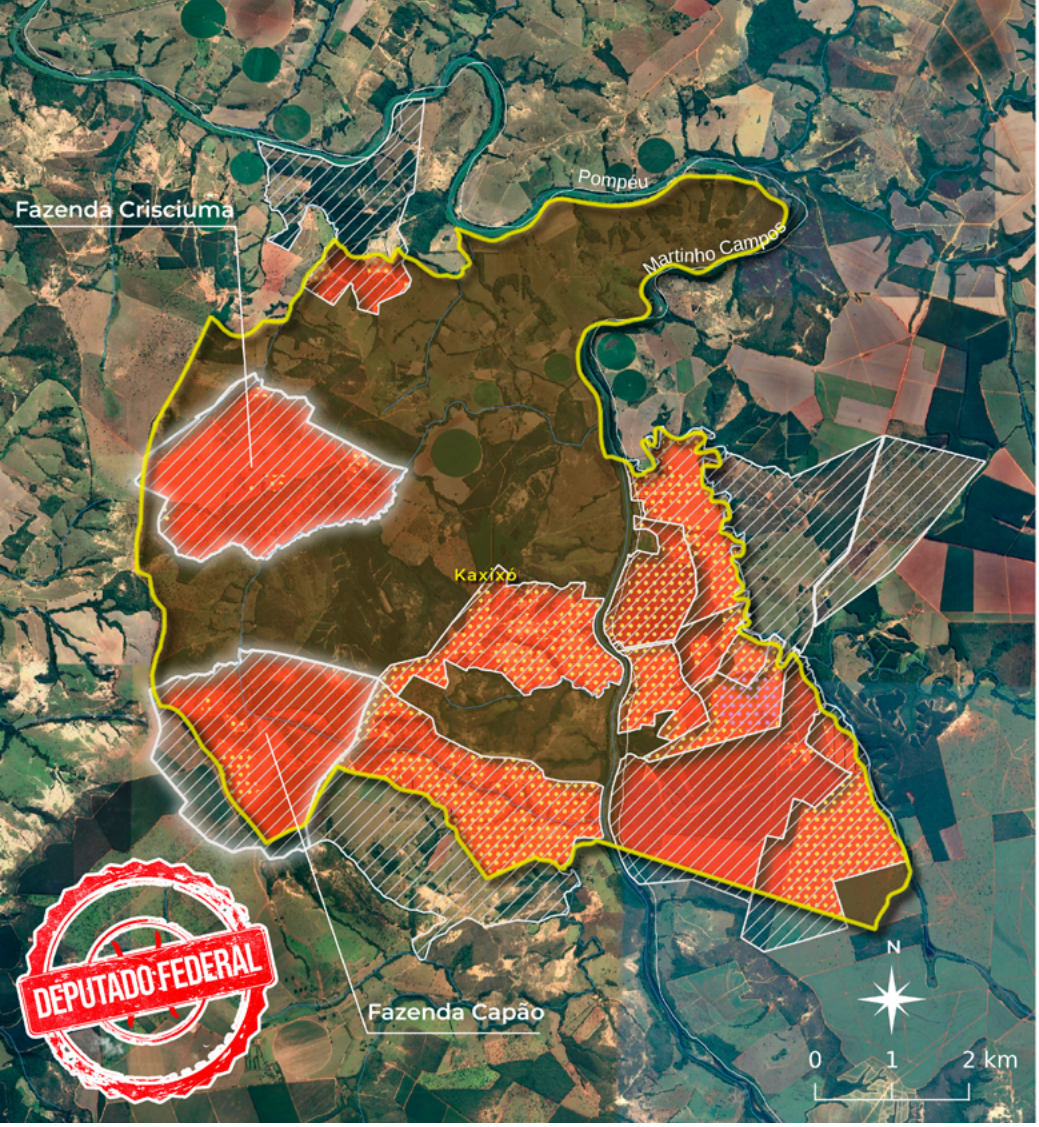
Pai e filho, unidos pelo desrespeito aos direitos indígenas. (Portal WebTerra)

# ENDIVIDADO, NEWTON CARDOSO JR. OCULTA CONFLITO COM INDÍGENAS

Político tradicional de Minas Gerais, Newton Cardoso foi governador entre 1987 e 1991 e prefeito de Contagem por três ocasiões. Conhecido como Newtão, o emedebista foi deputado federal e vice-governador de Itamar Franco entre 1999 e 2003. Aos 84 anos, o político vê o filho seguir seus passos na vida pública: no ano passado, Newton Cardoso Júnior (MDB-MG), que preside o diretório estadual do MDB, se reelegeu para o terceiro mandato consecutivo na Câmara.

O deputado Newton Cardoso Jr. foi membro da equipe de transição do Governo Lula e é um dos 27 vogais da diretoria da Frente Parlamentar da Agropecuária. Juntos, pai e filho são sócios da Companhia Siderúrgica Pitangui, empresa que reivindica uma série de fazendas no norte de Minas — parte delas suspeitas de grilagem e parcialmente sobrepostas à TI Kaxixó.

A empresa aparece nos registros do Incra como titular das Fazendas Crisciúma e Capão, em Martinho Campos (MG). As duas encontram-se completamente sobrepostas ao território do povo Kaxixó: a primeira com 460,20 hectares, a segunda com 373,84, conforme mostrado no mapa.




## SOBREPOSIÇÃO EM MINAS GERAIS

TERRA INDÍGENA KAXIXÓ
POVO KAXIXÓ

**Fazenda Crisciuma** 461,49 ha
**Fazenda Capão** 499,215
**Município:** Martinho Campos (MG)

**Quem disputa:**
Companhia Siderúrgica Pitangui
*(Pitangui Agro-Florestal - Filial)*

**Sócios da empresa:**
Dep. Newton Cardoso Junior (MDB-MG)
**Dirigente da Frente Parlamentar da Agropecuária*
Newton Cardoso (pai e ex-governador)

**Área sobreposta** (segundo o Incra):
**834,04 ha**

Terra Indígena
Imóvel rural
Área de sobreposição
Divisão municipal
Hidrografia

Cobertura agropecuária do solo
Pasto
Soja
Outras Lavouras Temporárias

Fonte: Funai (2022); Incra (2022); IBGE (2021); Mapbiomas col. 7 | Basemap: ESRI | SRC: Sirgas 2000

Durante três séculos de invasões, os Kaxixó foram obrigados a se deslocar cada vez mais para o norte de sua terra original, na Serra do Curral — que hoje serve de cartão-postal de Belo Horizonte. Eles foram reconhecidos como etnia pela Funai em 2001. Seu território, inicialmente reivindicado em 54 mil hectares, foi encolhido para 27 mil e, mais uma vez, para 5,5 mil. Quase dez vezes menos. Nem assim a demarcação veio. Na prática, as três aldeias Kaxixó, juntas, não ocupam mais do que 6 hectares. O restante das terras está na mão de fazendeiros ou de condomínios; ou arrendadas para o plantio de eucalipto.

Em junho de 2013, meses após após o reconhecimento da TI Kaxixó, a FPA coordenou uma série de protestos simultâneos contra a política federal de demarcação das terras indígenas e de titulação dos territórios quilombolas. Em Minas, um dos protestos aconteceu justamente em Martinho Campos, onde produtores rurais e estudantes fecharam a BR-164, posicionando-se contra a demarcação da área dos Kaxixó.[60]

Próximo das pautas ruralistas, Newton Cardoso Jr. foi relator do PL 4059/2012, que pretendia liberar a compra de até 100 mil hectares de terra por parte de estrangeiros. Historicamente, o deputado mineiro é ligado à defesa dos setores siderúrgico e de silvicultura, além de manter uma empresa de pecuária bovina. Em 2018, ele foi absolvido pelo STF após ter sido acusado de transporte ilegal de carvão vegetal, fruto de uma fiscalização realizada dez anos antes.[61]

Em 2009, o ex-governador Newton Cardoso se divorciava da mãe do deputado, Maria Lúcia Cardoso, à época também deputada federal pelo MDB. Uma reportagem da Revista Veja revelou as proporções dos negócios da família: após descobrir que o marido estava em Londres, na companhia de uma

amante, a ex-deputada federal deu entrada em um divórcio litigioso. E pediu metade dos bens do ex-governador. Segundo Maria Lúcia, o patrimônio real estava entre R$ 2,5 bilhões e R$ 3 bilhões, com cem fazendas, 16 empresas no Brasil, seis delas sediadas em paraísos fiscais, uma praia na Bahia, aviões, dezenas de carros e vários imóveis, alguns deles em Nova York e Paris. O ex-governador também seria proprietário de um hotel três-estrelas na capital francesa, o Résidence des Halles, perto do Museu do Louvre, e de uma conta bancária na Suíça.[62]

Os bens atingiam um valor 200 vezes maior que o declarado por Newtão à justiça eleitoral em 2006, quando tentou uma vaga para o Senado. Eleita para a prefeitura de Pitangui (MG) em 2020, a mãe de Newton Cardoso Jr. teve o mandato cassado no ano passado, acusada pelo Ministério Público de omitir gastos e fraudar a prestação de contas.[63] Eleito para o terceiro mandato consecutivo, o filho declarou pouco mais de R$ 2 milhões em bens na última eleição.

Devedor contumaz de tributos junto ao poder público, Newton Cardoso Jr. foi relator da Medida Provisória que alterou as regras do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), em 2017, durante o governo Temer. Segundo levantamento do site Poder 360, ele é o parlamentar que mais deve à União. Os débitos tributários são principalmente das empresas Rio Rancho Agropecuária (R$ 99,2 milhões) e da Companhia Siderúrgica Pitangui (R$ 82,3 milhões). O total de dívidas do congressista chega a R$ 190,6 milhões. Sua nomeação para a relatoria do Refis foi motivo de protestos pela oposição.[64]

Sua trajetória de conflitos de interesses na Câmara não para por aí. Além de atuar para facilitar o abatimento de suas dívidas, o parlamentar foi autor do PL nº 6411/2016, que propõe acabar com a obrigatoriedade do licenciamento ambiental prévio e dos estudos de impacto para áreas de reflorestamento. No norte de Minas Gerais, próximo da divisa com a Bahia, ele e o pai são donos de uma série de fazendas de reflorestamento.

Os setores da siderurgia e do eucalipto andam lado a lado na região: a Siderúrgica Pitangui utiliza carvão vegetal proveniente do eucalipto, cultivado pela Rio Rancho em diversas fazendas, como matéria-prima para produção de ferro gusa. Braço agropecuário do grupo, a Rio Rancho foi investigada pelo MPF por grilagem de terras devolutas no norte mineiro, invadindo o território de uso tradicional de comunidades geraizeiras. Em 2017, mais uma vez legislando em causa própria, Newton Cardoso Júnior votou a favor da Medida Provisória 759, conhecida como "MP da Grilagem", que dava brechas para a legalização de áreas públicas invadidas.[65]

Uma das empresas do grupo Newton Cardoso, a Florestal Vale Jequitinhonha, foi alvo de busca e apreensão em 2018 após suspeitas de evasão de divisas por meio de contas offshore. Pai e filho foram citados na investigação do Panama Papers como beneficiários das offshores Cyndar Management LLC e Desco Trading Ltd., abertas junto à firma panamenha Mossack Fonseca. E-mails internos da consultoria revelaram que o objetivo das remessas de dinheiro para o exterior eram a compra de um flat em Londres e um helicóptero.[66]



**Monocultura de eucalipto da Rio Rancho, em Minas Gerais. (Repórter Brasil)**



Governador Ratinho Jr posa com cocar durante evento do 19 de abril. (Divulgação)

# FAMÍLIA DO GOVERNADOR RATINHO JR DISPUTA TERRAS NO ACRE

Mais conhecido como Ratinho, o paranaense Carlos Roberto Massa é um dos comunicadores mais famosos do país. Ele ganhou notoriedade antes mesmo de migrar para o SBT, na década de 1990, quando ainda apresentava programas policiais, portando um cassetete, vociferando contra criminosos e a favor da violência policial.

Sua trajetória política começou nos anos 1970, como vereador de Jandaia do Sul, no interior do Paraná. Entre 1989 e 1991, foi vereador de Curitiba, elegendo-se deputado federal para a legislatura 1991-1995, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que serviria de base para a candidatura de Fernando Collor, presidente eleito que sofreu impeachment em 1992.

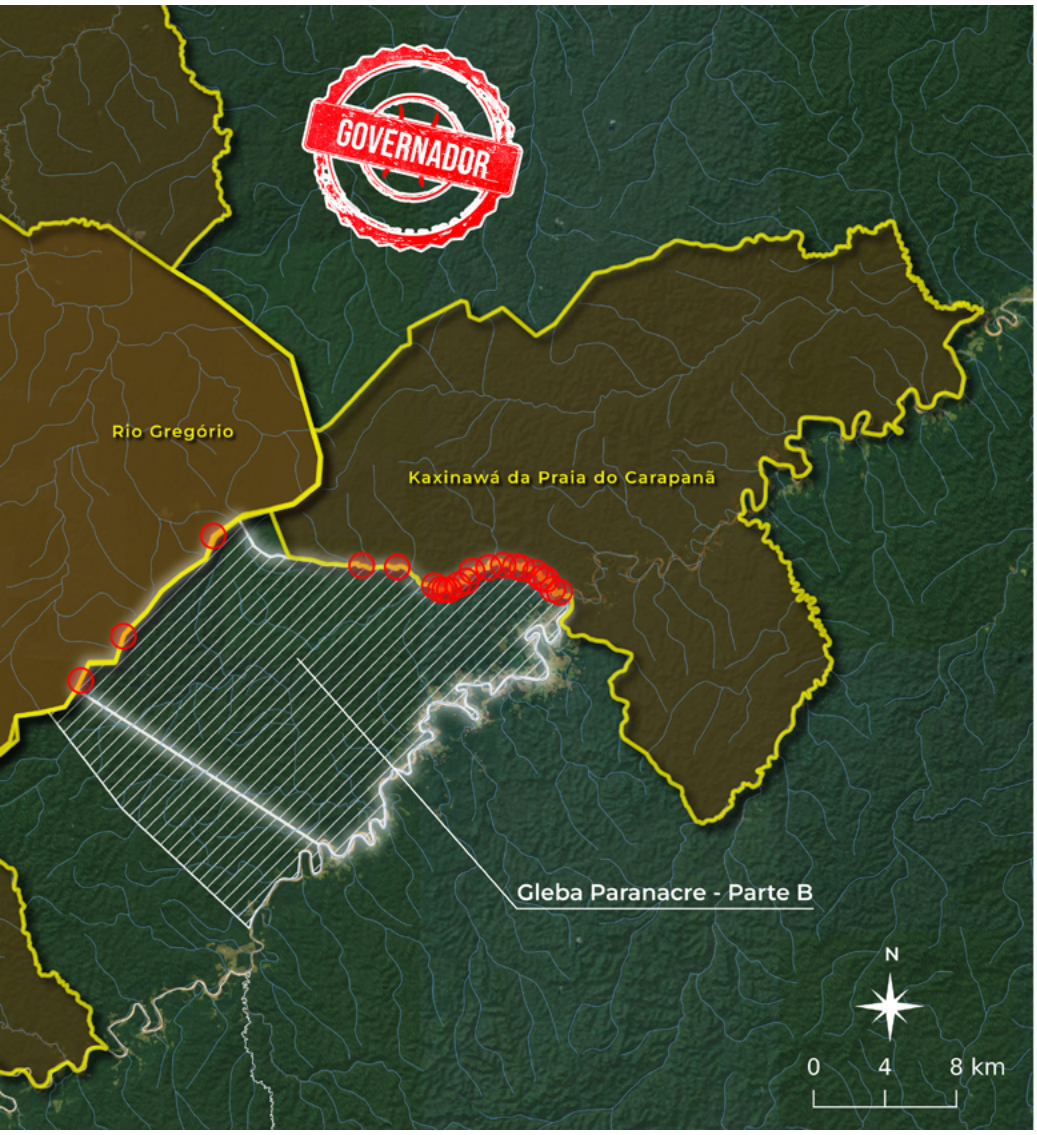
Diferente do pai, seu filho Ratinho Júnior (PSD) teve uma trajetória política meteórica, tornando-se governador do Paraná aos 38 anos. No ano passado foi reeleito para um segundo mandato.

Além do capital político, a família acumulou uma fortuna ao longo dos anos, avaliada em R$ 530 milhões. Ratinho possui uma emissora de rádio e televisão própria no Paraná, a Rede Massa e 19 fazendas espalhadas pelo país, onde investe na pecuária e no plantio de soja, milho e café.

Duas propriedades ficam no Acre, no município de Tarauacá, e envolvem um conflito histórico com o povo Huni Kuin (também conhecido por Kaxinawá), além de disputas com os posseiros que permaneceram na região após a dissolução dos seringais.

Ratinho comprou as glebas em 2002, após pagar cerca de R$ 330 mil à Companhia Paranaense de Colonização Agropecuária e Industrial do Acre (Paranacre), empresa apontada como principal promotora de grilagem na região. A Gleba Paranacre - Parte B está registrada em nome da Agropecuária RGM, uma sociedade entre o apresentador e os outros dois filhos. Ela invade, em seus limites, a TI Kaxinawá da Praia do Carapanã, regularizada desde 2001. Os 13,82 hectares da fazenda sobrepostos à área indígena são, portanto, ilegais.

O imóvel é vizinho da TI Rio Gregório, que abriga sete aldeias das etnias Yawanawá, Kaxinawá/Huni Kuin e Katukina-Pano. Na região, Ratinho possui um histórico de conflitos contra as comunidades indígenas locais — em especial os Yawanawá —, que resistem contra o interesse do apresentador de estabelecer um grande projeto de exploração de madeira na Amazônia, conforme noticiado em 2021 pelo De Olho nos Ruralistas na série de reportagens "Ratinho, o fazendeiro".[67]




## SOBREPOSIÇÃO NO ACRE

TI KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ
POVO KAXINAWÁ

**Gleba Paranacre - Parte B**
26.006,76 ha
**Município:** Tarauacá (AC)

**Quem disputa:**
Agropastoril RGM Ltda
*Pertence à família do Gov. Ratinho Jr. (PSD-PR)

**Sócios da empresa:**
Carlos Roberto Massa (Ratinho, pai)
Gabriel Martinez Massa (irmão)
Rafael Martinez Massa (irmão)

**Área sobreposta** (segundo o Incra):
**13,82 ha**

Terra Indígena
Imóvel rural
Local de sobreposição
Divisão municipal
Hidrografia

Fonte: Funai (2022); Incra (2022); IBGE (2021); Mapbiomas col. 7 | Basemap: ESRI | SRC: Sirgas 2000

Pai e filho fizeram de tudo para contribuir na campanha presidencial fracassada de Jair Bolsonaro. Ratinho o convidou para seu programa por diversas vezes e gravou vídeos de apoio à sua campanha. Ratinho Jr. foi alvo de notícia-crime por se utilizar dos sistemas de comunicação da Paraná Inteligência Artificial (PIA) e do Detran-PR, órgãos públicos, para disparar mensagens de apoio a Bolsonaro via SMS na tentativa de angariar eleitores.[68]

A mensagem dizia "Vai dar Bolsonaro no primeiro turno! Senão, vamos à rua para protestar! Vamos invadir o congresso e o STF! Presidente Bolsonaro conta com todos nós!!". De fato, após a derrota nas eleições, no dia 8 de janeiro de 2023, apoiadores de Bolsonaro invadiram a Praça dos Três Poderes, incluindo o Supremo Tribunal Federal (STF), promovendo cenas

de vandalismo e depredação. Eles foram estimulados e financiados, em grande parte, por empresários do agronegócio, como mostrou o dossiê "As Origens Agrárias do Terror", deste observatório.[69]

Em 2021, em seu programa na Rádio Massa, Ratinho defendeu a volta da ditadura militar e sugeriu uma "limpeza" para remover moradores das ruas do país. Como governador, Ratinho Jr. promoveu nove despejos em assentamentos rurais do Paraná no início de seu primeiro mandato, entre maio e dezembro de 2019. Drones, helicóptero, balas de borracha, gás lacrimogêneo e spray de pimenta foram utilizados para expulsar mais de 500 famílias de terras onde viviam e produziam.[70]

Próximo das pautas ruralistas, Ratinho Jr. se reuniu no último mês de abril com membros da Frente Parlamentar da Agropecuária para tratar de "invasões de terra" e ações de reintegração de posse. "A vocação do Paraná é produzir alimentos para o mundo e isso só pode ser feito com segurança jurídica", afirmou em entrevista para o Canal Rural, logo após o encontro. "Por isso, o Estado cumpre a lei para garantir que os produtores que geram riqueza possam trabalhar com tranquilidade".[71]

Ratinho Jr. não cumpriu a promessa feita no ano passado de fornecer cestas básicas para comunidades originárias do oeste do Paraná, a região de maior incidência de conflitos por terra entre indígenas e fazendeiros. Em 2022, uma reportagem do jornal Brasil de Fato narrou a grave insegurança alimentar vivida por indígenas da região. Eles contaram que a Funai e o governo do Paraná suspenderam o fornecimento de alimentos. Segundo o MPF, os Guarani seriam mais afetados pela fome por não terem seus territórios declarados e homologados, encontrando-se em áreas reduzidas que inviabilizam a agricultura.[72]

Aliados políticos de Ratinho também são invasores de terras indígenas. No Mato Grosso do Sul, o empresário Celso Frare, sojeiro preso ao lado do ex-governador Beto Richa (PSDB), possui fazendas incidentes em duas terras indígenas. Dono da Agropecuária Morro Chato, Frare emplacou em 2019 seu afilhado, o advogado pontagrossense Luciano Schlumberger, na chefia da Procuradoria Jurídica da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), um cargo estratégico para escoamento de sua produção de grãos, com a benção de Ratinho Jr. [73]

É Frare o proprietário da Fazenda Poncho Verde, em Sete Quedas (MS), que tem quase todos os 951 hectares sobrepostos à TI Sombrerito, do povo Guarani Nhandeva. O sojeiro ainda aparece como dono da Fazenda Rancho Eldorado, de 1.233 hectares, 282 deles sobrepostos à Terra Indígena (TI) Iguatemipegua I, do povo Guarani Kaiowá.

Outro aliado histórico da família Massa é o ex-deputado José Carlos Martinez, morto em um acidente aéreo em 2003, quando presidia o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Martinez fundou a Central Nacional de Televisão (CNT), emissora onde Ratinho iniciou sua carreira em 1991. Em 1998, o apresentador fez campanha para sua eleição.[74] Os herdeiros de Martinez controlam a Sape Agropecuária, dona da Fazenda Sararé (Área 02), em Conquista D'Oeste (MT). Ali a propriedade com cerca de 2.500 hectares invade uma pequena parte da TI Sararé, do povo Nambikwara, regularizada em 1985.



Fiador político de Bolsonaro, Valdemar da Costa Neto operou negócios com holandeses no Amazonas. (Divulgação/PL)

# POR MEIO DE HOLANDESES, "BOY" SE CONECTA A INVASÃO DE TI

Localizada em Apuí, no sul do Amazonas, a Fazenda Boa Fé é a segunda maior propriedade identificada no levantamento das 1.692 sobreposições de imóveis rurais em terras indígenas. Com 435 mil hectares, possui uma área 27 vezes maior que a de Liechtenstein, país europeu que possui 15,8 mil hectares de extensão e que abriga a sede da Natural Resources Development AG. Por meio da NRD Desenvolvimento de Recursos Naturais Ltda, sua subsidiária brasileira, a empresa afirma ser dona dessa propriedade cercada de irregularidades.

As empresas ligadas à NRD estão envolvidas em suspeitas de grilagem desde o início dos anos 2000. Elas contaram com parceiros de grande relevância na política brasileira, desde cônsules honorários dos Países Baixos até Valdemar Costa Neto, presidente do Partido Liberal, o mesmo de Jair Bolsonaro — também conhecido pelo apelido Boy, de playboy, após herdar o partido de seu pai.

Em 1999, o cônsul holandês Gerardus Bartels foi alvo de CPI na Assembleia Legislativa do Amazonas. Ele também operava no ramo madeireiro. A acusação, burlar a Constituição para adquirir uma área de 70 mil hectares na região de Barreirinha (AM). Trezentas famílias ribeirinhas foram coagidas a abandonar o local. O cônsul disse ter sido vítima de um golpe de sócios holandeses ligados ao madeireiro Ewald Maria Tilanus e à NRD Natural Resources Development: eles estariam repassando porções da floresta para terceiros. Por US$ 3 mil o hectare, os interessados podiam adquirir uma área para plantar teca, espécie asiática utilizada para reflorestamento, gerando dividendos da atividade de manejo.[75]

Anos depois, o modelo se revelou um grande esquema de pirâmide. Alguns envolvidos foram parar na cadeia na Europa, condenados por vender falsos planos de investimento baseados em reflorestamento de áreas degradadas. Administradores holandeses da empresa foram acusados de envolvimento com o narcotráfico no Brasil. O caso foi tema de reportagem publicada pelo De Olho nos Ruralistas.[76]



**Joni, do Movimento Garimpo é Legal, com seus sócios holandeses. (Facebook)**

---

Uma propriedade de Valdemar Costa Neto em Itacoatiara (AM) integrava o portfólio de fazendas ligadas à empresa holandesa, que se utilizava de laranjas brasileiros para operar no país. Em 25 de fevereiro de 2000, o deputado vendeu 75% da Agropecuária Patauá, herdada de seu pai, para a Reflorestadora Holanda, se tornando sócio do esquema internacional. A Reflorestadora Holanda possuía como laranja Francisco Jonivaldo Motta Campos, o Joni. Após a transação, ele passou a compor a sociedade ao lado de Valdemar.




**Merit Valdsalu, CEO da Single Earth, compradora de créditos de carbono em área sobreposta à TI Kawahiva do Rio Pardo. (TedX)**

Joni se apresenta como figura influente no garimpo amazonense. Coordena o "Movimento Garimpo é Legal" no Amazonas, fundado pelo garimpeiro roraimense Rodrigo Cataratas, candidato a deputado federal pelo PL de Boy. No sudeste do Amazonas, em Apuí, próximo da divisa com o Mato Grosso, Joni é sócio da Aliança Mineração, em sociedade com Agostinho Borges da Silva.

Em agosto de 2022, a Folha de S. Paulo noticiou a sociedade entre Valdemar e Joni Motta Campos na Agropecuária Patauá. O garimpeiro se limitou a dizer que nunca conheceu o presidente do PL e que as duas empresas, Patauá e Reflorestadora Holanda, existem apenas "no sistema" e que não funcionariam, pelos seus cálculos, desde 2004. Dados do TSE, porém, mostram que Joni é filiado ao PL desde outubro de 2007, ano em que Valdemar se elegeu para o quinto mandato como deputado federal, após renunciar em 2005, em meio à repercussão do mensalão.[77]

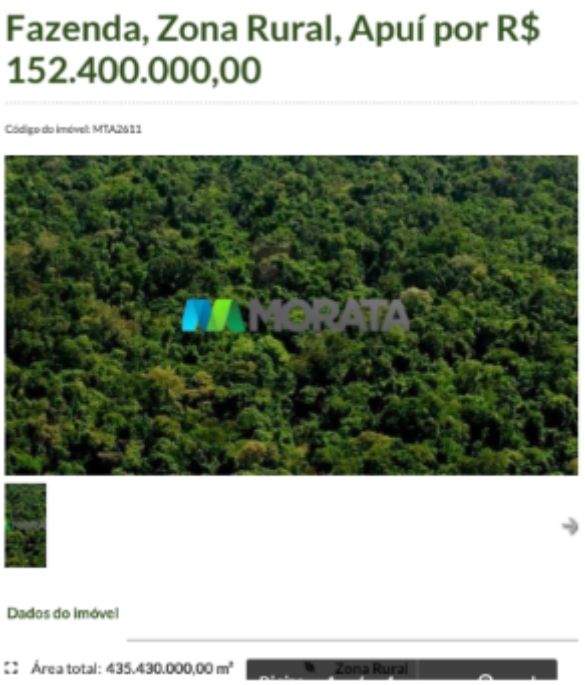
Detalhes dessa história foram contados na pré-publicação do livro "A Floresta do Tocantins", de Gio Ferrarius, jornalista holandês. Alguns envolvidos pleitea-

ram procedimentos sumários na Justiça holandesa buscando censurar a divulgação da obra.[78] Sem sucesso. O autor trabalhou em parceria com o De Olho nos Ruralistas na apuração do envolvimento das empresas ligadas a Valdemar.

Janssen e seu procurador brasileiro, André Roberto dos Santos Manfredini, são sócios do alemão Gerd Michael Stadie na NRD Desenvolvimento de Recursos Naturais. Stadie tem uma propriedade vizinha da Fazenda Boa Fé, a Fazenda Santa Natália, com 9.733 hectares. Ambas estão sobrepostas à TI Kawahiva do Rio Pardo, habitada por remanescentes do povo Kawahiva, que pratica o isolamento voluntário. A Boa Fé possui 1.204,64 hectares sobrepostos. A Santa Natália avança em 44,6 hectares do território indígena. Ainda não homologada, a TI Kawahiva do Rio Pardo possui restrição de uso pela Funai desde 2007, o que impede o ingresso de terceiros e quaisquer atividades econômicas em seus limites.[79]

Advogado em Curitiba, Manfredini protagoniza diversos episódios de grilagem de terras na Amazônia. Um documento do Cartório de Registro de Imóveis em Apuí (AM) mostra que a fazenda foi adquirida pela NRD em 2003, em contrato de compra e venda assinado junto a Antônio Jairo Rovel, ex-presidente do Sindicato dos Garimpeiros do Estado do Mato Grosso do Sul. Rovel foi proprietário da Madeireira Kenesul, com sede em Curitiba. A empresa está inapta desde 2018.[80]

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) da propriedade foi cancelado em 20 de janeiro de 2022 após decisão administrativa do Ministério do Meio Ambiente. Entre as restrições listadas no Demonstrativo da Situação das Informações Declaradas no CAR da Fazenda Boa Fé são citadas outras irregularidades — além da sobreposição à TI Kawahiva do Rio Pardo. O imóvel invade 267.563 hectares da




**Anúncio da Fazenda Boa Fé pede R$ 152,4 milhões por imóvel grilado. (Reprodução)**

Floresta Estadual Aripuanã, 27.276 hectares da Reserva Extrativista do Guariba e 48.186 hectares da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aripuanã.[81]

Em meio a tudo isso, a NRD busca investidores para viabilizar um grande projeto de crédito de carbono. As Fazendas Boa Fé e Santa Natália fazem parte do portfólio de propriedades parceiras da startup estoniana Single Earth, que comercializa criptomoedas lastreadas em créditos de carbono, batizadas de Merit, em alusão ao nome da criadora e CEO da iniciativa, a estoniana Merit Valdsalu. A empresa tem forte apelo ambiental e já foi divulgada por grandes veículos de mídia como Forbes e Reuters. O site oficial da Single Earth traz um depoimento de Manfredini: “Nós, como humanos, devemos entender que a natureza tem um preço que precisa competir financeiramente com os preços econômicos, tudo para protegê-la de forma justa”.[82]

A empresa não se limitou aos elaborados esquemas de prospecção de investidores em créditos de carbono. Também tentou vender, por meio de anúncios

veiculados na internet, a Fazenda Boa Fé, pelo preço de R$ 152 milhões.

André Manfredini foi citado em 2019, em denúncia dirigida à Procuradoria da República no Amazonas, como representante da Associação dos Produtores Rurais do Sul do Amazonas, a Sempre Verde. Ela foi fundada com o objetivo de instalar fazendeiros em uma área de mais de 1 milhão de hectares na região de Apuí, sede das fazendas da NRD. Manfredini foi acusado de aliciar comunidades locais com cestas básicas para viabilizar o "assentamento".[83]



André Manfredini, sócio dos holandeses da NRD, é acusado de grilagem no Amazonas. (Reprodução)

Esse modelo envolvia a prospecção de investidores. Sem qualquer direito de propriedade sobre as áreas, inseridas na Floresta Nacional do Jatuarana e no Parque Nacional do Juruena, os responsáveis pela associação responderam por estelionato. A Sempre Verde possui hoje como vice-presidente Ademar da Silva Pereira, preso por participação na invasão da Praça dos Três Poderes no dia 8 de janeiro, durante a tentativa de golpe de Estado bolsonarista. Ele responde em liberdade, portando uma tornozeleira eletrônica.[84]



General Pazuello possui conexão com grupo empresarial da Amazônia (Alan Santos/PR)

# SÓCIO DA FAMÍLIA PAZUELLO É TITULAR EM FAZENDA SOBREPOSTA

O empresário brasileiro Isaac Benayon Sabbá fundou a IB Sabba, o maior grupo empresarial da região Norte no século XX. Citado pelo jornal Los Angeles Times em 1972 como o "Rei da Amazônia", o empresário falecido em 1996 chegou a ter 42 empresas e atuava nas cadeias da borracha, madeira, castanha, juta e petróleo, vendia couro de animais e tinha diversos empreendimentos no setor de logística. A única refinaria de petróleo do Norte do Brasil, em Manaus, leva seu nome: a Refinaria Isaac Sabbá, fundada pelo empresário em 1957 e administrada pela Petrobras de 1974 até sua privatização, no ano passado.

O espólio de Isaac Sabbá ainda figura nos registros do Incra como titular de dois seringais com sobreposições na TI Karipuna, em Rondônia. O fato é uma  descoberta em relação às informações publicadas em 2021 pelo De Olho nos Ruralistas, em série de reportagens explorando a relação dos Sabbá com o clã familiar do deputado Eduardo Pazuello (Republicanos-RJ), o general que foi ministro da Saúde de Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19.[85]

As famílias Pazuello e Sabbá são ligadas por casamentos e por sociedades: o pai e o avô do militar eram sócios de empresas da IB Sabba, incluindo a Companhia de Petróleo da Amazônia (Copam), que deu origem à refinaria. As duas famílias tinham relações sanguíneas: Jacob Benayon Sabbá, irmão de Isaac, era casado com Estrela Pazuello, com quem teve a filha Nora Pazuello Sabbá, Miss Amazonas nos anos 1950.

Eleito deputado federal em 2022, o ex-ministro ficou marcado como operador da política negacionista do antigo governo frente à pandemia. Sua gestão contribuiu para o Brasil alcançar a marca de 700 mil mortes por Covid-19. O estado de origem de sua família, o Amazonas, sofreu com um cenário de calamidade no sistema de saúde. E a passagem do militar pelo Ministério da Saúde causou prejuízos aos povos indígenas: em coletiva de imprensa realizada no dia 24 de julho de 2020, a pasta informou ter enviado a eles 100.500 comprimidos de cloroquina durante as ações de enfrentamento à Covid-19 entre os povos indígenas. Um tratamento comprovadamente ineficaz e com sérios riscos de efeitos colaterais nocivos.[86]

Segundo a Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a ausência de políticas públicas para populações indígenas culminou em pelo menos 50 mil casos registrados de Covid-19, 163 povos atingidos, e mais de mil indígenas mortos. Pazuello prestou depoimento à CPI da Covid durante dois dias. Perguntado sobre o envio de cloroquina em terras indígenas, mentiu: disse que o medicamento foi distribuído para combater a malária.[87]



Falecido em 1996, Isaac Sabbá ainda aparece como titular de fazenda sobreposta à TI Karipuna, em Rondônia.

O desprezo pelos povos indígena pode ser mais uma herança do rico passado empresarial de sua família. Isaac Sabbá, sócio de familiares do ex-ministro, é proprietário dos seringais São Raimundo e Progresso. O primeiro deles compreende uma área de 3.561 hectares em Nova Mamoré (RO), enquanto o segundo se estende por 15.296 hectares na região de Porto Velho. Somadas, as propriedades invadem 35,11 hectares da TI Karipuna, regularizada em 1998 — dois anos após a morte de Sabbá.

A principal empresa dos herdeiros do Grupo IB Sabba é a Petróleo Sabbá, que atua na região Norte em parceria com a Raízen, joint venture entre a Shell e a Cosan. A Raízen é dona do controle acionário da petroleira, enquanto herdeiros da família mantêm uma participação na sociedade.



(Fabio Pozzebom/Agência Brasil)




(Governo de Mato Grosso do Sul)

# 3. UM MICROCOSMO DAS INVASÕES

## FAMÍLIA DE EX-GOVERNADOR VIOLA DIREITOS INDÍGENAS

O Mato Grosso do Sul é uma terra de conflitos agrários. Dono da maior desigualdade fundiária do país, com 92% das terras agrícolas em mãos privadas, o estado lidera o ranking geral de sobreposições de fazendas em terras indígenas registradas pelo projeto "**Os Invasores"**: acumula 630 dos 1.692 casos analisados. E concentra o maior número de políticos envolvidos em disputas territoriais contra povos indígenas.

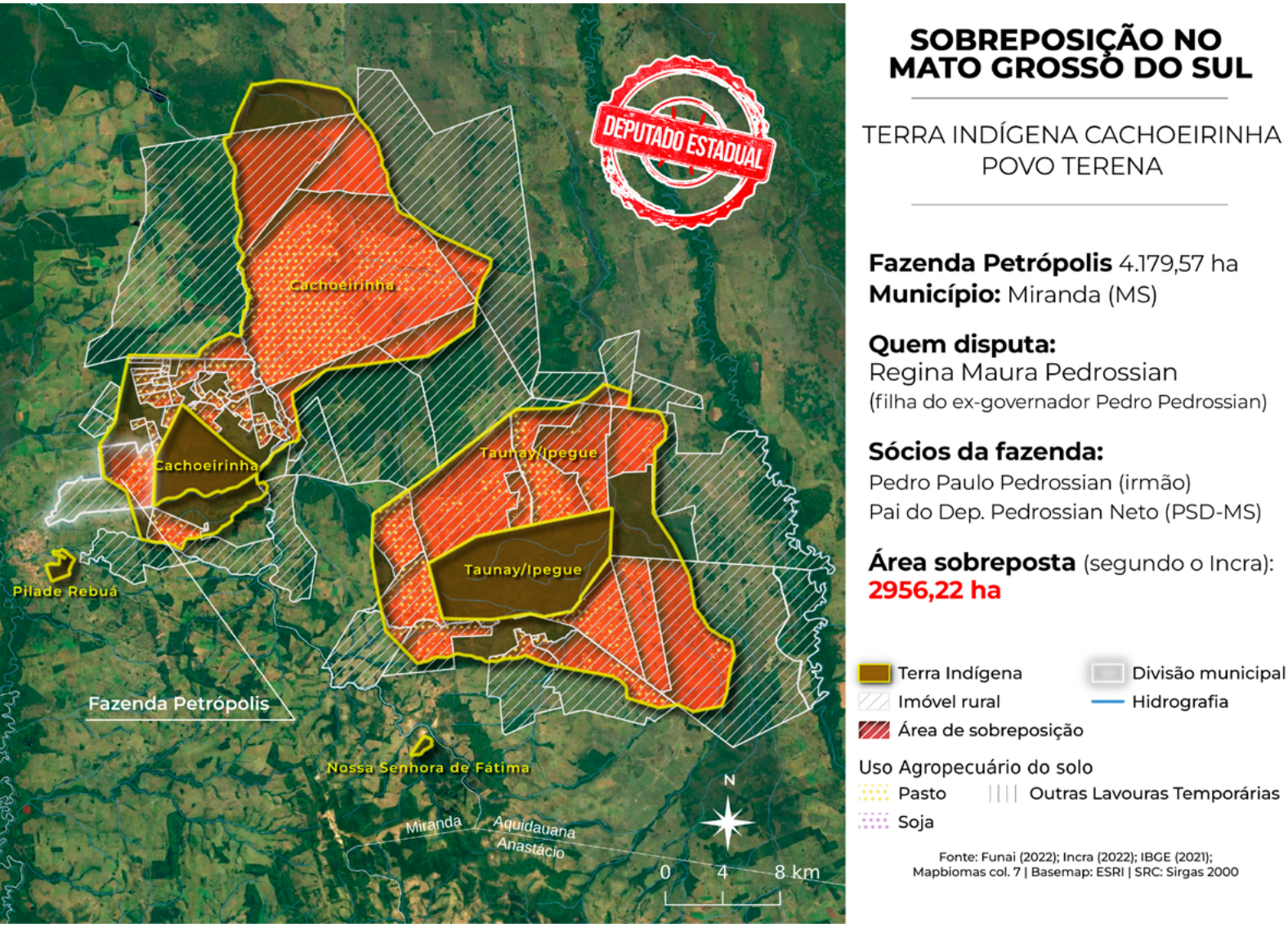
Das 42 áreas incidentes em TIs cujos titulares são políticos (ou seus parentes de 1° grau), 17 estão no estado. Os casos englobam o Palácio do Governo, em Campo Grande, as câmaras municipais, a Assembleia Legislativa, a representação do estado no Congresso, prefeituras, associações do agronegócio e até postos de fiscalização agropecuária. Qualquer trajetória política no Mato Grosso do Sul é necessariamente marcada pela dor — e pelo sangue — indígena.

O caso da família Pedrossian é ilustrativo. Liderado pelo patriarca Pedro Pedrossian, que governou o estado de 1980 a 1982 e entre 1991 e 1995, o clã está em sua terceira geração de políticos: o deputado estadual Pedrossian Neto (PSD-MS) foi eleito em 2022. O tio Pedro Pedrossian Filho foi eleito deputado federal para o mandato de 1999 a 2003, mas viu a carreira naufragar após ser preso no Rio de Janeiro por agressão, duas vezes no mesmo dia.[88]

Governador "biônico" do Mato Grosso entre 1966 e 1971, quando ainda não existia o Mato Grosso do Sul, e senador em 1979 e 1980, Pedro Pedrossian ficou conhecido pelo eleitorado como "mago" das obras emblemáticas. O engenheiro idealizou a construção do Parque das Nações Indígenas em Campo Grande, um dos maiores parques urbanos do mundo, com 119 hectares. O espaço abriga o Museu das Culturas Dom Bosco, conhecido como Museu do Índio, com um rico acervo arqueológico e paleontológico dos povos originários da região.

Ao mesmo tempo, o político invadia o território do povo Terena, em Miranda, no Pantanal sul-mato-grossense.

Pecuarista e criador de gado Nelore, Pedrossian era dono da Fazenda Petrópolis, com 2.250 hectares. Dados do Incra mostram que 1.172,81 hectares avançam sobre a TI Cachoeirinha. O patriarca morreu em 2017 e o imóvel passou para as mãos dos filhos, Pedro Paulo Pedrossian e Regina Maura Pedrossian. Os dois já figuravam em diversas ações de reintegração de posse contra as retomadas do povo Terena, impetradas entre 2008 e 2018, reivindicando a remoção de famílias que ocupavam partes da fazenda. Pedro Paulo é pai do deputado estadual Pedrossian Neto. Sócia na fazenda e na Agropecuária Petrópolis, Regina doou R$ 1 mil à campanha de Jair Bolsonaro em 2022.




Uma das reintegrações ocorreu em 2010, em episódio relatado pelo jornal Correio do Estado. Na época, o delegado Alcídio Araújo foi bem claro com os indígenas: “Temos duas opções. Ou vocês saem de forma pacífica ou haverá confronto, porque hoje nós vamos cumprir a determinação da Justiça”. Houve confronto. Um Terena foi ferido na perna por uma bala de borracha e uma criança machucou o joelho durante a ação de despejo, autorizada pelo ministro Gilmar Mendes, do STF. “Em quinze minutos os indígenas começaram a deixar o local sem levar nada”, descrevia a reportagem. “Algumas mulheres saíram carregando as crianças e os cachorros”.[89]

As retomadas Terena ocorreram em outras propriedades ligadas ao clã Pedrossian. A principal delas, na Fazenda Charqueada do Agachy, de 3.437 hectares, 611 hectares sobrepostos à TI Cachoeirinha. A propriedade está em nome do Espólio de Ibrahim Miranda Cortada, irmão de Firmino Miranda Cortada, pecuarista falecido em 2016, ex-cunhado de Pedro Pedrossian.

Herdeiro da propriedade administrada pelo pai, Pedrossian Neto faz uso de seu mandato na Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul (Alems) para fomentar a criminalização de indígenas. Segundo o jornal A Nova Democracia, o parlamentar classificou como "ameaças para a paz social" do estado as retomadas indígenas e as recentes ocupações de terra promovidas pela Frente Nacional de Lutas (FNL), durante discurso em plenário, em março. Ecoando o discurso usado pela Frente Parlamentar da Agropecuária na CPI do MST.[90]

Também em março, indígenas Guarani Kaiowá promoveram importantes retomadas de territórios invadidos por latifundiários no estado. Para Pedrossian Neto, as ocupações promovidas nos últimos meses atacam o "modelo de sucesso" do Mato Grosso do Sul. Ele era secretário de Finanças de Campo Grande, por indicação do prefeito Marquinhos Trad (PSD-MS) — que se afastou da prefeitura em 2022 para se candidatar ao governo, sem sucesso.

Assim como Pedrossian Neto, Marquinhos compõe uma dinastia: é irmão do ex-deputado federal Fábio Trad e do atual senador Nelsinho Trad, ambos filiados ao PSD. Os três são filhos de Nelson Trad, ex-deputado federal falecido em 2011, e de Teresinha Mandetta, tia do ex-deputado, Luiz Mandetta (União-MS), primeiro ministro da Saúde do governo Bolsonaro. Todos eles são ou foram ligados à Frente Parlamentar da Agropecuária.

O ex-prefeito Marquinhos Trad foi denunciado pelo Ministério Público no fim do ano passado por crimes sexuais contra sete mulheres.[91]



**Pedrossian Neto com o avô, o ex-governador Pedro Pedrossian. (Reprodução)**




**Leilão da Resistência foi balão de ensaio para criminalização da luta pela terra. (Cleber Gallio/Campo Grande News)**

# OS ECOS DO LEILÃO DA RESISTÊNCIA

Governador entre 2015 e 2021, Reinaldo Azambuja (PSDB) retrata a relação intrínseca entre políticos sul-mato-grossenses e os conflitos em terras indígenas. Acusado em 2020 por comprar cabeças de gado de um fazendeiro envolvido em incêndios no Pantanal e na Amazônia, Azambuja é um mega pecuarista. Em 2018, ano de sua reeleição, declarou R$ 38,7 milhões em bens, entre eles diversas propriedades rurais.[92]

Na série de reportagens "De Olho no Mato Grosso do Sul", publicada em 2018, este observatório detalhou o histórico da atuação anti-indígena de Azambuja, antes e durante seu mandato. Alvo da Polícia Federal por emissão de notas frias para a JBS, o tucano fez vistas grossas aos ataques contra indígenas durante seu governo, quando o genocídio contra os Guarani Kaiowá alcançou o ápice.[93]

Um dos principais fatores que catapultaram o nome de Azambuja para o governo foi seu trabalho de articulação durante o Leilão da Resistência, menos de um ano antes de se eleger governador. Realizado em 7 de dezembro de 2013, o evento reuniu, em Campo Grande, centenas de produtores rurais e líderes do setor, que arrecadaram R$ 640,5 mil para resistir, com armas, contra as retomadas Guarani Kaiowá no sul do estado.

O leilão foi barrado dias antes pela Justiça, atendendo a uma ação pública da organização indígena Aty Guasu e do Conselho do Povo Terena. A juíza Janete Lima Miguel, da 2ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande, decidiu que o evento teria "o poder de incentivar a violência". Uma decisão liminar na véspera do leilão garantiu sua realização, sob a condição de que o valor arrecadado fosse depositado em juízo, onde se encontra até hoje, por decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3).[94]

A tentativa de suspender o encontro ruralista foi respondida com ameaças e ataques, segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O líder Paulino Terena foi alvo de uma emboscada em Miranda (MS) e teve o veículo incendiado. Os escritórios do MST e da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul, que também apoiaram a ação judicial, receberam ligações com ameaças de morte.[95]

O Leilão da Resistência alavancou diversas carreiras políticas. Latifundiários e políticos se enfileiravam no palanque para atacar indígenas e ONGs, antecipando a criminalização disseminada na década seguinte. Entre os líderes ruralistas presentes no encontro destacavam-se os deputados Alceu Moreira (MDB-RS) e Luis Carlos Heinze (PP-RS), na época presidente da FPA. Em Campo Grande, Heinze repetiu seu famoso discurso atacando "índios, gays, lésbicas, tudo o que não presta". Segundo o gaúcho, eles estariam "aninhados" no gabinete do secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho.[96]

Outro nome ganhava projeção naquele momento: o da secretária de Desenvolvimento Agrário do governo de André Puccinelli (MDB), Tereza Cristina. Em meio à articulação junto à Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), ela participava de reuniões com o próprio Gilberto Carvalho.[97] Em 2014, conquistou uma vaga na Câmara. Quatro anos depois, assumiu a presidência da FPA. Ela assumiu o Ministério da Agricultura em 2019 e, em 2022, ganhou a eleição para o Senado. Chegou a ser cotada para concorrer como vice na chapa de Bolsonaro. Em todo esse percurso ela contava com o apoio financeiro de fazendeiros interessados no desmonte de direitos indígenas. Naquele caldeirão despontava também a figura de Eduardo Riedel, presidente da Famasul e principal mentor por trás da iniciativa de formar milícias rurais para combater as retomadas Guarani Kaiowá e Terena. Após a repercussão política do Leilão da Resistência, Riedel foi um dos primeiros nomes chamados por Azambuja, assumindo a Secretaria de Governo. Em dois mandatos, o tucano preparou Riedel como seu sucessor: foi eleito governador em 2022.

Braço direito de Eduardo Riedel na Famasul, o secretário de Assuntos Fundiários da organização, Christiano Bortolotto, chegou em 2015 à presidência da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul (Aprosoja-MS), cargo que ocupou até o ano passado. Junto dos irmãos Christian e Vera Lúcia, Christiano Bortolotto é sócio da VCC Agropecuária e Administradora de Bens, empresa titular da Fazenda Tomás Cuê, em Amambai. Dos 1.618,03 hectares do imóvel, 924,96 estão sobrepostos à TI Dourados-Amambaipeguá I.

O Leilão da Resistência foi o embrião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai e do Incra, instaurada cinco meses após o impeachment de Dilma Rousseff, em outubro de 2016. Ela resultou no indiciamento de 96 servidores públicos, indigenistas e membros de ONGs ambientais, em um caso histórico de criminalização da luta pela terra — hoje reprisado pela CPI do MST.[98]

A comissão foi comandada pelos mesmos ruralistas que participaram do leilão. Moreira e Heinze foram presidente e vice-presidente da comissão. O relator foi o então deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), que depois presidiria o Instituto Pensar Agro. Ele era assessorado por Tereza Cristina, já eleita para seu primeiro mandato na Câmara. Luiz Henrique Mandetta (União-MS), que se tornaria ministro da Saúde de Bolsonaro, ocupou a 2ª vice-presidência.




**Azambuja e Riedel: parceria iniciada no Leilão da Resistência. (Famasul)**



Advogada Luana Ruiz foi "número 2" de Nabhan Garcia no governo. (Divulgação)

# FRONTEIRA: DO LOBBY A ASSASSINATOS

O médico Luiz Henrique Mandetta teve sua imagem arranhada entre o eleitorado de extrema direita após sua demissão do Ministério da Saúde. Não aguentou a queda de braço contra Tereza Cristina e perdeu a disputa pelo Senado. Reconhecido por desafiar as ordens do presidente Jair Bolsonaro na política de enfrentamento à Covid-19 — foi substituído pelo obediente general Pazuello —, o político sul-mato-grossense possui um passado que o conecta a um dos maiores massacres contra os Guarani Kaiowá.

Um ano antes da CPI da Funai e do Incra, em 29 de agosto de 2015, o então deputado federal participou de um ataque de ruralistas à TI Ñande Ru Marangatu, em uma área retomada dias antes pelos Guarani Kaiowá, em Antônio João (MS). A ação ilegal resultou na morte do indígena Simeão Vilhalva, de 24 anos.[99] Na hora do ataque, Mandetta chegou a postar nas redes sociais, em letras maiúsculas, a frase "NA FRONTEIRA A CHAPA É QUENTE". Apagou seus posts após ser desmentida pela perícia a versão que sustentava, a de que Simião já estaria morto horas antes do ataque.[100]

O ataque foi orquestrado pelo Sindicato Rural de Antônio João, então presidido por Roseli Maria Ruiz, de onde saíram cerca de 40 veículos rumo à Fazenda Fronteira, pertencente ao sogro de Roseli, o ex-prefeito do município Pio Silva. Participaram da reunião no sindicato Mandetta, a então deputada Tereza Cristina e o senador Waldemir Moka (MDB) — estes não seguiram até a fazenda.

Filha de Roseli, a advogada Luana Ruiz Silva postou esta frase em sua conta no Facebook, logo após o assassinato: "RETOMAMOS A FAZENDA. NO PEITO. NA RAÇA. NO GRITO. O CORPO DE ÍNDIO É CADÁVER DE 20 A 24 HORAS. É CADÁVER ANTIGO UTILIZADO COMO BANDEIRA". Dessa forma, mais uma vez em maiúsculas. Assim como Mandetta, Luana apagou depois a postagem.

Nos anos que sucederam o massacre, Luana Ruiz se firmou como uma das principais — e mais agressivas — vozes do agronegó-

cio sul-mato-grossense contra as retomadas Guarani Kaiowá. Com o apoio do pai, Pio Queiroz Silva, e do tio Dácio Queiroz Silva — que, como Pio, se elegeu prefeito de Antônio João —, a advogada passou a atuar em processos questionando demarcações de terras indígenas no sul do estado. Participou de 16 processos e mais de 50 recursos, contratada pela Famasul e por fazendeiros da região.[101]

Ela foi chamada em 2018 para integrar a equipe de transição do governo Bolsonaro, a pedido de Tereza Cristina. E assumiu o posto de secretária-adjunta de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, logo abaixo do ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia. Teve uma passagem curta pela pasta: saiu em agosto de 2019. Mas ela e sua família foram diretamente beneficiados pela política anti-indígena de Bolsonaro.

A Agência Pública noticiou que a publicação da Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020 abriu caminho para que os três imóveis do clã, sobrepostos à TI Ñande Ru Marangatu, fossem certificados. A medida retirava do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) do Incra os polígonos de terras indígenas com processo de homologação pendente. Detalhe: o território já havia sido completamente demarcado em 2005, mas o processo foi suspenso por decisão da Justiça após Luana e outros fazendeiros ingressarem com um mandado de segurança.[102]

Palco dos assassinatos de Simião Vilhalva, em 2015, de Dorvalino da Rocha, em 2005, e de Marçal de Souza Tupã-i, em 1983, a Fazenda Fronteira, de 1.422,09 hectares, está integralmente sobreposta à terra indígena. Além dela, foram certificadas as Fazendas Cedro, de 1.124,68 hectares, e Barra, de 1.326,77. Ao todo, a família de Luana Ruiz controla 40,5% da área demarcada pela Funai para o território tradicional Guarani Kaiowá.

A líder ruralista é casada com Benedicto Arthur de Figueiredo Neto, filho de José Benedicto de Figueiredo, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, falecido em 2013. Ambos mantêm um escritório de advocacia que trabalha em pautas relacionadas à demarcação de terras indígenas.

De Olho nos Ruralistas identificou 17 proprietários de fazendas sobrepostas a TIs que foram representados judicialmente pela advogada. Além dos processos judiciais da própria família, Luana Ruiz advogou para a família de José Roberto Arcoverde (MDB), vice-prefeito de Iguatemi (MS), acusada de envolvimento com um ataque a tiros que feriu três indígenas — conforme veremos, em detalhes, no próximo capítulo. Ela defendeu Olavo Trindade Caneppele, dono da Fazenda Canecão,



**Ao lado da madrinha política Tereza Cristina e da prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes (Patri). (Divulgação)**

que incide sobre mais de 500 hectares da TI Dourados Amambaipeguá I. Olavo é tio de Francisco Nathan Caneppele, condenado por despejar agrotóxicos sobre a Comunidade Indígena Tey'i Jusu, em Caarapó.

A lista é pródiga em ações de reintegração de posse: a advogada ofereceu seus serviços para Valter Pitol, presidente da Cooperativa Agroindustrial Consolata (Copacol). Seu filho Ranieli Pitol — também cliente de Luana — é dono da Fazenda Maringá, de 4.200 hectares, que segundo o Incra avança sobre 420 hectares da TI Iguatemipegua I. Na mesma terra indígena, Giorgia Thais da Silva Haas Miranda, auditora fiscal do Ministério da Agricultura, é proprietária da Fazenda Argus, de 743 hectares, completamente sobreposta à TI. Em uma ação de defesa do direito de posse do imóvel, Luana Ruiz defendeu Antônio e Marli Sonete Haas, pai e mãe da servidora pública.



**Advogada ruralista recebeu no gabinete da Secretaria o pai, Pio Queiroz Silva, dono de fazenda em território Guarani Kaiowá. (Divulgação)**

# LUANA RUIZ ACUMULA DOAÇÕES E DEFESA DE INTERESSADOS

A passagem pelo Ministério da Agricultura não foi suficiente para a ambição de Luana Ruiz. Nas eleições de 2022, a advogada tentou se eleger deputada federal pelo PL, mesmo partido de Tereza Cristina e Bolsonaro. Ela contou com o apoio da ex-ministra e o aporte financeiro de sete fazendeiros com histórico de sobreposição em terras indígenas. Eles irrigaram sua campanha à Câmara com R$ 110 mil, ou seja, 20% do total arrecadado.[103] Três deles também contribuíram, em algum momento, para a carreira política de Tereza Cristina.

O principal doador para a advogada foi Roberto Pacheco de Angelis, dono da Estância Portal da Miranda Agropecuária, um imóvel de 14,7 mil hectares no Pantanal sul-mato-grossense. Desse total, 4.208,39 hectares se sobrepõem à TI Cachoeirinha. Natural de São Carlos (SP), o empresário pleiteou, seguindo o exemplo de Luana, a suspensão do processo demarcatório da TI, mas recebeu um parecer contrário da Justiça Federal em 2020.[104]

Outros três fazendeiros doaram R$ 20 mil cada. Renato Eugênio de Rezende Barbosa, já citado neste relatório, é dono da Fazenda Campanário, com incidência na TI Dourados-Amambaipeguá I. Vanda Moraes Jacintho da Silva é a viúva de Jacintho Honório da Silva Filho, da Fazenda Brasília do Sul. O mandante do assassinato de Marcos Verón financiou a campanha de Tereza Cristina em 2014. O terceiro nome é o de Helio Pereira de Morais Filho, dono de uma fazenda que invade 10,19 hectares da área homologada da TI Vale do Guaporé, em Rondônia — regularizada em 2018.

A campanha de Luana Ruiz recebeu R$ 10 mil de Wilson Brochmann, da Agropecuária Maragogipe, que havia doado para Tereza Cristina quatro anos antes. Mauro Aguiar Ribeiro possui terras sobrepostas à TI Amambaipeguá I, em Amambai (MS). Ele repassou R$ 5 mil para a campanha de Luana. Os dois estão entre os 17 fazendeiros com sobreposições no Mato Grosso do Sul que contrataram Luana para defendê-los.

O último doador da lista é Edgar Cherubini, da Fazenda Sinopema, que irrigou as campanhas de Jair Bolsonaro, do governador gaúcho Eduardo Leite e do deputado Marcel van Hattem (Novo-RS).

Luana Ruiz ficou na suplência do PL. Pouco tempo depois, foi convidada pelo governador Eduardo Riedel para assumir a chefia de gabinete do secretário de Infraestrutura e Logística do Mato Grosso do Sul, Hélio Peluffo. Ela tinha colaborado com Riedel em processos para reverter a demarcação de terras indígenas, quando ele era presidente da Famasul.

Luana não foi a primeira indicação de uma pessoa envolvida com sobreposições em TIs para um cargo comissionado no governo estadual. Durante seu primeiro mandato, o tucano Reinaldo Azambuja indicou sua parente Luciana Azambuja (Progressistas-MS) para a Superintendência das Políticas Públicas para Mulheres, órgão ligado à Secretaria de Estado da Cidadania. Luciana argumentou que embora fossem da mesma família, o parentesco entre os dois era distante. Em 2022, o ex-governador apoiou a candidatura dela à Câmara, na chapa de Riedel. Ela também ficou na suplência.

A ex-secretária de Reinaldo Azambuja é sobrinha de Lena Maria Cassia de Azambuja e filha de Maria Lúcia Cássia de Azambuja. As irmãs são herdeiras da Fazenda Itá Brasília Parte 2, com 187 hectares de extensão. A propriedade se encontra completamente sobreposta à TI Ñande Ru Marangatu, em Antonio João (MS).



**Reinaldo e Luciana Azambuja fazem campanha para Riedel, em 2022 (Instagram)**



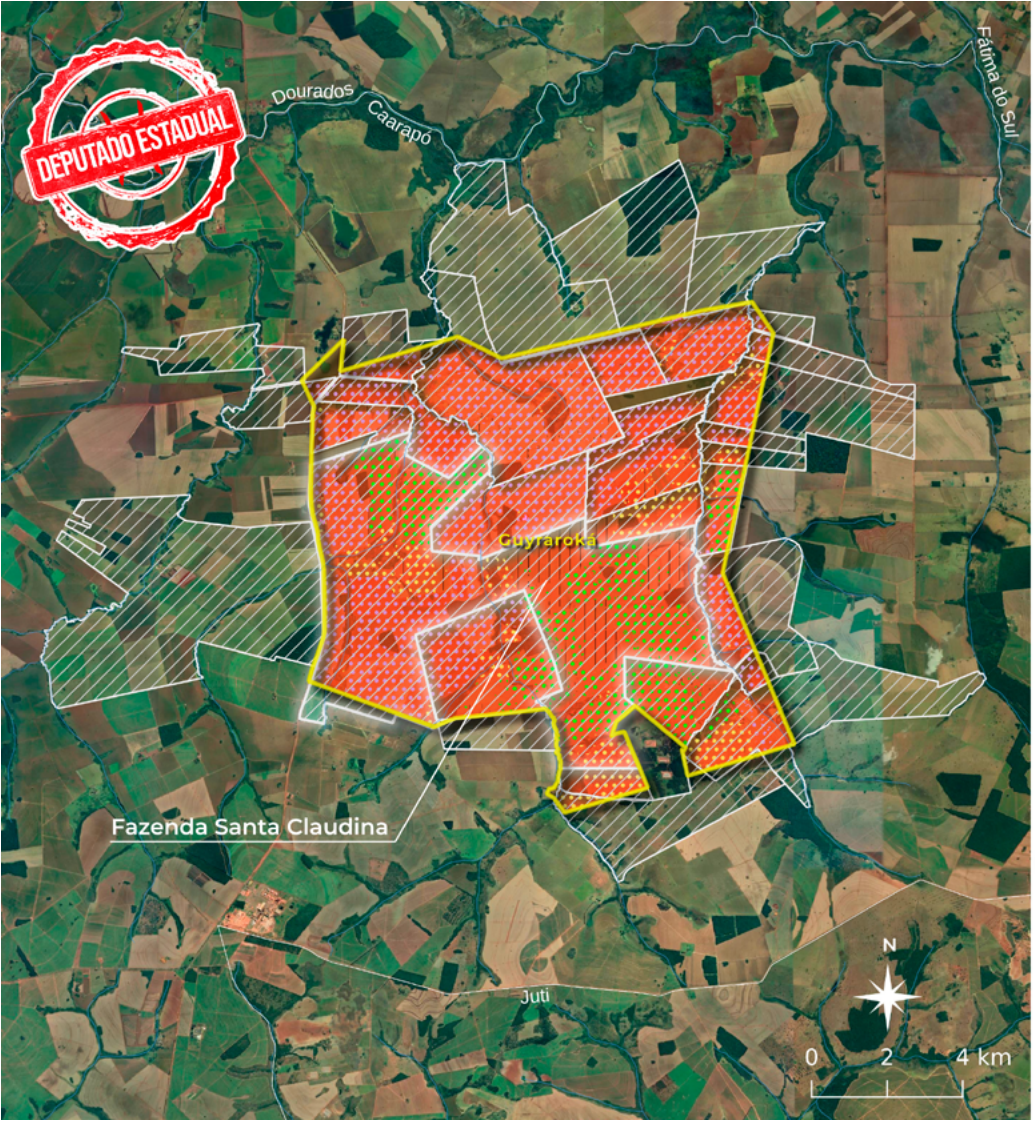

Zé Teixeira acumula curriculo anti-indígena no estado. (Divulgação)

# UMA ASSEMBLEIA CONTRA OS GUARANI KAIOWÁ

De todas as 1.692 sobreposições documentadas pelo observatório no projeto **"Os Invasores"**, a do deputado estadual José Roberto Teixeira (PSDB-MS) é uma das mais conhecidas, ao menos em seu estado. Em seu sétimo mandato na Assembleia, o tucano nunca negou o conflito territorial entre sua Fazenda Santa Claudina, um imóvel rural de 4.323,592 hectares, localizado em Caarapó (MS), e a TI Guyraroká. Ele é o deputado mais rico do Mato Grosso do Sul, com um patrimônio de R$ 46,4 milhões. A declaração de bens entregue ao TSE mostra que Zé Teixeira não abre mão de reivindicar para si o território Guarani Kaiowá.[105]

Em 2014, o procedimento administrativo de demarcação da TI Guyraroká foi anulado pelo STF, acolhendo a tese de produtores rurais da região — entre eles, Zé Teixeira — de que os indígenas só teriam direito ao território se pudessem comprovar sua ocupação ininterrupta desde 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição Federal. Essa tese do Marco Temporal não considera que milhares de indígenas foram expulsos de suas terras antes, durante e depois dessa data, só retornando a elas a partir da estratégia das retomadas.

O processo da TI Guyraroká foi reaberto em 2021 e se tornou um caso de repercussão geral, assim como o da TI Ibirama-La Klãnõ, em Santa Catarina. Esse julgamento vem sendo continuamente postergado pelo STF para priorizar a votação, no Congresso, do PL do Marco Temporal.[106]




## SOBREPOSIÇÃO NO MATO GROSSO DO SUL

TERRA INDÍGENA GUYRAROKÁ
POVO GUARANI KAIOWÁ

**Fazenda Santa Claudina** 4.323,59 ha
**Município:** Caarapó (MS)

**Quem disputa:**
Dep. José Roberto Teixeira (PSDB-MS)

**Área sobreposta** (segundo o Incra):
**4.192,47 ha**

Terra Indígena
Imóvel rural
Área de sobreposição
Divisão municipal
Hidrografia

Uso agropecuário do solo
Soja
Pasto
Cana-de-açúcar
Outras Lavouras Temporárias

Fonte: Funai (2022); Incra (2022); IBGE (2021); Mapbiomas col. 7 | Basemap: ESRI | SRC: Sirgas 2000

Zé Teixeira não apenas briga na Justiça contra a demarcação de terras indígenas. Ele chega a defender os autores do Massacre de Caarapó. Em 2017, subiu à tribuna da Assembleia para atacar o STF, após a corte determinar a prisão dos cinco fazendeiros apontados como mandantes do atentado que culminou no assassinato do agente de saúde indígena Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza, em 14 de junho de 2016, na Fazenda Yvu.[107] Um dos investigados, como vimos, foi doador de campanha de Bolsonaro, ao lado do próprio Zé Teixeira, que doou R$ 10 mil.

Em 2013, o deputado esteve entre os fazendeiros que doaram cabeças de gado durante o Leilão da Resistência, contra as retomadas Guarani Kaiowá. Para ele, os indígenas devem ser subservientes: "Muitas vezes eu ia na reserva e contratava 20, 30, 40 índios para ir derrubar mato para gente", contou à Agência Pública, em 2016. "Muitas matas de fazendas que eu abri aqui foi com os índios, que derrubavam a machado, que não tinha motosserra".[108]

Teixeira usa o tempo de tribuna e suas redes sociais para homenagear aqueles que considera "heróis" da colonização do Mato Grosso do Sul, entre eles os donos de milhares de hectares sobrepostos em terras indígenas. Em sua biografia, o deputado relembra, com carinho, o período em que trabalhou com Jacintho Honório da Silva Filho, cuja família tenta expulsar as famílias que vivem na Aldeia Taquara. Em uma entrevista, Teixeira cita "pioneiros" que admira, entre eles Bernardino Franco, vereador de Dourados nos anos 1970 e cujo filho é investigado pelo Ministério Público Estadual por despejar agrotóxicos ilegalmente.[109]

Outro parlamentar do Mato Grosso do Sul com incidência direta em terras indígenas é o ex-deputado Ricardo Augusto Bacha (Cidadania). Ele é dono da Fazenda São José, que

avança sobre 536,42 hectares da TI Buriti, em Sidrolândia (MS). Em 2011, após a publicação da portaria declaratória da Funai, Bacha disse em entrevista que os fazendeiros eram os acuados pelos indígenas: “Terra de índio é terra sem lei”.[110]

Ele já havia abandonado a vida pública, após perder a eleição para a Assembleia, em 2006. Nos anos 1990, o pecuarista foi secretário no governo Wilson Martins (MDB), nas pastas de Finanças e de Obras Públicas. O ex-governador tentou fazê-lo seu sucessor em 1998. Mesmo com apoio do apresentador Ratinho,[111] Bacha perdeu a disputa para Zeca do PT — outro inimigo dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul.[112]




**Guarani Kaiowá lutam contra fazendeiros e políticos no MS. (Cimi Regional)**

(Reprodução / Instagram)



# 4. AS ELITES LOCAIS ATACAM

(Kamikia Kisêdjê)

## PREFEITOS E VICES COMANDAM LATIFÚNDIOS EM TIs

Três prefeitos e dois vice-prefeitos de municípios do Sudeste e Centro-Oeste integram a lista de fazendas sobrepostas a terras indígenas consolidada pelo projeto **"Os Invasores"**. Entre eles está Bruno Margotto Marianelli (Republicanos), prefeito de Linhares (ES). Sua Fazenda Flor do Norte, registrada em nome do pai Zilmar Marianelli, tem 273,27 hectares sobrepostos à TI Comexatibá, do povo Pataxó, no município de Prado (BA).

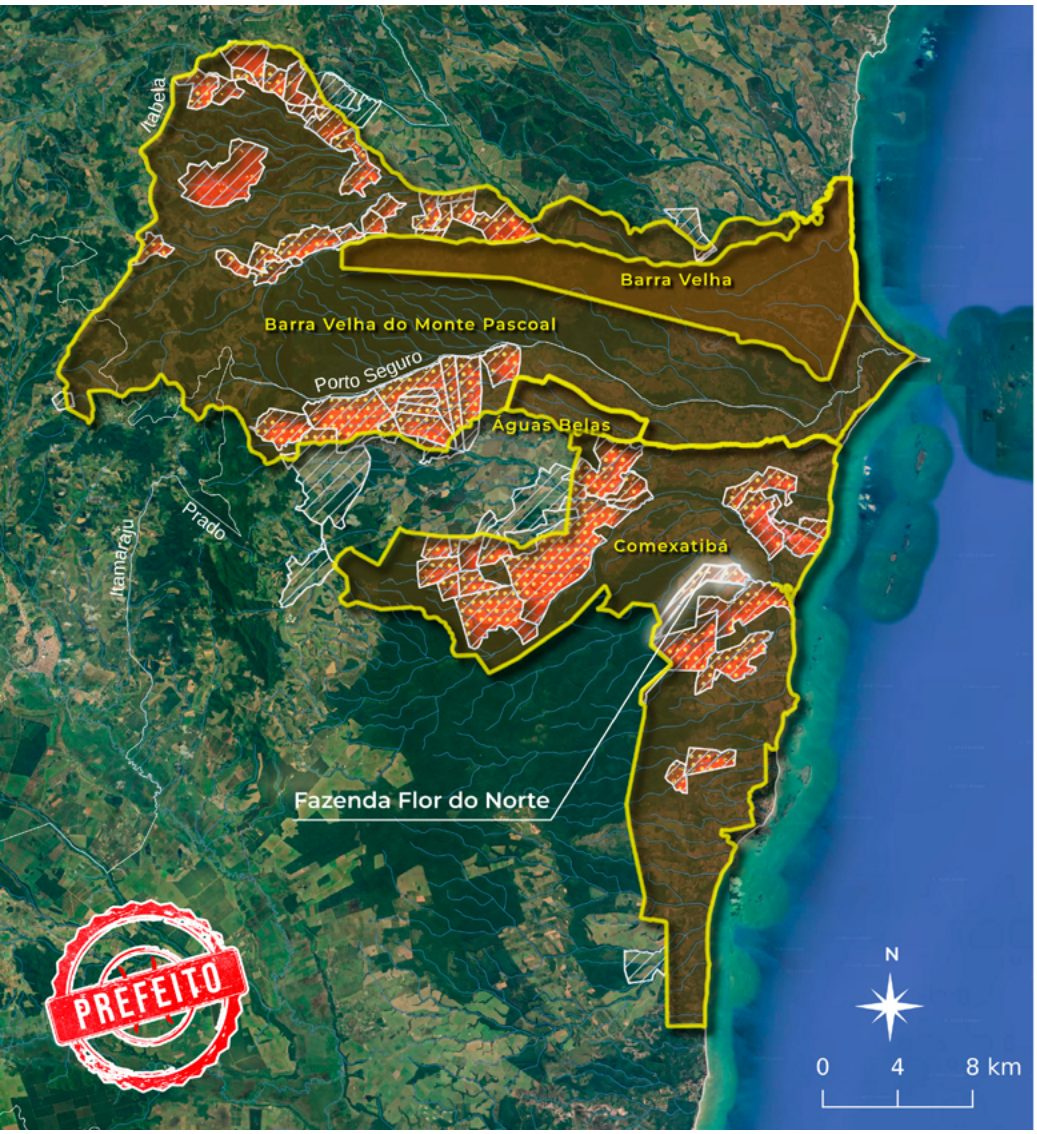
Em posse da família pelo menos desde 2010, as terras não aparecem entre os R$ 332 mil em bens declarados por Bruno durante as eleições de 2020. Ele disputou a vice-prefeitura, mas se tornou prefeito após Guerino Zanon (PSD) renunciar para disputar o governo capixaba em 2022.

Em 15 de janeiro de 2010, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) determinou a criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Flor do Norte I e II, tornando a área da fazenda de interesse público. O status preserva o "direito à propriedade" do dono do imóvel, prioridade na análise de projetos e de concessão de crédito agrícola, além de isenção de impostos. Em troca, são permitidas atividades de pesquisas científicas e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais, conforme previsto no plano de manejo.[112]

Segundo o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Comexatibá, apresentado em 2006 pelas antropólogas Leila Silvia Sotto-Maior e Sara Braga I Gaia, a criação de uma rede de RPPNs era, na verdade, uma estratégia adotada por fazendeiros da região para evitar tanto a demarcação do território Pataxó quanto a ampliação do Parque Nacional do Descobrimento (PND).[113]

O documento mostra que a proposta de ma-

nejo do entorno do PND apresentada pelos fazendeiros considerava como principal ameaça ao ambiente a "invasão pelos índios Pataxó", ao mesmo tempo em que pintava os proprietários rurais como defensores do parque — apesar do farto histórico de desmatamento na região. Entre os proprietários que compuseram a iniciativa, o relatório lista Dionísio Marianelli, parente do prefeito capixaba.




## SOBREPOSIÇÃO NA BAHIA

TERRA INDÍGENA COMEXATIBÁ
POVO PATAXÓ

**Fazenda Flor do Norte** 274,01 ha
**Município:** Prado (BA)

**Quem disputa:**
Zilmar Marianelli
Pai de Bruno Marianelli (Republicanos)
Prefeito de Linhares (ES)

**Área sobreposta** (segundo o Incra):
**273,27 ha**

Terra Indígena
Imóvel rural
Área de sobreposição
Divisão municipal
Hidrografia
Cobertura agropecuária do solo
Pasto

Fonte: Funai (2022); Incra (2022); IBGE (2021); Mapbiomas col. 7 | Basemap: ESRI | SRC: Sirgas 2000

Pertencente ao vice-prefeito de Sapezal (MT), Claudio José Scariote (Podemos), a Fazenda Lobo Solitário está localizada precisamente na fronteira da TI Paresi, em Tangará da Serra (MT), homologada desde outubro de 1991. Pelo Incra, a sobreposição da propriedade rural sobre a terra do povo Paresi é irrisória: 2 hectares da fazenda estão em área de conflito com a TI, segundo dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Nos últimos anos, o CAR vem sendo utilizado para grilar terras indígenas ou de proteção ambiental. Motivo: qualquer cidadão pode cadastrar no sistema uma propriedade rural em qualquer área, ganhando um documento fundiário autodeclaratório que fica em análise por tempo indefinido. Somente quando negado o processo é indeferido.[114]

Natural de São Lourenço do Oeste (SC), a família de Scariote se tornou uma das mais influentes de Sapezal. O vice-prefeito, um grande produtor de soja do Mato Grosso e presidente do Sindicato Rural de Sapezal entre 2013 e 2015, é apontado como um dos principais cotados para suceder o prefeito Valcir Casagrande (PL).

A 60 quilômetros dali, o município de Campos de Júlio é comandado por Irineu Marcos Parmeggiani (Patriota), cujas veias pecuaristas se estendem até Nova Lacerda e Comodoro, onde está a Fazenda Santo Reis, um dos 25 imóveis rurais registrados na Justiça Eleitoral em 2020. Junto a outras propriedades, elas somam R$ 6,6 milhões em bens declarados. O imóvel consta no Incra como uma propriedade de 1,4 mil hectares, mas o político declarou à Justiça pouco mais de 388,6 hectares, no valor de R$ 462 mil.[115] A fazenda se sobrepõe em um hectare à TI Vale do Guaporé, dos Nambikwara, que tem 243 mil hectares homologados desde 30 de abril de 1985.

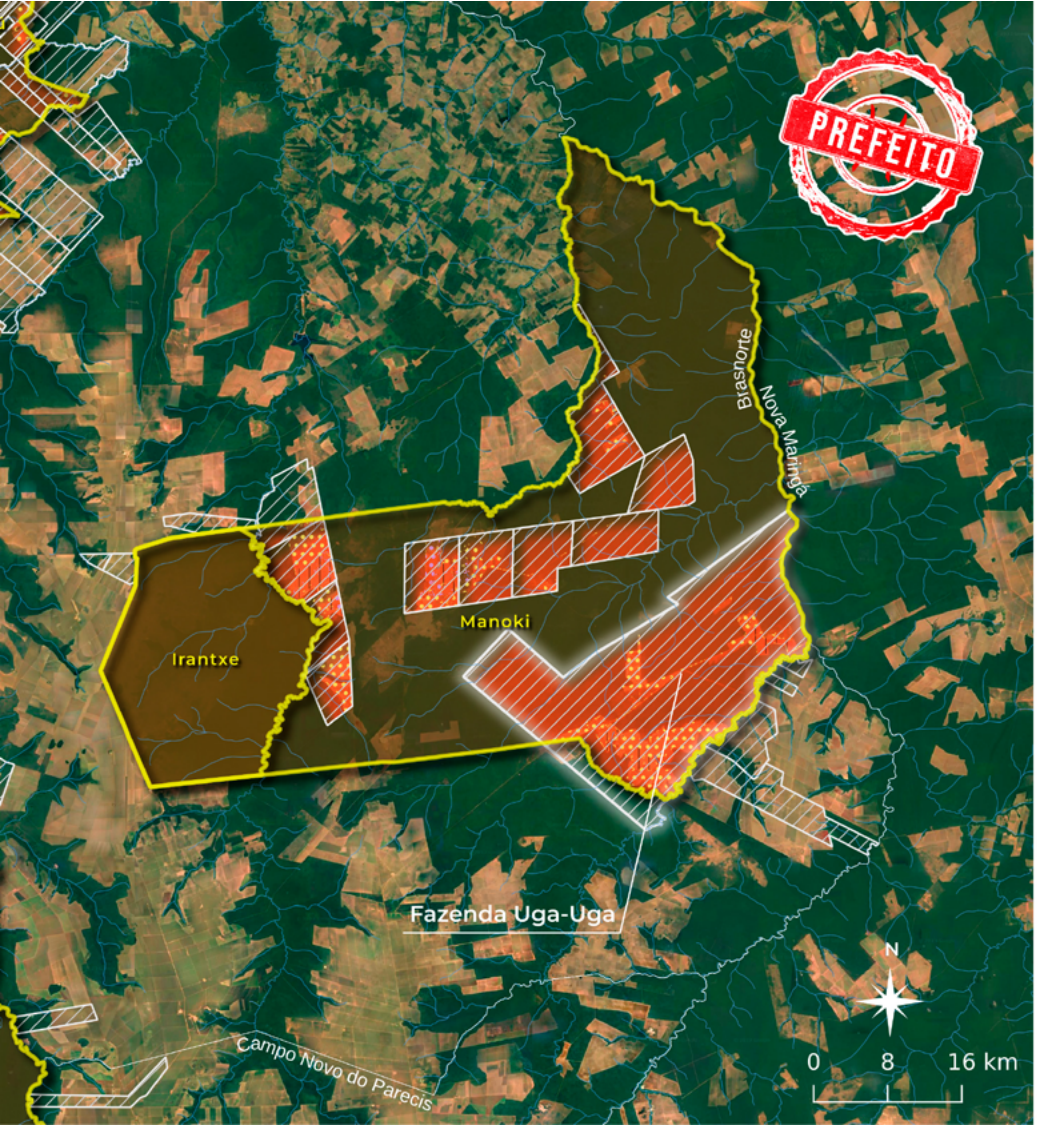


**Imagem da Fazenda Letícia, bicampeã do Circuito Nelore, pertencente ao prefeito Irineu Marcos Parmeggiani. (Giro do Boi)**

As sobreposições são uma ameaça ao Vale do Guaporé, região que se estende da divisa entre o Mato Grosso e Rondônia até as proximidades do Amazonas. Ali, indígenas têm convivido com grandes conflitos a partir da expansão da agropecuária nas últimas décadas, mesmo em áreas protegidas — como mostra em artigo a geógrafa Débora Teixeira Machado, da Universidade Federal de Rondônia (Unir).[116]

Entusiasta do Centro de Tradições Gaúchas, Parmeggiani nasceu em Campinas do Sul (RS) e é conhecido como Parma. Ele passou a morar em Campos de Júlio em 1993 para gerenciar a Fazenda Letícia II, da família. Foi sócio da Empresa Lavrofértil, vendedora de agrotóxicos. As irregularidades de seus empreendimentos em Campos de Júlio lhe renderam, em 10 de setembro de 2003, um auto de infração de R$ 40 mil por danos à flora, já quitado.[117]

Os crimes ambientais estão presentes em outro caso de terra indígena invadida em Brasnorte (MT). A TI Manoki, do povo Irántxé, tem quase 47 mil hectares sobrepostos pela Fazenda Uga-Uga, titulada em nome da Melhoramentos Agropecuários Tapurah, cujo sócio, Thomas Augusto Capeletti, é filho do atual prefeito de Tapurah (MT), Carlos Alberto Capeletti. Observem o nome da fazenda: Uga-Uga. Ela está registrada no Incra e em uma ação de 2018 contra o Banco do Brasil, mas não entrou na lista de R$ 106 milhões de bens declarados por Capeletti nas eleições de 2020.[118]




## SOBREPOSIÇÃO NO MATO GROSSO

TERRA INDÍGENA MANOKI
POVO MANOKI

**Fazenda Uga-Uga** 50.506,92 ha
**Município:** Brasnorte (MT)

**Quem disputa:**
Melhoramentos Agropecuários Tapurah
Pertence à família de Carlos Alberto Capeletti (PSD) Prefeito de Tapurah (MT)

**Sócios da empresa:**
Thomas Augusto Capeletti (filho)
André Luiz Eickhoff

**Área sobreposta** (segundo o Incra):
**46.999,20 ha**

Terra Indígena
Imóvel rural
Área de sobreposição
Divisão municipal
Hidrografia

Cobertura agropecuária do solo
Pasto
Soja
Outras Lavouras Temporárias

Fonte: Funai (2022); Incra (2022); IBGE (2021); Mapbiomas col. 7 | Basemap: ESRI | SRC: Sirgas 2000

Ele declarou outro imóvel rural, a Fazenda São Cristóvão, de 558 hectares, a título de usucapião. Uma propriedade avaliada em R$ 2,5 milhões. O instrumento é utilizado por pequenos proprietários para a garantia de um bem por um determinado tempo, a fim de torná-la produtiva por meio do trabalho ou moradia. O prefeito é o sócio majoritário do grupo Capeletti, atuante no cultivo de milho, soja, arroz e outros cereais em Tapurah, Brasnorte e Comodoro junto ao filho, Thomas Augusto Capeletti.

Ambos colecionam multas por desmatamento. Em 2015, Carlos foi autuado pelo Ibama em R$ 185 mil por crimes ambientais em uma de suas propriedades em Comodoro (MT). Em Tapurah, são quatro autos de infração destinados a Thomas, que, somados, chegam a mais de R$ 1,8 milhão. A ser pagos.[119]



**Prefeito Carlos Alberto Capeletti participou de acampamentos golpistas após vitória de Lula, em 2022. (Reprodução)**

O prefeito foi um dos incentivadores dos atos golpistas contra o resultado das eleições de 2022. Em vídeo, ele pediu para que representantes do agronegócio fossem até Brasília, em 15 de novembro, para uma "batalha final" contra a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.[120] Ele foi o primeiro político nesse processo a ser afastado do cargo pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, em 7 de dezembro de 2022. Moraes também aplicou multas a donos de 177 caminhões que saíram em caravana até Cuiabá, em protesto contra as eleições.

Durante a corrida eleitoral, Capeletti entrou no alvo da Justiça ao anunciar o sorteio de uma picape 0 km em suas redes sociais, estimulando os eleitores a votar em Bolsonaro. Os cidadãos deveriam colocar os comprovantes de votação em uma urna. O Ministério Público Eleitoral entendeu como propaganda irregular, com base no artigo 243 do Código Eleitoral, e pediu ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) a retirada do vídeo do ar. Foi atendido. O prefeito precisou se retratar, informar o cancelamento do sorteio e pagar uma multa de R$ 100 mil.[121]

A Promotoria de Justiça do Mato Grosso pediu, em 2021, o afastamento do prefeito e o pagamento por danos morais por entender que ele atuou contra o enfrentamento à Covid-19. A promotora Cynthia Quaglio Gregorio Antunes contou ao G1 que Capeletti ampliou o funcionamento de estabelecimentos comerciais durante o pico da pandemia, impediu a fiscalização da Vigilância Sanitária e adquiriu e distribuiu medicamentos ineficazes. O juiz Bruno César Singulani França, da Vara Única de Tapurah, indeferiu o pedido do MPE: ele não viu indícios concretos das acusações.[122]

Tão reacionário quanto Capeletti, o vice-prefeito de Iguatemi (MS), José Roberto Felippe Arcoverde (MDB), é o proprietário da Fazenda Santa Rita, cujas terras estão sobre a Iguatemipegua I, no mesmo município, mais um na fronteira com o Paraguai. A propriedade rural foi alvo de diversas denúncias por violência contra acampamentos Guarani Kaiowá, que lutam pelo reconhecimento da antiga terra Pyelito Kue, ainda em estudos.

Arcoverde foi prefeito também entre 2009 e 2016, quando virou notícia pelos conflitos de terra com os Kaiowá, que ocuparam a fronteira entre a fazenda dele e a Maringá para retomar suas terras. Em 2011, três deles ficaram feridos, atingidos por tiros durante uma ação de jagunços que se tornou alvo de investigação do Ministério Público Federal (MPF). Ao G1, a administradora da propriedade, sua irmã Lúcia Felippe Arcoverde, negou envolvimento da fazenda com o conflito.[123]

O patrimônio de Arcoverde, pecuarista e veterinário, cresceu de R$ 114 mil, em 2008, para R$ 2,8 milhões, em 2020. Nenhuma fazenda com o nome Santa Rita foi declarada pelo político nas eleições. Mas seu nome consta na base do Incra: em 2014, ele declarou 50% do imóvel rural Fazenda Santo Antônio, avaliado em R$ 553 mil. Essa propriedade se sobrepõe à mesma TI em 486 hectares, mas está registrada no nome da irmã Ana Paula, sócia dele na Agropecuária Arcoverde.

Um ano antes, Zé Roberto integrou comitiva liderada pela senadora Kátia Abreu (TO), hoje no PP, que era presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), até o Palácio do Planalto, em Brasília. Eles pediam à então ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, a suspensão dos processos de demarcação de terras indígenas no caso Raposa Serra do Sol, em Roraima.[124] Há um mês, em maio de 2023, Arcoverde teve as contas reprovadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pode ficar inelegível pela Câmara Municipal.[125]

# DE JUÍZES A BISPOS

O poder local não se manifesta apenas pelo exercício de mandatos. Existem várias outras esferas de influência e autoridade — especialmente em municípios menores — que determinam quem manda e quem obedece. Em vários casos, o exercício desse poder se manifesta a partir da concentração de terras.

Um exemplo disso é a presença de membros do Judiciário entre os fazendeiros que, segundo os dados do Incra, possuem imóveis sobrepostos a terras indígenas. Em Apiacás (MT), a Fazenda Feguri está registrada em nome do desembargador Munir Feguri, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJMT).[126] O imóvel se sobrepõe quase em sua totalidade — 2.314,72 hectares — à TI Apiaká do Pontal e Isolados, que aguarda demarcação desde 2011. Com sua morte no ano passado, aos 83 anos, o imóvel será herdado pelos filhos: o técnico judiciário Neif Feguri Neto o médico Gibran Feguri a juíza Lamisse Feguri, que atua no 5º Juizado Especial Cível de Cuiabá do TJMT — dona de um salário acima do teto, entre os dez maiores da Justiça mato-grossense[127].

Em Belmonte (BA), o juiz Givandro José Cardoso, da 12ª Vara de Família do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), é dono da Fazenda Garantia, que avança sobre 376,75 hectares da TI Tupinambá de Belmonte. Em 2017, quando atuava como juiz auxiliar na 3ª Vara Cível do TJBA, Cardoso expediu uma liminar impondo ao site Bocão News a retirada imediata do ar de uma notícia envolvendo o advogado André Luís Guimarães Godinho, acusado por pescadores do Recôncavo baiano de receber R$ 23 milhões em honorários relativos a um processo contra a Petrobras, pelo derramamento de óleo na Baía de Todos-os-Santos, ocorrido em 2009. Em nota, a Associação Baiana de Imprensa chamou a decisão de censura.[128]

Em alguns casos, o conflito de interesses é direto. Dono da Fazenda Escondido, em Grajaú (MA), o empresário Glen Anderson Maia de Oliveira é casado com a juíza Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, da 2ª Vara da Comarca de Imperatriz do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA). A fazenda possui 1.259,80 hectares sobrepostos à TI Bacurizinho, do povo Guajá. Atuando diretamente em casos relativos a direito agrário, a juíza expediu em 2008 um mandado de reintegração de posse contra um assentamento do MST em Senador La Rocque (MA). Segundo o movimento, a área ocupada era fruto de grilagem.[129] O casal tenta impedir desde 2011 a criação de um assentamento da reforma agrária sobre uma de suas fazendas, em Grajaú (MA). O caso chegou ao STF, mas eles desistiram de seguir com o mandado de segurança após posição desfavorável do Procurador-Geral da República.[130] Em 2020, a juíza e o empresário abriram processo contra o Incra, requerendo o ressarcimento pela desapropriação. O caso continua na Justiça.[131]

Também aparecem na lista líderes religiosos, como o arcebispo emérito de Maringá (PR) Anuar Battisti, cujo primo Clóvis Battisti foi dono da Fazenda Guarida, com 853,51 hectares sobrepostos à TI Jatayvari, em Ponta Porã (MS). O imóvel sediou, em 2015, um almoço em homenagem ao arcebispo, com a presença de outro líder católico da região, o bispo emérito de Dourados (MS), Dom Redovino Rizzardo.[132] Anuar Battisti é próximo do deputado Ricardo Barros (PP-PR), ex-líder do governo Bolsonaro investigado por fraudes na compra de vacinas contra a Covid-19. Em fevereiro, o arcebispo benzeu os escritórios do político, de sua esposa Cida Borghetti, ex-conselheira de Itaipu, e da filha Maria Victoria Borghetti Barros, presidente estadual do PP.[133]

Outro religioso da lista é o Gessé Sabino Leite, pastor da Assembleia de Deus em Imperatriz (MA) e dono da Fazenda Bom Jesus, sobreposta a 550,26 hectares da TI Porquinhos dos Canela-Apãnjekra.

# CASOS ANTIGOS REMETEM À DITADURA DE 1964

De Olho nos Ruralistas identificou outros 23 políticos municipais vinculados a sobreposições em TIs, além dos prefeitos e vice-prefeitos com mandato em exercício. Não foram analisados os vereadores. Os casos incluem administrações recentes, como a de Ari Basso, prefeito de Sidrolândia (MS) entre 2013 e 2016.

Ele se notabilizou por desenhar um "agroglifo" em uma plantação de soja, com a mensagem "Bolsonaro 2018", em letras maiúsculas. O mimo foi retribuído pelo capitão durante seu período na Presidência da República, ao visitar a fazenda de Basso enquanto passava pelo município. A propriedade visitada por Bolsonaro incide em 226,68 hectares da TI Buriti.

Outros casos envolvendo ex-prefeitos e seus vices remetem à ditadura de 1964, como o de Jacy Miguel Scanagatta, prefeito de Cascavel (PR) pela Arena e dono de um imóvel incidente na TI Iguatemipegua I, no Mato Grosso do Sul. Ou o de Helio Cavalcanti Garcia, um dos primeiros prefeitos de Rondonópolis (MT) e dono do primeiro cartório da região — o que o ajudou a registrar a Fazenda Barreirinho, sobreposta aos limites da TI Jarudoré, no mesmo município.

As linhagens políticas perduram. Como a de Armindo Fischer, primeiro prefeito de Nova Santa Rosa (PR) e dono de uma fazenda que avança 669 hectares sobre a TI Iguatemipegua I. Pré-candidata em 2020, sua filha Lilian Fischer é cotada para disputar a prefeitura em 2024.

**Confira na tabela a lista completa com os ex-prefeitos e vices identificados no estudo:**



# A HERANÇA DAS INVASÕES

## Políticos sem mandato e seus herdeiros controlam 31 mil hectares em terras indígenas

| POLÍTICO | TERRA INDÍGENA - UF | NOME DO IMÓVEL | ÁREA SOBREPOSTA (EM HECTARES) | HISTÓRICO |
|---|---|---|---|---|
| SALESIO JOSE LOCH | KRENYÊ - MA | FAZENDA VÃO DO CHAPÉU | 8.035,16 | Prefeito de Paraopeba (MG) entre 2005 e 2008 e sócio da SC Agro Florestal Ltda, titular da área. |
| | KANELA MEMORTUMRÉ - MA | PT 05 DA GLEBA PORENQUANTO | 1.442,46 | |
| ARI BASSO | BURITI - MS | FAZENDA CASCATA | 226,68 | Prefeito de Sidrolândia (MS) entre 2013 e 2016. Recebeu a visita de Jair Bolsonaro em sua fazenda após escrever o nome do ex-presidente na plantação de soja. Doou R$ 100 mil para a campanha à reeleição em 2022. |
| ONELIO FRANCISCO MENTA | IGUATEMIPEGUA I - MS | FAZENDA STA ROSA DO MARACAY | 2.578,55 | Prefeito de Caçador (SC) entre 1983-1986 e 1997-2004. Faleceu em junho de 2017. |
| FRANCISCO FERRAZ NOVAES | PIPIPÃ - PE | FAZENDA CALDEIRÃO | 2.230,84 | Prefeito de Floresta (PE) entre 1990 e 1992. Foi assassinado durante o exercício do cargo. |
| TEMÓTEO BRITO | BARRA VELHA DO MONTE PASCOAL - BA | FAZENDA STO ANTONIO | 945,32 | Prefeito de Teixeira de Freitas (BA) entre 2017 e 2020. Antes, foi deputado estadual de 2011 a 2015. |
| JERONIMO SYPRIANO DE CARVALHO | APIAKÁ DO PONTAL E ISOLADOS - MT | GLEBA BRAÇÃO - LT 05 | 1.978,81 | Vice-prefeito de Barra dos Garças (MT) entre 1997 e 2004. Morreu em março de 2019 |
| RODRIGO SALVADORI | DOURADOS-AMAMBAIPEGUÁ I | FAZENDA ÁGUA DOCE | 1.810,97 | Vice-prefeito de Campo Mourão (PR) entre 2013 e 2016. É filho de Gerson Salvadori, sócio da Agrovisa Agropecuária, dona da área sobreposta. |
| EUCLIDES FABRIS | SOMBRERITO - MS | FAZENDA BACURI | 1.469,74 | Prefeito de Naviraí (MS) entre 1997 e 2004. Morreu em agosto de 2004. A viúva Iolanda Tormena Fabris é proprietária das fazendas sobrepostas. |
| | | FAZENDA GUADALUPE | 555,22 | |
| DÁCIO QUEIROZ SILVA | ÑANDE RU MARANGATU - MS | FAZENDA FRONTEIRA | 1.422,09 | Prefeito de Antônio João (MS) entre 1997 e 2004. É filho de Pio Silva, titular de outras duas áreas sobrepostas à TI, e irmão do proprietário rural Pio Queiroz Silva, pai da ex-secretária-adjunta de Assuntos Fundiários Luana Ruiz. |
| JOSÉ KRZYZANSKI | APIAKÁ DO PONTAL E ISOLADOS - MT | FAZENDA SD | 1.357,25 | Prefeito de Liberato Salzano (RS) entre 2009 e 2012. Pai de Flávio Krzyzanski, titular da área sobreposta. Familiar Clóvis Krzyzanski foi presidente do Sindicato Rural de Sorriso (MT). |
| PEDRO LUIZ CERIZE | XACRIABÁ - MG | FAZENDA VARGEM GRANDE | 5.267,38 | Prefeito de São Sebastião do Paraíso (MG) entre 1997 e 2000. É pai de Pedro Luiz Cerize, dono do portal O Antagonista, e do investidor Marcelo Cerize. |
| JOAQUIM URCINO FERREIRA | KANELA MEMORTUMRÉ - MA | FAZENDA ALIANÇA II | 1.063,88 | Primeiro prefeito de Chapada da Natividade (TO), entre 1997-2000 e 2017-2020. Hoje integra a Diretoria de Empreendedorismo do Tocantins. |
| ARMINDO FISCHER | IGUATEMIPEGUA I - MS | FAZENDA FISCHER I | 669,15 | Primeiro prefeito de Nova Santa Rosa (PR), entre 1977 e 1982. A filha Lilian Fischer Müller foi pré-candidata em 2020 e deve concorrer em 2024. |
| VALDIR SGARBOSSA | KANELA MEMORTUMRÉ - MA | FAZENDA BOM LUGAR I | 181,42 | Prefeito de Aberlardo Luz (SC) entre 1983-1989 e 1993-1997. |
| JOSE JOEL SABURA | PANAMBI - LAGOA RICA - MS | LOTES 417 A 424 | 92,54 | Vice-prefeito e vereador de Dourados (MS) na década de 1940. |
| ADAILTON FERREIRA CAVALCANTE | KANELA MEMORTUMRÉ - MA | FAZENDA BOA VISTA | 20,32 | Prefeito de Fernando Falcão (MA) entre 2013 e 2020. Foi denunciado por improbidade administrativa pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA). |
| HELIO CAVALCANTI GARCIA | JARUDORE - MT | FAZENDA BARREIRINHO | 2,54 | Prefeito de Rondonópolis (MT) entre 1967 e 1970. Morreu em novembro de 2021. |
| OSWALDO POSSARI | KADIWÉU - MS | FAZENDA RECANTO | 1,01 | Vice-prefeito de Campo Grande (MS) entre 1997 e 2004. Morreu em abril de 2022. Foi sogro do pecuarista Juliano Beraldo de Andrade. |
| LAURO ALVES JARDIM | MAXACALI - MG | FAZENDA SANTA TEREZINHA | 0,52 | Foi diplomado prefeito de Bertópolis (MG) após a cassação do primeiro colocado, Onédio Fagundes de Souza (PT). Ficou no cargo entre 2009 e 2016. |
| SAID FERREIRA | URIARITI - MT | FAZENDA FUNDÃO | 0,02 | Prefeito de Maringá (PR) entre 1983-1988 e 1993-1996. Morreu em julho de 2010. Herdeiros são donos da Agropecuária Mocoembu Ltda, titular da área. |
| JACY MIGUEL SCANAGATTA | IGUATEMIPEGUA I - MS | FAZENDA DELFIM S.A. | 0* | Prefeito de Cascavel (PR) entre 1969-1973 e 1997-1983, durante a ditadura militar, pela Arena. Morreu em abril de 2023 |

*Dados do Incra não permitem identificar área exata da sobreposição

FONTES: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) / DE OLHO NOS RURALISTAS

# DO PODER ECONÔMICO AO PODER POLÍTICO

O primeiro relatório **“Os Invasores”**, divulgado por este observatório no dia 19 de abril, descreveu como as empresas participaram diretamente das sobreposições de terras indígenas no Brasil. Esta continuação, dois meses depois, traz a face política desse movimento, a coroa da moeda movida pela economia.

A política brasileira viveu reviravoltas na última década: os protestos de 2013, o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff, a ascensão da extrema direita, o desmonte das políticas socioambientais durante os governos Temer e Bolsonaro, o terrorismo bolsonarista, a volta de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder..

Em meio às mudanças, um bloco político manteve-se estável: o ruralista. A Frente Parlamentar da Agropecuária ampliou seu poder político e se tornou fiel da balança em Brasília — capaz de garantir a governabilidade ou destruí-la, a depender dos favores prestados pelo presidente de plantão.

Essa força está lastreada no poder econômico. A começar de seu financiamento, detalhado no ano passado no dossiê “Os Financiadores da Boiada”, FPA representa o agronegócio: é o capital internacional que sustenta a artilharia ruralista e sua ofensiva permanente contra os direitos socioambientais.

Por isso o projeto **“Os Invasores”** partiu do universo econômico para o político, de modo a explicitar os interesses por trás da usurpação de terras indígenas (TIs) e da violação de direitos dos povos originários. As empresas e os fazendeiros expandem seus territórios porque têm esse aval político.

No documento anterior, com mais de cem páginas, nos detivemos sobre as corporações, bancos e fundos transnacionais ligados direta ou indiretamente a fazendas sobrepostas em TIs. Desta vez focamos em seus espelhos no Executivo e Legislativo — além de suas insinuações no Judiciário.

Esses tentáculos do capital no campo não se restringem a uma bancada no Congresso, embora ela tenha um poder crescente. Eles englobam todo o sistema político brasileiro. Do vereador ao presidente. Do fiscal ao juiz. E a mídia, a mídia que conta a história pela metade: dos jornais regionais aos nacionais.

Esse sistema político ruralista é a outra face do expansionismo territorial do capital. Os políticos aqui listados não estão isolados. É o agronegócio — em suas várias facetas, políticas, discursivas, ideológicas — que banca essas sobreposições e os vários andares de violências que elas carregam.

Para eles, os invasores são os outros.

# REFERÊNCIAS


1 DE OLHO NOS RURALISTAS. Base de Dados Consolidada — Os Invasores. Abril 2023. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Tabela-Os_Invasores.xlsx>.

2 DE OLHO NOS RURALISTAS. PL compõe 1/4 da bancada ruralista na Câmara, que chega a 300 deputados. 26.abr.2023. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2023/04/26/pl-compoe-1-4-da-bancada-ruralista-na-camara-que-chega-a-300-deputados/>.

3 DE OLHO NOS RURALISTAS. Os Invasores — quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em terras indígenas. Abril 2023. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Os-Invasores-2023.pdf>.

4 AGÊNCIA PÚBLICA. Frente Agropecuária paga campanha contra MST no Facebook e Instagram. 14.abr.2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/04/frente-agropecuaria-paga-campanha-contra-mst-no-facebook-e-instagram/>.

5 DEPUTADO FEDERAL EVAIR DE MELO. Na CPI do MST, Evair de Melo vai investigar financiamento de invasões e ação de falsos índios. 17.mai.2023. Disponível em: <https://evairdemelo.com.br/noticias/-na-cpi-do-mst-evair-de-melo-vai-investigar-financiamento-de-invasoes-de-terra-e-acao-de-falsos-indios>.

6 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais — Eleição Geral Federal 2022. Receitas de Jaime Bagattoli. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/RO/220001713729/integra/receitas>.

7 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais — Eleição Geral Federal 2022. Consulta de Doadores e Fornecedores. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/consulta/doadores-fornecedores/2040602022>. Acesso em: 19.abr.2023.

8 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais — Eleição Geral Federal 2022. Receitas de Thiago Flores. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/RO/220001604141/integra/receitas>.

9 DE OLHO NOS RURALISTAS. Saiba quem é Luis Carlos Heinze, o arrozeiro negacionista. 13.out.2021. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/10/13/-saiba-quem-e-luis-carlos-heinze-o-arrozeiro-negacionista/>.

10 FORBES. As 100 maiores empresas do agronegócio brasileiro em 2020. 21.mar.2021. Disponível em: <https://-forbes.com.br/forbesagro/2021/03/as-100-maiores-empresas-do-agronegocio-brasileiro-em-2020/>.

11 CATVE. Empresário envolvido em esquema de corrupção no IBAMA está preso. 4.dez.2014. Disponível em: <https://-catve.com/noticia/9/103711/>.

12 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Despacho n° 2, de setembro de 2018. Publicado no D.O.U. em 15.out.2018, ed. 198, seção 1, página 29. Disponível em: <http://mapas2.funai.gov-.br/relatorio_portal/arquivos/70101/R-CID_Guasu_Guavira_2.pdf>.

13 CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Funai volta atrás e suspende portaria que impedia demarcação em terra indígena no Paraná. 27.abr.2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/04/funai-volta-atras-e-suspende-portaria-que-impedia-demarcacao-em-terra-indigena-no-parana/>.

14 CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA. Guaíra & Terra Roxa – Relatório sobre Violações de Direitos Humanos contra os Avá Guarani do Oeste do Paraná. 14.ago.2017. Disponível em: <https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/documentos/guaira-terra-roxa-relatorio-sobre-violacoes-de-direitos-humanos-contra-os-ava-guarani-do-oeste-do-parana/>.

15 I. RIEDI. Wanda Riedi é homenageada pelo Banco do Brasil. 16.dez.2022. Disponível em: <https://iriedi.com.br/noticias/?p=915>.

16 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais — Eleição Geral Federal 2022. Receitas de Pedro Lupion. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/PR/160001603295/integra/receitas>.

17 INSTITUTO PENSAR AGRO. Entidades. Disponível em: <https://www.pensaragro.org.br/entidades/>.

18 DE OLHO NOS RURALISTAS. Os Invasores — quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em terras indígenas. Abril 2023. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Os-Invasores-2023.pdf>.

19 EXAME. "Não admitimos a taxação do agro", diz presidente da FPA sobre reforma tributária. 1.fev.2023. Disponível em: <https://exame.com/agro/nao-admitimos-a-taxacao-do-agro-diz-presidente-da-fpa-sobre-reforma-tributaria/>.

20 OLHAR JURÍDICO. Ministro de Bolsonaro descumpre liminar do Supremo e cancela demarcação de terra indígena em Brasnorte. 11.nov.2022. Disponível em: <https://www.olharjuridico.com.br/noticias/exibir.asp?id=50222&noticia=ministro-de-bolsonaro-descumpre-liminar-do-supremo-e-cancela-demarcacao-de-terra-indigena-em-brasnorte&edicao=5>.

21 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais — Eleição Geral Federal 2022. Consulta de Doadores e Fornecedores. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/consulta/doadores-fornecedores/2040602022>. Acesso em: 19.abr.2023.

22 VALOR ECONÔMICO. Empresário da cana reduz posição em Cosan para reforçar Indusval. 16.dez.2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2019/12/16/empresario-da-cana-reduz-posicao-em-cosan-para-reforcar-indusval.ghtml>.

23 RAÍZEN. Programa inédito na cadeia de cana-de-açúcar promove sustentabilidade entre produtores. Julho de 2020. Disponível em: <https://www.raizen.com.br/sala-de-imprensa/programa-inedito-na-cadeia-de-cana-de-acucar-promove-sustentabilidade-entre-produtores>.

24 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais — Eleição Geral Federal 2022. Receitas de Tereza Cristina. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/MS/120001651640/integra/receitas>.

25 CORREIO DO ESTADO. Produtores preocupados com abates de gado em fazendas. 21.jan.2012. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/noticias/produtores-preocupados-com-abates-de-gado-em-fazendas/139141/>.

26 GLAMURAMA. Quatro casamentos disputam o sábado dos glamurettes. Quais são? 22.set.2015. Disponível em: <https://glamurama.uol.com.br/notas/quatro-casamentos-disputam-o-sabado-dos-glamurettes-quais-sao/>.

27 EARTHSIGHT. Sangue indígena: a verdade incômoda por trás do frango exportado para a Europa. Maio de 2022. Disponível em: <https://www.earthsight.org.uk/therewillbeblood-pt>.

28 DE OLHO NOS RURALISTAS. Funai e Incra certificam latifúndio em território dos "índios sojeiros". 20.ago.2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/08/20/funai-e-incra-certificam-latifundio-em-territorio-dos-indios-sojeiros/>.

29 PSOL NA C MARA. Avanço! Após ofício do PSOL, governo retira de tramitação o PL da mineração em terra indígena. 31.mar.2023. Disponível em: <https://psolnacamara.org.br/avanco-apos-oficio-do-psol-governo-retira-de-tramitacao-o-pl-da-mineracao-em-terra-indigena/>.
30 GRUPO INTELLI. Vincenzo Antonio Spedicato recebeu prêmio internacional em evento na Itália. 26.out.2022. Disponível em: <https://www.intelli.com.br/noticias/noticias/vincenzo-antonio-spedicato-recebera-premio-internacional-em-evento-na-italia>.
31 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais — Eleição Geral Federal 2022. Receitas de Tarcísio. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/SP/250001615967/receitas>.
32 MÍDIA NINJA. PM de Tarcísio ataca manifestação guarani com bombas e balas de borracha. 30.mai.2023. Disponível em: <https://midianinja.org/news/pm-de-tarcisio-ataca-manifestacao-guarani-com-bombas-e-balas-de-borracha/>.
33 ESTADÃO. Secretário da Justiça de SP defende marco temporal de terra indígena em ofício para Tarcísio. 25.mai.2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/secretario-da-justica-de-sp-defende-marco-temporal-de-terra-indigena-em-oficio-para-tarcisio/>.
34 CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Pai de Guarani Kaiowá assassinado no massacre de Caarapó é preso em ação policial. 13.dez.2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/12/pai-de-guarani-kaiowa-assassinado-no-massacre-de-caarapo-e-preso-em-acao-policial/>.
35 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais — Eleição Geral Federal 2022. Receitas de Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/BR/280001618036/integra/receitas>.
36 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais — Eleição Geral Federal 2022. Detalhamento dos Bens de Jaime Bagattoli. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/RO/220001713729/bens>.
37 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Sistema de Certificação de Imóveis Rurais. Disponível em: <https://certificacao.incra.gov.br/Certifica/>. Acesso em: 12.mai.2023.
38 ESTADÃO. Advogado contesta presença de índios em RO. 13.set.1995. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/38141_20161010_101832.PDF>.
39 Entrevista exclusiva da líder indígena Tereza Kanoê para De Olho nos Ruralistas, registrada pela historiadora Luma Ribeiro Prado.
40 SURVIVAL. Líder e último xamã de pequena tribo amazônica morre. 7.jun.2016. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/165734>.
41 FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. Procuradoria impede exploração florestal ilegal na Terra Indígena Rio Omerê, em Rondônia. 02.dez.2011. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/109024>.
42 RONDONIAAGORA. Justiça Eleitoral detecta omissão de gastos de Jaime Bagattoli; campanha alugou veículos por 43 dias a R$ 300. 25.nov.2022. Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/eleicoes/justica-eleitoral-detecta-omissao-de-gastos-de-jaime-bagattoli-campanha-alugou-veiculos-por-43-dias-a-r-300>.
43 AGÊNCIA AMAZÔNIA. Candidato ao Senado por RO, Jaime Bagattoli defende mineração em terras indígenas e diz que vai lutar para 'legalizar garimpos'. 9.set.2022. Disponível em: <https://aamazonia.com.br/candidato-ao-senado-por-ro-jaime-bagattoli-defende-mineracao-em-terras-indigenas-e-diz-que-vai-lutar-para-legalizar-garimpos/>.
44 AGÊNCIA SENADO. Bagattoli cobra a regularização fundiária em Rondônia. 12.abr.2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/04/12/bagattoli-cobra-a-regularizacao-fundiaria-em-rondonia>.
45 EM RONDÔNIA. Senador Jaime Bagattoli assina requerimento da CPI das ONGs na Amazônia. 5.abr.2023. Disponível em: <https://www.emrondonia.com/amazonia/senador-jaime-bagattoli-assina-requerimento-da-cpi-das-ongs-na-amazonia/>.
46 SENADO FEDERAL. Requerimento nº 245, de 2023. Autor: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). De 27 de março de 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/156550>.
47 SENADO FEDERAL. Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 9, de 2023. Autor: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). De 24 de março de 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/156927>.
48 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Consulta de Autuações Ambientais e Embargos. Disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/-ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>. Acesso em 19.abr.2023.
49 ARIQUEMES ONLINE. Presos irmãos Orlando e Jaime Bagattoli, pagam fiança e são soltos. 13.jun.2020. Disponível em: <https://ariquemesonline.com.br/noticias-da-justica-e-do-direito/presos-irmaos-orlando-e-jaime-bagattoli-pagam-fianca-e-sao-soltos/>.
50 AGÊNCIA PÚBLICA. Investigação indica que dinheiro dos credores da Boi Gordo virou terra em Matopiba. 19.jun.2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/06/investigacao-indica-que-dinheiro-dos-credores-da-boi-gordo-virou-terra-em-matopiba/>.
51 KRONBERG LEILÕES. Listagem de Lotes — 1ª Vara Cível de Araucária (PR). LOTE 25019.001. Disponível em: <https://www.kronbergleiloes.com.br/leilao/catalogo/9664>. Acesso em 5.jun.2023.
52 CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Kurussu Ambá – um mês de lutas, sofrimento e esperança. 5.fev.2007. Disponível em: <https://cimi.org.br/2007/02/25716/>.
53 TV C MARA. Deputados debatem PEC que transfere poder de demarcar terras indígenas para Congresso. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/470076-deputados-debatem-pec-que-transfere-poder-de-demarcar-terras-indigenas-para-congresso/>.
54 FOLHA DE S. PAULO. Líderes políticos participam de manifestações de ruralistas. 14.jun.2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1295059-lideres-politicos-participam-de-manifestacoes-de-ruralistas.shtml>.
55 O PRESENTE. Dilceu Sperafico tem nome sondado para ministério do governo Bolsonaro. 13.dez.2021. Disponível em: <https://www.opresente.com.br/politica/dilceu-sperafico-tem-nome-sondado-para-ministerio-do-governo-bolsonaro/>.
56 GAZETA DO POVO. Alvos da Operação Carne Fraca foram indicados por deputados federais do Paraná. 17.mar.2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/alvos-da-operacao-carne-fraca-foram-indicados-por-deputados-federais-do-parana-1a7kdpaprwan2r6i5ul253wrv/>.
57 DE OLHO NOS RURALISTAS. Com empresas vinculadas a políticos ruralistas, setor de grãos deve R$ 23,6 bilhões à União. 2.jul.2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/07/02/com-empresas-vinculadas-a-politicos-ruralistas-setor-de-graos-deve-r-236-bilhoes-a-uniao/>.

58 AMAZON WATCH. Cumplicidade na Destruição IV: Como mineradoras e investidores internacionais promovem violações de direitos indígenas e ameaçam o futuro da Amazônia. 22.fev.2022. Disponível em: <https://amazonwatch.org/pt/news/2022/0222-complicity-in-destruction-iv>.
59 ROCHA LEILÕES. Edital — Publicação #P2081. 1ª Vara Cível de Araucária (PR). Disponível em: <https://rochaleiloes.com.br/2081/publicacao-simples>. Acesso em 5.jun.2023.
60 FIOCRUZ. Mapa de Conflitos: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. MG – Povo Caxixó aguarda reconhecimento e homologação de sua Terra Indígena. 27.ago.2013. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-povo-caxixo-aguarda-reconhecimento-e-homologacao-de-sua-terra-indigena-e-enfrenta-a-influencia-direta-da-monocultura-de-eucalipto-que-vem-secando-as-suas-aguas-conselho-de-politica-ambiental-e-e/>.
61 G1 POLÍTICA. STF absolve deputado Newton Cardoso Jr. da acusação de crimes ambientais. 25.set.2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/25/stf-absolve-deputado-newton-cardoso-jr-da-acusacao-de-crimes-ambientais.ghtml>.
62 EXTRA. Ex-mulher denuncia negócios de Newton Cardoso, cujo Patrimônio seria de R$ 3 bilhões, incluindo cem fazendas e até hotel em Paris. 19.jan.2009. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/ex-mulher-denuncia-negocios-de-newton-cardoso-cujo-patrimonio-seria-de-3-bilhoes-incluindo-cem-fazendas-ate-hotel-em-paris-226949.html>.
63 METRÓPOLES. Blog do Noblat. Justiça cassa mandato de prefeita em MG, ex-mulher de Newton Cardoso. 18.jan.2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/justica-cassa-mandato-de-prefeita-em-mg-ex-mulher-de-newton-cardoso>.
64 PODER 360. Deputados federais eleitos devem R$ 911 milhões para a União. 13.jan.2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/deputados-federais-eleitos-devem-r-911-milhoes-para-a-uniao/>.
65 DE OLHO NOS RURALISTAS. Deputado que exporta eucalipto é quem defende lei para relaxar licenciamento de eucalipto. 10.set.2018. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/09/10/deputado-que-exporta-eucalipto-e-quem-defende-lei-para-relaxar-licenciamento-de-eucalipto/>.
66 BEM PARANÁ. Políticos aparecem em documentos de firma que abre contas no exterior. 4.abr.2016. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/politica/politicos-aparecem-em-documentos-de-firma-que-abre-contas-no-exterior/>.
67 DE OLHO NOS RURALISTAS. Ratinho, o fazendeiro (II) — Paranacre se apossou de terras "com os índios junto". 21.jul.2021. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/07/21/ratinho-o-fazendeiro-ii-paranacre-se-apossou-de-terras-com-os-indios-junto/>.
68 BRASIL DE FATO. PT e aliados denunciam Ratinho Jr. por disparos de mensagem golpista por SMS no Paraná. 24.set.2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/24/pt-e-aliados-denunciam-ratinho-jr-por-disparos-de-mensagem-golpista-por-sms-no-parana>.
69 DE OLHO NOS RURALISTAS. As Origens Agrárias do Terror. 8.mai.2023. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2023/05/08/dossie-mostra-face-agraria-do-terror-no-brasil/>.
70 DE OLHO NOS RURALISTAS. Ratinho, o fazendeiro (I) — Apresentador e família promovem despejos há pelo menos 18 anos. 20.jul.2021. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/07/20/ratinho-o-fazendeiro-i-apresentador-e-familia-promovem-despejos-ha-pelo-menos-18-anos/>.
71 CANAL RURAL. Na FPA, governador do Paraná defende agilidade nas reintegrações de posse. 25.abr.2023. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/politica/na-fpa-governador-do-parana-defende-agilidade-nas-reintegracoes-de-posse/>.
72 BRASIL DE FATO. Há seis meses sem cestas básicas da Funai, indígenas do Oeste do PR temem fome e desnutrição. 13.dez.2022. Disponível em: <https://www.brasildefato-pr.com.br/2022/12/13/ha-seis-meses-sem-cestas-basicas-da-funai-indigenas-do-oeste-do-pr-temem-fome-e-desnutricao>.
73 BLOG DO JOHNNY. Procurador dos Portos de Ratinho Jr. é afilhado de Celso Frare, empresário preso com Beto Richa. 29.jan.2019. Disponível em: <https://www.blogdojohnny.com.br/postagens/procurador-dos-portos-de-ratinho-jr-e-afilhado-de-celso-frare-empresario-preso-com-beto-richa/>.
74 JOSÉ WILLE. Ratinho apóia Martinez na TV em 1998. 27.out.2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7mKKz96EHE8>.
75 A CRÍTICA. Amazonas é vendido no exterior. 17.jul.1999. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/49949_20190730_135425.PDF>.
76 DE OLHO NOS RURALISTAS. Presidente do PL de Bolsonaro é sócio de coordenador do Movimento Garimpo é Legal. 29.set.2022. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/09/29/presidente-do-pl-de-bolsonaro-e-socio-de-coordenador-do-movimento-garimpo-e-legal/>.
77 FOLHA DE S. PAULO. Presidente do PL de Bolsonaro tem madeireira com dívida cobrada pela União. 27.ago.2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/presidente-do-pl-de-bolsonaro-tem-madeireira-com-divida-cobrada-pela-uniao.shtml>.
78 GIO FERRARIUS. About the writer. Disponível em: <https://www.gioferrarius.com/en/over-de-schrijver/>.
79 FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. Portaria FUNAI nº 170 de 09/03/2007. Publicado no DOU em 15 mar 2007. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=201126>.
80 CNPJ BIZ. Sindicato dos Garimpeiros do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://cnpj.biz/03472404000176>. Acesso em 5.mai.2023.
81 SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. Disponível em: <https://www.car.gov.br/#/>. Acesso em: 18.mai.2023.
82 SINGLE EARTH. Landowners. Disponível em: <https://www.single.earth/landowners>.
83 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. Documento nº 20101614554854800000350503251 Disponível em: <https://pje1g.trf1.jus.br/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20101614554854800000350503251>. Acesso em 12.mai.2023.
84 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. Documento nº 22121211545068800001416663435. Disponível em: <https://pje1g.trf1.jus.br/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22121211545068800001416663435>. Acesso em 12.mai.2023.
85 DE OLHO NOS RURALISTAS. Família Pazuello: do enriquecimento ao lado do "Rei da Amazônia" ao colapso político. 16.mar.2021. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/03/16/familia-pazuello-do-enriquecimento-ao-lado-do-rei-da-amazonia-ao-colapso-politico/>.
86 DE OLHO NOS RURALISTAS. Pazuello mentiu à CPI sobre distribuição de cloroquina para indígenas. 25.mai.2021. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/05/25/pazuello-men-

86 DE OLHO NOS RURALISTAS. Pazuello mentiu à CPI sobre distribuição de cloroquina para indígenas. 25.mai.2021. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/05/25/pazuello-mentiu-a-cpi-sobre-distribuicao-de-cloroquina-para-indigenas/>.
87 BRASIL DE FATO. Brasil ultrapassa marca de mil indígenas mortos em decorrência da covid-19. 13.mar.2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/13/brasil-ultrapassa-marca-de-mil-indigenas-mortos-em-decorrencia-da-covid-19>.
88 MARCOS EUSÉBIO. Pedrossian Filho é preso 2 vezes no Rio. 16.set.2009. Disponível em: <https://www.marcoeusebio.com.br/coluna/pedrossian-filho-e-preso-2-vezes-no-rio--/2068>.
89 DE OLHO NOS RURALISTAS. Algozes de indígenas no MS tentam eleição no dia 2 de outubro. 28.set.2016. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2016/09/28/algozes-de-indigenas-no-ms-tentam-eleicao-no-dia-2-de-outubro/>.
90 A NOVA DEMOCRACIA. Contra o latifúndio, a criminalização e o oportunismo: Avançar as retomadas!14.mar.2023. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/contra-o-latifundio-a-criminalizacao-e-o-oportunismo-avancar-as-retomadas/>.
91 G1-MS. Ex-prefeito de Campo Grande, Marquinhos Trad é denunciado por crimes sexuais contra 7 mulheres. 9.nov.2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/11/09/ex-prefeito-de-campo-grande-marquinhos-trad-e-denunciado-por-crimes-sexuais-contra-7-mulheres.ghtml>.
92 REPÓRTER BRASIL. Pecuarista investigado por incêndio no Pantanal vendeu gado para governador do MS. 5.out.2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/10/pecuarista-investigado-por-incendio-no-pantanal-vendeu-gado-para-governador-do-ms/>.
93 DE OLHO NOS RURALISTAS. Governador do MS aceita violência contra indígenas e quer beneficiar ruralistas com demarcações. 12.nov.2018. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoms/2018/11/12/governador-do-ms-aceita-violencia-contra-indigenas-e-quer-beneficiar-ruralistas-com-demarcacoes/>.
94 CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. TRF-3 suspende decisão que devolvia a fazendeiros valor arrecadado no "Leilão da Resistência", no Mato Grosso do Sul. 30 de setembro de 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/09/trf-3-suspende-decisao-que-devolvia-a-fazendeiros-valor-arrecadado-no-leilao-da-resistencia-no-mato-grosso-do-sul/>.
95 CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Resposta ao impedimento judicial do 'Leilão da Milícia' veio com atentado e ameaças de morte. 06 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://cimi.org.br/2013/12/35602/>.
96 CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Em novo vídeo, ruralista volta a desqualificar índios e gays e ofende também negros e sem terra. 28 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/em-novo-video-ruralista-volta-a-desqualificar-indios-e-gays-e-ofende-tambem-negros-e-sem-terra>.
97 FAMASUL. Relatório de Atividades 2013. Disponível em: <https://portal.sistemafamasul.com.br/sites/default/files/servicos-produtor/4296-relatorio-de-atividades-2013.pdf>.
98 AGÊNCIA C MARA. CPI da Funai 2 aprova relatório com 96 pedidos de indiciamento. 30 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/515289-CPI-DA-FUNAI-2-APROVA-RELATORIO-COM-96-PEDIDOS-DE-INDICIAMENTO>.
99 DE OLHO NOS RURALISTAS. Mandetta esteve em ataque a terra demarcada que terminou com morte de indígena. 11 de agosto de 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/08/11/esplanada-da-morte-x-mandetta-esteve-em-ataque-a-terra-demarcada-que-terminou-com-morte-de-indigena/>.
100 COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. Entidades exigem a investigação da morte do jovem indígena Simião Vilhalva. Setembro de 2015. Disponível em: <https://cpisp.org.br/entidades-exigem-a-investigacao-da-morte-do-jovem-indigena-simiao-vilhalva/>.
101 O GLOBO. Responsável por demarcações no Ministério da Agricultura atuou contra indígenas. 7.abr.2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/responsavel-por-demarcacoes-no-ministerio-da-agricultura-atuou-contra-indigenas-23579993>.
102 AGÊNCIA PÚBLICA. Governo Bolsonaro liberou fazendas em terras Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. 10.ago.2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/08/governo-bolsonaro-liberou-fazendas-em-terras-guarani-e-kaiowa-no-mato-grosso-do-sul/>.
103 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais — Eleição Geral Federal 2022. Receitas de Luana Ruiz. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/MS/120001614254/integra/receitas>.
104 CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA. Nota do Centro de Trabalho Indigenista - CTI sobre a efetivação dos direitos do Povo Terena ao seu território de Cachoerinha e Taunay Ipegue. 2021. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Nota-do-Centro-de-Trabalho-Indigenista-sobre-a-efetiva%C3%A7%C3%A3o-dos-direitos-do-Povo-Terena-ao-seu-territ%C3%B3rio-final.pdf>.
105 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais — Eleição Geral Federal 2022. Detalhamento dos Bens de Zé Teixeira. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/RO/220001713729/bens>.
106 ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). Na pauta do Supremo, as Terras Indígenas: precisamos nos mobilizar para a defesa da vida dos povos indígenas. 15.mai.2022. Disponível em: <https://apiboficial.org/2022/05/15/na-pauta-do-supremo-as-terras-indigenas-precisamos-nos-mobilizar-para-a-defesa-da-vida-dos-povos-indigenas/>.
107 DE OLHO NOS RURALISTAS. Com fazenda em terra indígena, deputado estadual briga contra demarcações há seis mandatos. 13.nov.2018. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoms/2018/11/13/com-fazenda-em-terra-indigena-deputado-estadual-briga-contra-demarcacoes-ha-seis-mandatos/>.
108 AGÊNCIA PÚBLICA. Adeus, Guyraroká. 8.set.2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/09/adeus-guyraroka/>.
109 ZÉ TEIXEIRA. Teixeira compara luta de produtores rurais da Mapitoba com a odisséia dos colonizadores de MS. 6.mai.2013. Disponível em: <https://zeteixeira.com/noticia/537-teixeira-compara-luta-de-produtores-rurais-da-mapitoba-com-a-odiss-eacute-ia-dos-colonizadores-de-ms>.
110 AMAMBAI NOTÍCIAS. "Terra sem lei é prova de vazio de autoridades em MS", diz Bacha. 5.jul.2011. Disponível em: <https://www.amambainoticias.com.br/2011/07/05/terra-sem-lei-e-prova-de-vazio-de-autoridades-em-ms-diz-bacha/>.
111 UOL. Ratinho fará campanha para candidato do PSDB no MS. 23.set.1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/ult230998105.htm>.

111 ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). Deputado Zeca do PT, de MS, ataca novamente indígenas e o secretário executivo do MPI. 31.mar.2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/05/31/deputado-zeca-do-pt-de-ms-ataca-novamente-indigenas-e-o-secretario-executivo-do-mpi/>.
112 IBAMA. Portaria 04/2010. Publicada no D.O.U. 12, de 19.jan.2010 - seção/pg. 01 – 66. Disponível em: <https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/85/>.
113 FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação — Terra Indígena Comexatibá (Cahy/Pequi). Portaria nº 1.455/PRES, de 29 de novembro de 2006 e complementares. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/relatorio_funai.pdf>.
114 FOLHA DE S. PAULO. Cadastro ambiental pode ser usado para grilagem de terras públicas no AM, aponta estudo . 2.mai.2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/05/cadastro-ambiental-pode-ser-usado-para-grilagem-de-terras-publicas-no-am-aponta-estudo.shtml>.
115 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais — Eleições Municipais 2020. Detalhamento dos Bens de Irineu Marcos Parmeggiani. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/90743/110000989585/bens>.
116 MACHADO, Débora Teixeira. Conflitos na fronteira do Guaporé em Rondônia: áreas protegidas versus o avanço da agropecuária. In: Revista GeoNordeste, n. 1 (2020): Ano XXXI. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/11263>.
117 IBAMA. Consulta de Autuações Ambientais e Embargos. Disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>. Acesso em: 5.jun.2023.
118 EL PAÍS BRASIL. Candidatos acumulam terras públicas e práticas violentas no campo. 12.nov.2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-12/candidatos-acumulam-terras-publicas-e-praticas-violentas-no-campo.html>.
119 IBAMA. Consulta de Autuações Ambientais e Embargos. Disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>. Acesso em: 5.jun.2023.
120 PODER 360. Prefeito afastado por Moraes pede recondução ao cargo. 19.jan.2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/prefeito-afastado-por-moraes-pede-reconducao-ao-cargo/>.
121 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. A pedido do MP Eleitoral, TRE determina que prefeito de Tapurah (MT) retire vídeo irregular do ar e se retrate. 10.out.2022. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/noticias-mt/a-pedido-do-mp-eleitoral-tre-determina-que-prefeito-de-tapurah-mt-retire-video-irregular-do-ar-e-se-retrate>.
122 G1-MT. MP requer afastamento de prefeito que teria inviabilizado medidas de combate à Covid-19 em MT. 27.abr.2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/04/27/mp-requer-afastamento-de-prefeito-que-teria-inviabilizado-medidas-de-combate-a-covid-19-em-mt.ghtml>.
123 G1-MS. MPF investiga ataque a acampamento indígena que deixou 3 feridos em MS. 25.ago.2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/08/mpf-investiga-ataque-acampamento-indigena-que-deixou-3-feridos-em-ms.html>.
124 FARSUL. Suspensão dos processos de demarcação de terras indígenas. 22.fev.2013. Disponível em: <https://www.farsul.org.br/farsul/suspensao-dos-processos-
125 TV SOBRINHO. TCU reprova contas de ex-prefeitos de Iguatemi, Zé Roberto e Patrícia. 5.mai.2023. Disponível em: <https://www.tvsobrinhoms.com.br/2023/05/05/tcu-reprova-contas-de-ex-prefeitos-de-iguatemi-ze-roberto-e-patricia/>.
126 SÓ NOTÍCIAS. Ex-presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso morre vítima de doença degenerativa. 1.jan.2022. Disponível em: <https://www.sonoticias.com.br/geral/ex-presidente-do-tribunal-de-justica-de-mato-grosso-morre-aos-83-anos/>.
127 PODER 360. Juízes com salários acima do teto no Estado do Mato Grosso. Disponível em: <https://graficos.poder360.com.br/oxKLt/2/>.
128 GAMA LIVRE. Após sacar R$ 77 milhões, escritório de advocacia quer mais R$ 36 milhões; os recursos foram sacados das contas da Petrobras; censura à imprensa. 4.abr.2017. Disponível em: <https://www.gamalivre.com.br/2017/04/apos-sacar-r-77-milhoes-escritorio-de.html>.
129 FIOCRUZ. Mapa de Conflitos: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Trabalhadores rurais sem terra lutam pela vida e para agilizar processo de regularização de assentamento na Fazenda Cipó Cortado. 2014. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-trabalhadores-rurais-sem-terra-lutam-pela-vida-e-para-agilizar-processo-de-regularizacao-de-assentamento-na-fazenda-cipo-cortado/>.
130 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS 30615. Número Único: 9931839-87.2011.1.00.0000. Relator: MIN. ROSA WEBER. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4078723>. Acesso em 17.mai.2023.
131 JUSTIÇA FEDERAL - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. Processo: 0040150-74.2021.4.01.9198. RPV - Requisição de Pequeno Valor. Juiz Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE. Disponível em: <https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=40150742021401919 8&secao=TRF1&nome=ANA%20BEATRIZ%20JORGE%20DE%20CARVALHO%20MAIA&mostrarBaixados=N>. Acesso em: 17.mai.2023.
132 RÁDIO CORAÇÃO. Dom Redovino participa de almoço especial para arcebispo paranaense. 16.mar.2015. Disponível em: <https://www.radiocoracao.org/2015/03/16/dom-redovino-participa-de-almoco-especial-para-arcebispo-paranaense/>.
133 MARINGÁ NEWS. A bênção de dom Anuar. 7.fev.2023. Disponível em: <https://angelorigon.com.br/2023/02/07/a-bencao-de-dom-anuar/>.
a



DE OLHO
NOS RURALISTAS
Observatório do agronegócio no Brasil